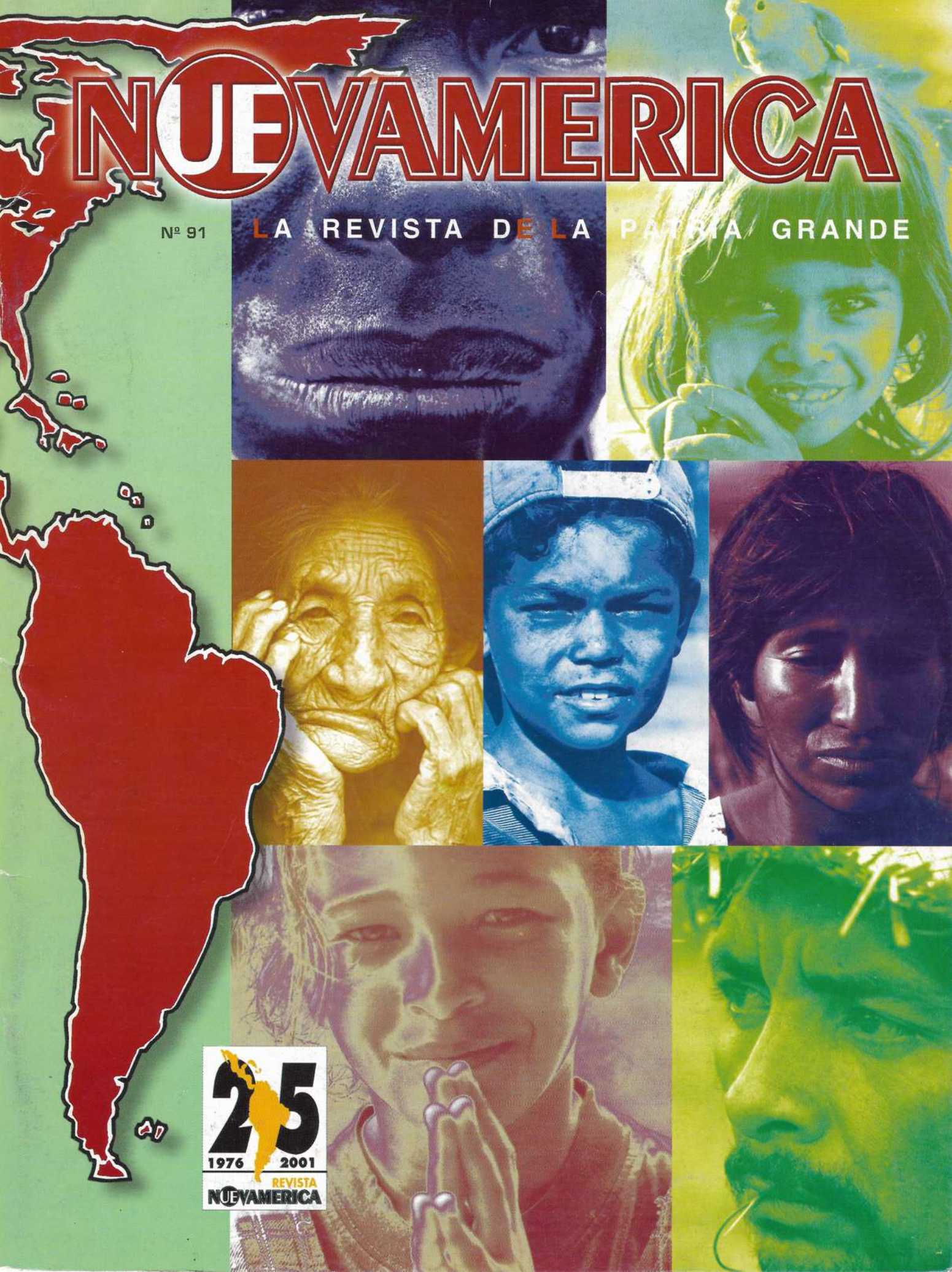
NUEVAMERICA

Nº 91

LA REVISTA DE LA PATRIA GRANDE



25
1976 2001
REVISTA NUEVAMERICA

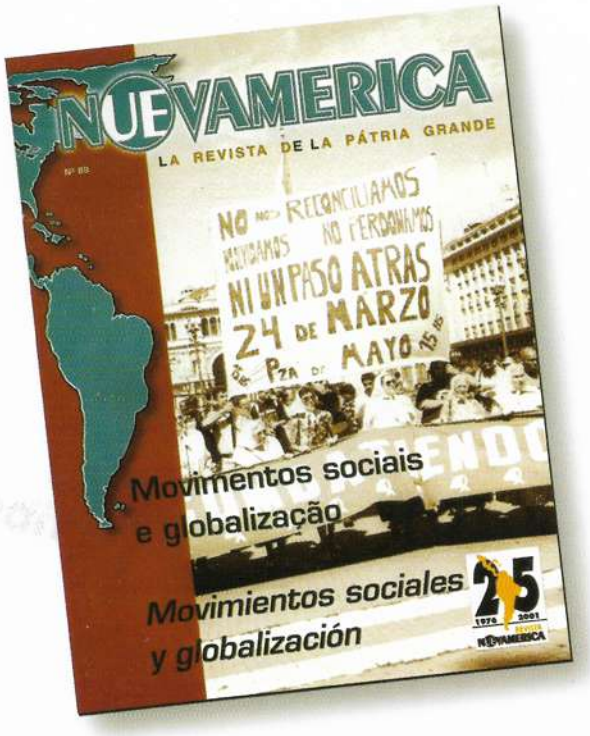
CADERNOS NOVAMERICA

A democracia latino-americana ameaçada
Susana Sacavino

Educação escolar e diversidade cultural: *principais questões e tendências*
Marcelo de Sousa

Experiências de educação em direitos humanos na América Latina: *o caso brasileiro*
Vera Maria Candau





Garantindo a **qualidade de impressão e acabamento** da Revista NOVAMERICA, destacamos a **ZIT Gráfica e Editora**, presente no mercado gráfico há 32 anos e investindo em **controle de qualidade e tecnologia.**

ZIT
gráfica e editora

Av. Itaóca, 1953 - Bonsucesso - Rio de Janeiro - RJ.
Solicite a visita de um de nossos representes pelo telefone (21) 560-2078.



Editorial

Multiculturalismo e realidade latino-americana

Já faz algum tempo que vem se desenvolvendo em diferentes pontos do planeta um intenso debate sobre o multiculturalismo. Na América Latina, entretanto, a questão multicultural tem "luz própria". Caracterizadas de modo expressivo pela pluralidade étnica, social e cultural, nossas sociedades têm história marcada pela negação do "outro", muitas vezes, escravizado ou massacrado, mas que continua a resistir e afirmar sua identidade.

Essa e muitas outras reflexões, como por exemplo, a necessária relação dialética entre igualdade e diferença, local e universal, singularidade e universalidade, democracia e pluralidade cultural, assim como a importância da definição de políticas de ação afirmativa, estratégias para a sua implementação e suas relações com a construção de uma democracia plena, estão presentes nesta edição da Revista Novamerica.

Valores transculturais, tolerância, educação intercultural, negação cultural, diálogo com a diversidade, direito dos povos afro-descendentes e indígenas e, ainda, a experiência brasileira de pré-vestibulares étnicos são temas significativos que também ocupam espaços nesta edição.

Encontrar caminhos para a inclusão e convivência dos "muitos" homens e mulheres, de suas histórias, expressões, necessidades, desejos e sonhos é um dos grandes desafios do mundo contemporâneo e a Revista Novamerica, sempre comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e feliz, não poderia ficar fora deste debate. São textos e imagens que em função de sua pluralidade comprovam uma realidade latino-americana fortemente marcada pela diversidade de sua gente em todas as suas dimensões, inclusive, a diversidade de pensamentos, idéias, propostas e realizações.

O debate aberto nesta edição quer avançar para além da denúncia das diferentes manifestações da discriminação e da conseqüente exclusão social de milhões de cidadãos latino-americanos. Nosso desejo é caminhar para além da análise e da crítica aos discursos e ações etnocentristas e homogeneizantes. De fato, o que queremos é contribuir para e com o diálogo intercultural e, ao mesmo tempo, participar da construção de caminhos, cujo traçado reconheça e valorize a pluralidade cultural das pessoas e dos povos, na perspectiva da conquista de uma vida digna para todos e todas.

Multiculturalismo y realidad latinoamericana

Ya hace un tiempo que se viene desarrollando en diferentes puntos del planeta un intenso debate sobre el multiculturalismo. En América Latina, sin embargo, el tema multicultural tiene «luz propia». Caracterizadas de modo expresivo por la pluralidad étnica, social y cultural, nuestras sociedades tienen una historia marcada por la negación del «otro», un «otro» muchas veces esclavizado o masacrado, pero que continúa resistiendo y afirmando su identidad.

Ésta, y muchas otras reflexiones, como por ejemplo, la necesaria relación dialéctica entre igualdad y diferencia, local y universal, singularidad y universalidad, democracia y pluralidad cultural, así como la importancia de la definición de políticas de acción afirmativa, estrategias para su implementación y sus relaciones en la construcción de una democracia plena, están presentes en esta edición de la Revista Nuevamerica.

Los valores transculturales, la tolerancia, la educación intercultural, la negación cultural, el diálogo con la diversidad, el derecho de los pueblos afro descendientes e indígenas y también, la experiencia brasileña de *«pre-vestibulares»* étnicos son temas significativos que ocupan espacios en esta edición.

Encontrar caminos para la inclusión y convivencia de los «muchos» hombres y mujeres, de sus historias, expresiones, necesidades, deseos y sueños es uno de los grandes desafíos del mundo contemporáneo y la Revista Nuevamerica, siempre comprometida en la construcción de una sociedad más justa y feliz, no podía quedar fuera de este debate. Son textos e imágenes que en función de su pluralidad comprueban una realidad latinoamericana fuertemente marcada por la diversidad de su gente en todas sus dimensiones, inclusive, la diversidad de pensamientos, ideas, proyectos y realizaciones.

El debate abierto en esta edición pretende ir más allá de la denuncia de las diferentes manifestaciones de discriminación y de la consecuente exclusión social de millones de ciudadanos latinoamericanos. Nuestro deseo es sobrepasar los análisis y la crítica a los discursos y acciones etnocéntricas y homogeneizantes. De hecho, lo que queremos es contribuir para y con el diálogo intercultural y, al mismo tiempo, participar en la construcción de caminos, cuyo trazado reconozca y valore la pluralidad cultural de las personas y de los pueblos y conquiste una vida digna para todos y todas.

Sumário

EM DESTAQUE/EN DESTAQUE

Nascido em X, morando em Y, como vejo minha identidade cultural? 3

ENTREVISTA/ENTREVISTA

Multiculturalismo, interculturalidade e democracia 4
Vera Maria Candau

CONSTRUINDO CAMINHOS/ CONSTRUYENDO CAMIÑOS

Pré-vestibulares étnicos: nova forma de luta dos afrodescendentes? 17
Frei David Raimundo Santos OFM

Democracia y pluralidad cultural 23
Sergio C Duarte Méndez

Conhecendo a carta de princípios do Fórum Social Mundial 27

Conociendo la carta de principios del Foro Social Mundial 29

EM DEBATE/EN DEBATE

Igualdades, diferencias y desorientaciones político-culturales en la nueva babel 33
Carlos Skliar e Jorge Larrosa

A afirmação das diferenças debilita a utopia das igualdades? 39
Leandro Konder

Igualdade, diversidade e tolerância 41
Rogério Ferrer Koff

IDÉIAS EM REDE/IDEAS EN RED

Los derechos de los pueblos indígenas 45
Elena Picasso

El diálogo intercultural como tarea democratica 51
Fabíola Luna Pineda

Preconceito e discriminação na escola: desafios para a educação intercultural 57
Patrícia Morgado

MOSAICO/MOSAICO 62

En Destaque
Em Destaque

Torna-se cada vez mais freqüente vermos pessoas morando fora de seus países de origem e convivendo com novas culturas. Elas vivenciam a diferença, favorecendo a construção do que se convencionou chamar "identidades de fronteira". Como fica a identidade daqueles que se mudam e passam a morar em outros países? Os depoimentos a seguir permitem concluir que, muitas vezes, tais pessoas desenvolvem um carinho pela nova terra e criam raízes, ao mesmo tempo em que ocorre um resgate das suas origens culturais. A interação com uma cultura diferente proporciona novos aprendizados e uma transformação pessoal que ampliam o respeito, a valorização e a compreensão da diversidade.



"Mi interés por las minorias étnicas, muchas veces discriminadas, me llevó al estudio de la Antropología Social. Decidí hacer un trabajo de campo en el Perú, para investigar la educación de los grupos de lengua y cultura diferentes. La injusticia del sistema educativo oficial, que imponía un modelo ajeno a la lengua y a la cultura de ellos, me abrió hacia la idea de la interculturalidad, y me animó a dedicarme a la educación bilingüe intercultural.

Tabajé unos años en la sierra y muchos en la selva, y me cautivó el paisaje tan multiforme que hay en el Perú; tantos grupos diferentes, tantas culturas diferentes, tanto calor humano. Esta experiencia peruana me impactó. Había venido aquí con la intención de quedarme dos años, pero el cariño y la acogida recibidos, sobre todo por parte de los indígenas, hicieron cambiar mis planes. Actualmente vivo aquí hace más de veinte años, y mis descendientes son peruanos".

Maria Heise, morando há mais de 20 anos no Peru.



"Brasileira de nascimento, japonesa de descendência e morando há 10 anos no Chile, significa um emaranhado de linhas que faz parte da minha vida.

Viver fora do país de origem implica disposição. Disposição de conhecer, assimilar e conviver com o diferente.

Ao conhecer uma cultura distinta a mirada é de respeito, e quando a vemos muito distinta

Nascido em X, morando em Y, como vejo minha identidade cultural?

a ponto de achar rara deve haver tolerância.

Aprendi novas formas de me relacionar, comigo mesma e com os demais. Palpar uma cultura é "estar aberta a" meter-se.

Quero compartilhar essa vivência multicultural que é rica em valores, ultrapassa outras dimensões, rompe fronteiras!!!!!!."

Isa Imai, brasileira morando há 10 anos no Chile.



"Deixei Buenos Aires em meio à irracionalidade do poder político dos anos 70, para viver a experiência de morar durante longos períodos no Rio de Janeiro, em Barcelona, Bogotá, Maracaibo, Caracas e... novamente no Rio. Quis muito bem às pátrias emprestadas que me acolheram mas, durante muitos anos, não pude evitar a estranha e desconfortável sensação de que me faltava alguma coisa que não podia ser facilmente substituída. Não era só o sentimento de perda das referências materiais da vida cotidiana, dos bairros, das ruas, das esquinas, das praças e lugares significativos. Nas novas cidades adotivas, todos os lugares eram neutros do ponto de vista afetivo e nenhum lugar era efetivamente meu. Contudo, o sentimento de perda mais importante guardava relação com os inúmeros vínculos interpessoais que constituíam e definiam a minha identidade. Nos primeiros tempos, estava excluída qualquer possibilidade do encontro casual com amigos e conhecidos e, entre os milhares de rostos novos que me circundavam, não era possível identificar o sorriso espontâneo dos encontros na rua.

Paradoxalmente, o Brasil foi o país que mais me exigiu em termos de convívio cultural com as diferenças lingüísticas, religiosas, políticas, culinárias e, ao mesmo tempo, o que me permitiu sentir-me mais enraizada. Há muitos anos que deixei de me sentir apenas uma hóspede. Aqui eu encontrei amigos, solidariedade, reconhecimento pessoal e profissional e uma segunda pátria para reinstalar minha família e ter e criar meus filhos. Aqui pude cultivar minha identidade cultural sem negar-me à convivência deliberada e desejada com o novo contexto.

Asi, como dice Mario Benedetti, querido poeta uruguayo, *uno va fundando pátrias interinas / segundas pátrias siempre fueron buenas / cuando no nos padecen, ni nos compadecen / simplemente nos hacen un lugar / junto al fuego / y nos ayudan a mirar las llamas / porque saben que en ellas / vemos nombres y bocas".*

Alicia Bonamino, argentina, morando no Rio de Janeiro, Brasil.



"O que significa para mim ser inglês e morar no Brasil? Como estou 'reinventando' minha identidade nessa comunicação intercultural na qual participo diariamente? Como minha maneira de ser, de pensar, de sentir está sendo reconstruída no processo - no mesmo momento difícil e prazeroso - de tentar articular as diferenças e os pressupostos culturais previamente considerados absolutos? Penso muito sobre a experiência de ser deslocado e, ao mesmo tempo, locado. Viver numa outra cultura está me 'empurrando' a descentrar o velho, reconsiderá-lo em negociação com outros, avaliar o que é bom e ruim nele, e construir o novo. É um processo de reflexão no qual estou construindo uma nova identidade, um novo olhar ao mundo".

Ralph Ings Bannell nasceu na Inglaterra e está há 11 anos no Brasil.

"Maria Esperanza Górriz Ojer, nacionalidad española, nacida en Cirauqui, un pueblito navarro, he vivido fuera de mi país de origen los siguientes años:

1. siete años en Francia (París, Angers, Lyon);

2. seis años en la República Democrática del Congo (Kinshasa);

3. dieciocho años en Bolivia (La Paz, Titikachi, Santa Cruz).

Vivir más de la mitad de mi vida en países y en culturas diferentes me ha permitido por un lado reconocer las características de mi cultura de origen, mis raíces, y por otro lado ha ampliado mi capacidad de comprender, valorar e interiorizar otras formas de sentir, de pensar, de hacer, diferentes a las recibidas en mi infancia, adolescencia y juventud. Enriquecer mi experiencia con valores y expresiones diferentes ha ampliado mi perspectiva de lo que significa ser humanos y ha potenciado mi sensibilidad hacia las situaciones que viven mis semejantes, principalmente las mujeres y los empobrecidos.

A lo largo de estos años, dejándome impregnar por las diferencias, he crecido en libertad, en creatividad, en asertividad y en capacidad de comunicación.

Lo más importante es que he podido vivir desde lo que soy, creo, pienso, siento y hago, abierta a encontrarme con las diversas personas, ofreciendo lo mejor de mí y recibiendo lo mejor de ellas mismas, apreciendo la riqueza de la diversidad humana. Claro que esto no ha sido siempre fácil. Los seres humanos somos un misterio y no actuamos siempre con coherencia, pero he experimentado el paso de la oscuridad a la luz, de la inseguridad a la certeza, del miedo a la libertad y me voy haciendo más abierta, menos dogmática, más universal, gracias a los años vividos con otros".

Esperanza Gorriz, espanhola morando há 18 anos na Bolívia.



"Nasci em Potosi – Bolívia. Meus primeiros passos foram em Buenos Aires – Argentina. Aprendi a falar em Assunção – Paraguai. Cursei o primário em La Paz – Bolívia e o secundário em Buenos Aires – Argentina. Fiz o serviço militar em La Paz – Bolívia. Estudei na Universidade no Rio de Janeiro – Brasil. Fixei minha vida familiar e profissional no Rio de Janeiro – Brasil.

Com tal histórico, fica difícil definir qual seria minha verdadeira identidade. É curioso, mas creio que no fundo me sinto estrangeiro o tempo todo e em todo lugar, inclusive em minha terra natal. Da última vez que lá estive, cheguei a ser elogiado por "falar bem o espanhol".

Mas, essa dolorosa experiência de me sentir sempre estrangeiro tem seu lado positivo. É sentir a coexistência de todas essas nacionalidades e culturas dentro de mim. Quantas vezes já me vi explicando mitos e fábulas ou tentando compartilhar a sensação gostosa experimentada com a música típica de cada um desses países, procurando enfim, "traduzir" para outros estrangeiros as diferentes características de cada um desses lugares que compõem o quebra-cabeça de meu coração.

Afinal, incorporando todas essas culturas, creio que consegui construir uma identidade bastante rica em diversidade. Talvez esteja trilhando mesmo um caminho que leva à identidade latino-americana".

Álvaro Saavedra, morando no Rio de Janeiro, Brasil.

ENTREVISTA

VERA MARIA CANDAU



Doutora em Educação
Professora da PUC-Rio
Membro da Equipe Novamerica
Rio de Janeiro - Brasil

Doctora en Educación
Profesora de la PUC - Río
Miembro del equipo de Nuevamerica
Río de Janeiro - Brasil.

NA - Como você vê hoje a questão do multiculturalismo na América Latina?

Vera Maria Candau – A questão multicultural, hoje, preocupa muitas sociedades. O debate multicultural é intenso nos Estados Unidos e também na Europa. No entanto, na América Latina a questão multicultural tem uma especificidade. Nosso continente é uma realidade construída com uma base multicultural muito forte e onde as relações inter-étnicas têm sido uma constante através de toda a nossa história, uma história dolorosa principalmente no que diz respeito aos indígenas e aos afro-descendentes.

A nossa história está marcada pela eliminação do "outro" ou por sua escravização, que também é uma forma de negação de sua alteridade. Esses outros que são "eus" na construção da identidade latino-americana. Neste sentido, o debate multicultural na América Latina nos coloca diante dessa questão, desses sujeitos, sujeitos históricos que foram massacrados mas que souberam resistir e hoje continuam afirmando fortemente suas identidades na nossa sociedade, mas numa situação de relações de poder assimétricas e de subordinação, de exclusão ainda muito acentuada.

NA - Vera, você falou que as sociedades latino-americanas são muito marcadas por esse pluralismo, étnico, racial e cultural. Então, até que ponto ter políticas que afirmem essas diferenças são importantes para a construção de uma sociedade mais justa. O que é isto, como é que é essa questão das políticas da diferença?

Vera Maria Candau – Acho que elas nos colocam, em primeiro lugar, diante do reconhecimento desses sujeitos históricos, que muitas vezes

MULTICULTURALISMO, INTERCULTURALIDADE E DEMOCRACIA

MULTICULTURALISMO, INTERCULTURALIDAD Y DEMOCRACIA



Foto Arquivo Novamerica



Foto João Ripper



Foto João Ripper

NA - ¿Cómo ve usted, hoy, el multiculturalismo en América Latina?

Vera Maria Candau – El tema multicultural hoy preocupa a muchas sociedades. El debate multicultural es intenso en los Estados Unidos y también en Europa. Sin embargo, en América Latina el tema multicultural tiene su especificidad. Nuestro continente es una realidad construida con una base multicultural muy fuerte y en donde las relaciones interétnicas han sido una constante a través de toda nuestra historia, una historia dolorosa principalmente en lo que se refiere a los indígenas y a los afro descendientes.

Nuestra historia está marcada por la eliminación del «otro» o por su esclavitud, que también es una forma de negación de su alteridad. Esos otros que son "yo" en la construcción de la identidad latinoamericana. Es en este sentido que el debate multicultural en América Latina nos coloca frente a este tema, a estos sujetos, sujetos históricos que fueron masacrados pero que supieron resistir y que hoy continúan afirmando fuertemente sus identidades en nuestra sociedad, sólo que en una situación de relaciones de poder asimétricas y de subordinación, de exclusión aún muy acentuada.

NA - Vera, usted dijo que las sociedades latinoamericanas están muy marcadas por ese pluralismo étnico, racial y cultural. Entonces, ¿hasta qué punto tener políticas que afirmen esas diferencias son importantes para la construcción de una sociedad más justa? ¿Cómo es ese tema de las políticas de la diferencia?

Vera Maria Candau – Creo que estas políticas nos colocan, en primer lugar, frente al reconocimiento de esos sujetos históricos que muchas veces fueron relegados a lo largo de nuestra historia y también frente

foram relegados ao longo da nossa história e do reconhecimento da sua contribuição para a construção dos países latino-americanos. O reconhecimento é fundamental. Entretanto, não basta o reconhecimento teórico, esse reconhecimento tem que ser acompanhado de políticas de valorização, de políticas de acesso a oportunidades, de políticas de acesso ao poder, que são fundamentais para que esses sujeitos históricos tenham uma cidadania plena na nossa sociedade.

NA - Que caminhos seriam possíveis para a concretização dessas políticas?

Vera Maria Candau – Uma das estratégias mais usada, e também mais controvertida, são as políticas de ação afirmativa, onde você favorece determinados grupos, que tiveram suas oportunidades de acesso a determinados recursos e bens da sociedade negadas ao longo da história, criando oportunidades específicas para eles. Por exemplo, no caso brasileiro, no Rio de Janeiro, vive-se atualmente uma grande polêmica em torno da determinação no sentido das universidades públicas terem que reservar 50% das vagas do vestibular para alunos oriundos das escolas públicas. Esta legislação, evidentemente vai ampliar as possibilidades de alunos e alunas oriundos das classes populares, onde o número de afro-descendentes é bastante elevado, ingressarem no ensino superior, ampliando assim as suas oportunidades educacionais.

Políticas de ação afirmativa, sejam voltadas para as mulheres, para a população indígena, para a população afro-descendente ou para outros grupos excluídos ou objeto de discriminação na nossa sociedade, são uma estratégia utilizada para a afirmação de políticas de identidade e para favorecer uma verdadeira igualdade de oportunidades em sociedades acentuadamente desiguais como a nossa. Por outro lado, acho que nessa questão, a educação é fundamental, assim como os meios de comunicação. Trabalhar a questão do imaginário coletivo, das representações das identidades culturais presentes nas diferentes sociedades latino-americanas é muito importante e, nesta perspectiva, estas mediações são muito importantes.

NA - Considerando todas essas questões, qual é a relação entre elas e a construção da democracia?

Vera Maria Candau – Na minha opinião estas questões são fundamentais para a democracia. Em geral, temos uma visão muito formal da democracia, onde a cidadania se manifesta quase que exclusivamente através do exercício dos direitos políticos, da cidadania legal. Evidentemente, estes são elementos fundamentais, mas, hoje em dia, temos que ampliar o sentido da cidadania e incorporar a reflexão sobre a cidadania cultural. Uma cidadania que reconhece as diferentes tradições culturais presentes numa determinada sociedade é capaz de valorizá-las e fazer com que essas diferentes tradições tenham espaços de manifestação, produção e de representação na sociedade como um todo. Para a construção de uma democracia plena, o reconhecimento da cidadania cultural é fundamental.



NA - Como é que a gente conjuga em sociedades como as latino-americanas, marcadas pela pluralidade cultural e por desigualdades estruturais, a questão da diferença com a da igualdade?

Vera Maria Candau – Acho que essa é uma questão chave nesse debate. Para alguns autores, a construção da democracia tem que colocar a ênfase nas questões relativas à igualdade e, portanto, a sua perspectiva é a de procurar eliminar ou

al reconocimiento de su contribución en la construcción de los países latinoamericanos. Entonces, el reconocimiento es fundamental. Pero no basta el reconocimiento teórico, ese reconocimiento tiene que ir acompañado de políticas de valorización, de políticas de acceso al poder, que son fundamentales para que esos sujetos históricos tengan una ciudadanía plena en nuestra sociedad.

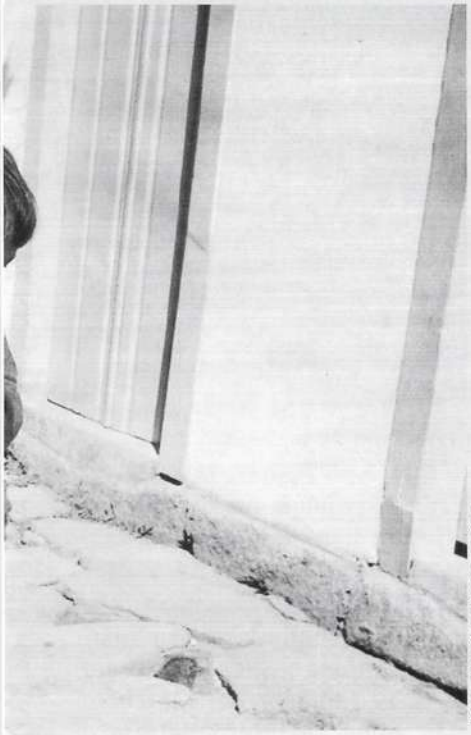


Foto arquivo Novamerica

NA - ¿Cuáles serían los caminos posibles para la concreción de esas políticas?

Vera Maria Candau – Una de las estrategias más usadas, especialmente controvertida, son las políticas de la acción afirmativa, en las que se favorece a determinados grupos que tuvieron sus oportunidades de acceso a determinados recursos y bienes de la sociedad negadas a lo largo de la historia, a través de oportunidades específicas para estos grupos. Por ejemplo, en el caso de Brasil, recientemente en Río de Janeiro, surgió una gran polémica: la determinación de que las universidades públicas reserven el 50% de vacantes para el examen de ingreso a los alumnos provenientes de escuelas públicas. Esta legislación evidentemente va a ampliar las posibilidades de que los alumnos y alumnas de origen popular, entre los cuales el número de afro descendientes es bastante elevado, ingresen en la enseñanza superior, ampliando así sus oportunidades de educación.

Entonces, las políticas de acción afirmativa, sea que estén volcadas a las mujeres, a la población indígena, a la población afro descendiente o a otros grupos excluidos o que son objeto de discriminación en nuestra sociedad, son una estrategia utilizada para la afirmación de políticas de identidad y para favorecer una verdadera igualdad de oportunidades en sociedades acentuadamente desiguales como la nuestra. Por otro lado, creo que en este tema la educación es fundamental al igual que los medios de comunicación. Trabajar la cuestión del imaginario colectivo, de las representaciones de las identidades culturales presentes en las diferentes sociedades latinoamericanas es muy importante y estas mediaciones son muy importantes para esta perspectiva.

NA - ¿Cómo se relaciona todo esto con la construcción de la democracia?

Vera Maria Candau – En mi opinión todo lo expuesto es fundamental para la democracia. En general, tenemos una visión muy formal de la democracia. En ésta la ciudadanía prácticamente se manifiesta exclusivamente a través del ejercicio de los derechos políticos, de la ciudadanía legal.

Evidentemente estos son elementos fundamentales pero, hoy en día, tenemos que ampliar el sentido de la ciudadanía e incorporar la reflexión sobre la ciudadanía cultural, una ciudadanía que reconoce las diferentes tradiciones culturales presentes en una determinada sociedad y que es capaz de valorarla y de hacer que esas diferentes tradiciones tengan espacios de manifestación, producción y de representación en la sociedad como un todo. Es fundamental para una democracia plena el reconocimiento de la ciudadanía cultural.

NA - ¿Cómo podemos conjugar el tema de la diferencia con el de la igualdad, en sociedades como las latinoamericanas, marcadas por la pluralidad cultural y por las desigualdades estructurales?

Vera Maria Candau – Creo que ésa es una cuestión clave en este debate. Para algunos autores la construcción de la democracia tiene que enfatizar las cuestiones relativas a la igualdad y, por lo tanto, su perspectiva es la de bus-



Foto João Ripper

ultrapassar as diferenças. Existem também autores que defendem um multiculturalismo radical, com tal ênfase na diferença, que quase a igualdade fica completamente relativizada. Na minha opinião, o problema não é afirmar um polo e negar o outro, mas sim termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença. Hoje em dia, não se pode falar em igualdade sem incluir a questão da diversidade, nem se pode falar da questão da diferença, sem articulá-la com a igualdade. Uma frase que sintetiza essa questão, do sociólogo português Boaventura Souza Santos, afirma: "temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito a reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza." Assim, na minha opinião, não se deve opor igualdade à diferença. De fato, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e a diferença se opõe à padronização, à produção em série, a tudo o "mesmo". O que estamos querendo trabalhar refere-se a negar a padronização e, ao mesmo tempo, lutar contra todas as desigualdades dentro da sociedade, nem padronização nem desigualdade, mas sim igualdade e diferença. A igualdade que queremos construir assume o reconhecimento de direitos básicos para todos. Mas, esse "todos" não são padronizados, não são os "mesmos". Têm que ter as suas diferenças reconhecidas como elemento de construção da igualdade. Considero que, nos próximos anos, essa temática vai suscitar uma grande discussão, trata-se de um debate difícil, que muitas vezes desperta muitas paixões, mas que é fundamental para se avançar na afirmação da democracia. Hoje em dia não se pode mais pensar numa igualdade que não incorpore o tema do reconhecimento das diferenças.

"Temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza."

Boaventura Souza Santos

NA - O que seria para você o desenvolvimento de práticas sociais segundo uma abordagem intercultural? E qual a relação entre multiculturalismo e a abordagem intercultural?

Vera Maria Candau – Na minha opinião o multiculturalismo é um dado de realidade. A sociedade é multicultural. Pode haver várias maneiras de lidar com esse dado de realidade, uma das quais é a interculturalidade. Esta abordagem acentua a relação entre os diferentes grupos sociais e culturais. Numa sociedade como a nossa, onde vêm se multiplicando fenômenos de *apartheid* social, mas também de *apartheid* cultural, onde se interpenetram o social e o cultural, a perspectiva intercultural quer botar a ênfase nas relações entre diferentes grupos sociais e culturais. Quer estabelecer pontes. Não quer fechar as diferenças - cada uma no seu universo específico. Quer sim que os diferentes universos particulares sejam abertos a interação com os outros. Evidentemente, a perspectiva intercultural não é ingênua, é consciente de que nessas relações existem não só diferenças, como também desigualdades, conflitos, assimetrias, questões de poder. Entretanto, parte da premissa que, para

car no llevar en consideración o sobrepasar las diferencias. Existen también autores que defienden un multiculturalismo radical, con tal énfasis en la diferencia que prácticamente la igualdad se ve completamente relativizada. En mi opinión, el problema no es afirmar un polo y negar el otro, sino tener una visión dialéctica de la relación entre igualdad y diferencia. Hoy en día no se puede hablar de igualdad sin incluir el tema de la diversidad, ni se puede hablar de la diferencia, sin articularla con la igualdad. Una frase que sintetiza este asunto, del sociólogo portugués Boaventura Souza Santos, afirma: «tenemos derecho a reivindicar la igualdad siempre que la diferencia nos hace inferiores y tenemos derecho a reivindicar la diferencia siempre que la igualdad nos descaracteriza1 ». Por lo tanto, creo que no deben oponerse igualdad y diferencia. De hecho, la igualdad no se opone a la diferencia sino que se opone a la desigualdad. Y la diferencia se opone a padronizar, a la producción en serie, a todo ser «lo mismo». Lo que queremos es trabajar para negar la uniformización y, al mismo tiempo, luchar contra todas las desigualdades dentro de la sociedad. Ni uniformización, ni desigualdad, sino que igualdad y diferencia. La igualdad que queremos construir asume el reconocimiento de los derechos básicos de todos. Pero esos «todos» no deben ser estereotipados, no deben ser «lo mismo». Tienen que tener sus propias diferencias reconocidas como elementos de construcción de la igualdad. Considero que este tema en los próximos años va a provocar un gran debate, una discusión difícil, cargada de pasión, pero que es fundamental para avanzar en la afirmación de la democracia. Hoy en día ya no se puede pensar más en una igualdad que no incorpore el tema del reconocimiento de las diferencias.

NA - ¿Qué significa para usted el desarrollo de las prácticas sociales según un abordaje intercultural o cuál sería la relación entre multiculturalismo y el abordaje intercultural?

Vera Maria Candau – Yo creo que el multiculturalismo es un dato de la realidad. La sociedad es multicultural. Puede haber varias maneras de lidiar con ese dato de la realidad. Una de ellas es la interculturalidad. Este abordaje pone el acento en la relación entre los diferentes grupos sociales y culturales. En una sociedad como la nuestra, en la que se han venido multiplicando fenómenos de apartheid social pero también apartheid cultural, en donde se interpenetran lo social y lo cultural, la perspectiva intercultural quiere colocar el énfasis en las relaciones entre diferentes grupos sociales y culturales. Quiere establecer puentes. No quiere que las diferencias se cierren cada una en su mundo específico sino que quiere que los diferentes universos particulares se abran a la interacción con los otros. Evidentemente, la perspectiva intercultural no es ingenua, es consciente de que en estas relaciones no existen sólo diferencias sino también desigualdades, conflictos, asimetrías, cuestiones de poder, pero parte del hecho de que para construir una sociedad pluralista y democrática, el diálogo con el otro, las interrelaciones entre los diferentes grupos sociales y culturales son fundamentales y nos enriquecen a todos, personal y colectivamente, en nuestra humanidad, en nuestras identidades, en nuestras maneras de ver el mundo, enriquecen nuestra sociedad y la vida en su globalidad.

La igualdad no se opone a la diferencia sino que se opone a la desigualdad. Y la diferencia se opone a padronizar, a la producción en serie.

NA - ¿Es posible un diálogo entre multiculturalismo y educación o entre interculturalidad y educación?

Vera Maria Candau – Creo que las dos expresiones son posibles. Para varios autores, el multiculturalismo es una perspectiva amplia, que incluye diferentes posiciones, por ejemplo, aquella en donde la diferencia cultural es vista como déficit y, desde el punto de vista de la educación, desarrolla proyectos de educación compensatoria. Es importante que recordemos que, según ese punto de vista, las dificultades de los sujetos «diferentes» en la escuela tienen origen en sus familias y en sus comunidades de referencia, las cuales son vistas como no adecuadas para el desarrollo de las

Foto João Ripper

construir uma sociedade pluralista e democrática, o diálogo com o outro, as inter-relações entre os diferentes grupos sociais e culturais são fundamentais e nos enriquecem a todos, pessoal e coletivamente, na nossa humanidade, nas nossas identidades, nas nossas maneiras de ver o mundo, a nossa sociedade e a vida em sua totalidade.

NA - Como é que se dá o diálogo entre multiculturalismo e educação ou entre interculturalidade e educação?

Vera Maria Candau – Acho que as duas expressões são possíveis. Para vários autores, multiculturalismo é uma perspectiva ampla, que inclui diferentes posições, por exemplo, aquelas onde a diferença cultural é vista como déficit e, do ponto de vista da educação, desenvolvem projetos de educação compensatória. É importante a gente lembrar que, nesse ponto de vista, as dificuldades dos sujeitos "diferentes" na escola têm origem em suas famílias e em suas comunidades de referência, que são vistas como não tendo as condições adequadas para desenvolver as habilidades necessárias à experiência escolar. Outra perspectiva do multiculturalismo seria a de afirmar de tal maneira a identidade de cada comunidade e de cada grupo social, que defende a necessidade de se ter uma escola adequada para o seu universo e, portanto, se deveria tender a ter escolas específicas para os diferentes grupos sociais e culturais. Apesar de que dificilmente, na realidade brasileira, se afirme tão fortemente esta perspectiva, na prática, muitas vezes, esta realidade termina acontecendo: "umas" são escolas para uns e "outras" são escolas para outros.

A perspectiva intercultural põe a ênfase na construção de uma educação que favoreça as relações entre os diferentes grupos sociais, étnicos e culturais em geral.

A perspectiva intercultural põe a ênfase na construção de uma educação que favoreça as relações entre os diferentes grupos sociais, étnicos e culturais em geral.

Trata-se de uma questão difícil, pois a escola tem uma grande dificuldade em lidar com as diferenças. A escola foi construída a partir de uma visão monocultural que, em geral, corresponde a das classes dominantes. Na tradição histórica da instituição escolar está muito acentuado esse caráter monocultural e, portanto, é necessário transformar a cultura escolar para que ela assuma a perspectiva intercultural, procurando incorporá-la no currículo, abrindo espaços para as contribuições das diferentes tradições culturais, e ampliando a visão cultural que, em geral, a escola veicula. Do mesmo modo, é preciso rever a cultura da escola, por exemplo, seus símbolos, valores, ritos para que eles também sejam penetrados da perspectiva intercultural.

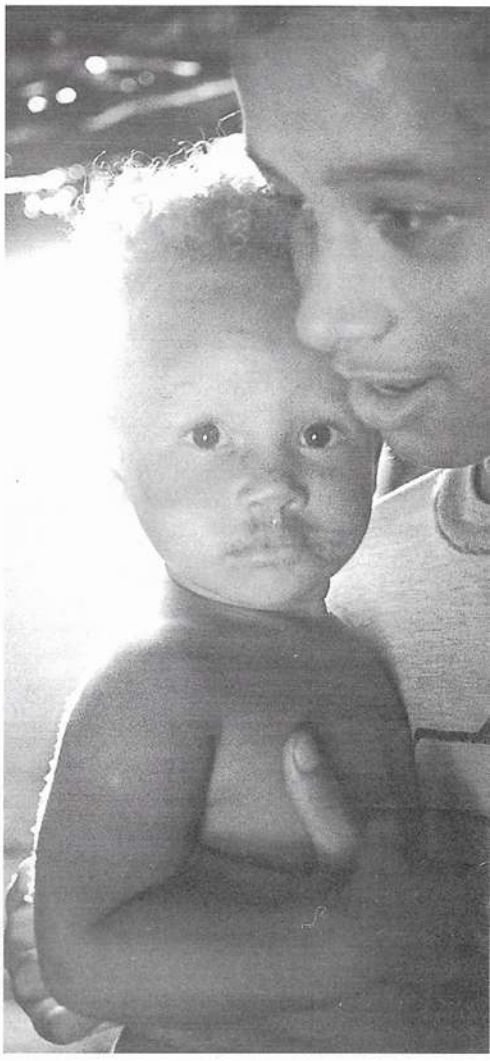
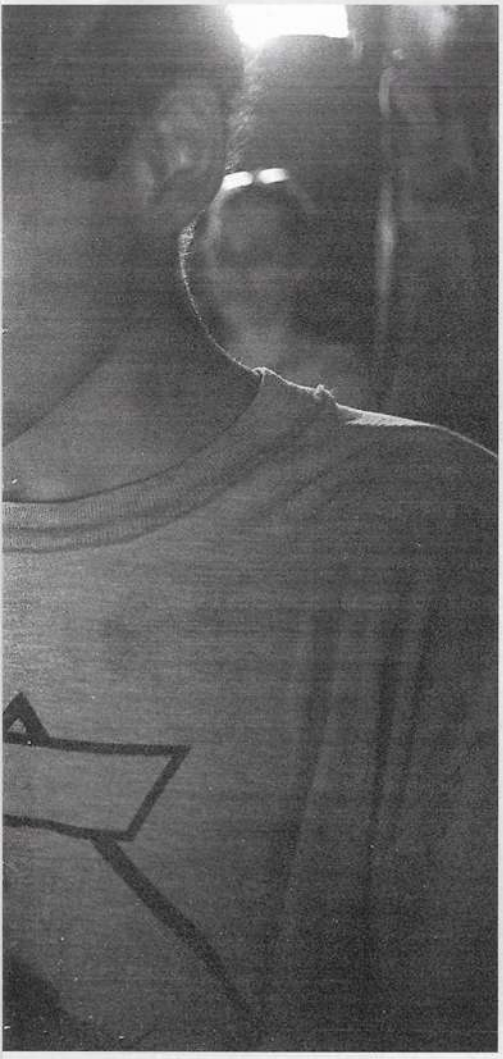


Foto João Ripper

A interculturalidade sempre está apostando na relação entre grupos sociais e entre grupos étnicos, enfrentando a resolução dos conflitos inerentes a essas relações, assim como favorecendo os processos de negociação cultural, estimulando que esta perspectiva penetre as diferentes dimensões da dinâmica escolar.



habilidades necesarias para la experiencia escolar. Otra perspectiva del multiculturalismo afirma de tal manera la identidad de cada comunidad y cada grupo social, que defiende la necesidad de tener una escuela adecuada para su universo y, por lo tanto, propone la existencia de escuelas específicas para los diferentes grupos sociales y culturales. Si bien es difícil que se afirme de modo explícito esta perspectiva, en la realidad brasileña, en la práctica, muchas veces esta realidad termina llevándose a cabo. Unas escuelas son para unos y otras escuelas son para los otros. La perspectiva intercultural pone el énfasis en construir una educación que favorezca las relaciones entre los diferentes grupos sociales, étnicos y culturales en general. Se trata de un tema difícil, ya que la escuela tiene una gran dificultad en lidiar con las diferencias. La escuela fue construida a partir de una visión monocultural que, en general, se corresponde con la de las clases dominantes. En la tradición histórica de la institución escolar está muy acentuado este carácter monocultural y por eso es necesario transformar la cultura escolar para que ella asuma la perspectiva intercultural, la incorpore en el currículo, abra espacios a las contribuciones de las diferentes tradiciones culturales y amplíe la visión cultural que, en general, la escuela transmite. También es necesario trabajar la cultura de la escuela, los símbolos, los valores, los ritos, por ejemplo, para que incorporen la perspectiva intercultural. La interculturalidad siempre está referida a la relación entre grupos sociales y étnicos, enfrentando los conflitos presentes en estas relaciones, procurando favorecer procesos de negociación cultural y estimular para que esta perspectiva penetre en las diferentes dimensiones de la dinámica escolar.

Es necesario transformar la cultura escolar para que ella asuma la perspectiva intercultural.

NA - ¿Qué es educar para la tolerancia?

Vera Maria Candau – La expresión «educar para la tolerancia» es poco usada entre nosotros. En otros contextos culturales y sociales la expresión tiene más tradición. Esto no quiere decir que no reconozcamos que existe una amplia reflexión desde el punto de vista filosófico y político sobre la problemática de la tolerancia en la construcción de un estado pluralista y democrático. Sin embargo, desde mi punto de vista, la tolerancia de alguna forma tiene un carácter etnocéntrico, es decir, toleramos lo diferente, somos nosotros los que toleramos que el otro exista. Es evidente que tolerar que el otro exista, permitir que él exista, no negar al otro, no destruirlo, real o simbolicamente, es un elemento básico en las relaciones sociales. No obstante, yo diría que la cuestión de la tolerancia es casi la cuestión de la " ciudadanía mínima", es el grado más elemental de la ciudadanía. Desgraciadamente, en sociedades como la nuestra, tenemos que hablar, desarrollar, profundizar en este nivel mínimo, puesto que éste muchas veces no es respetado y el «otro» es negado, destruido, elimina-

NA - O que seria educar para tolerância?

Vera Maria Candau – A expressão "educar para tolerância" é pouco usada entre nós. Em outros contextos culturais e sociais ela tem mais tradição. Isto não quer dizer que não reconheçamos que existe uma ampla reflexão do ponto de vista filosófico e político sobre a questão da tolerância na construção de um estado pluralista e democrático. No entanto, na minha perspectiva, a tolerância, de alguma forma, tem um caráter etnocêntrico, isto é, toleramos o diferente, somos nós que toleramos que o outro exista. Evidentemente que tolerar que o outro exista, permitir que ele exista, não negar o outro, não destruir o outro é um elemento básico nas relações sociais. No entanto, eu diria que a questão da tolerância é quase a questão da cidadania mínima, o patamar mais elementar de cidadania. Infelizmente, em sociedades como a nossa, temos ainda que falar, desenvolver, aprofundar nesse patamar mínimo, dado que ele muitas vezes não é respeitado e o outro é negado, destruído, eliminado, muitas vezes, fisicamente e, outras, no imaginário coletivo, no âmbito simbólico.

A educação intercultural quer promover uma educação do reconhecimento do outro, do diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais.

No entanto, a educação intercultural pretende ir mais longe. Ela quer promover uma educação do reconhecimento do outro, do diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, uma educação para uma negociação cultural e uma educação para construir um projeto comum, onde as diferenças sejam integradas. Portanto, na minha perspectiva, a visão da educação intercultural não pode ser reduzida a uma educação para tolerância - ela seria o patamar cívico mínimo.

Para construirmos uma sociedade democrática, plural, uma sociedade humana, uma sociedade que afirme uma igualdade fundamental para todos e todas, temos que ultrapassar esse patamar mínimo e promover uma educação para o diálogo, para a negociação cultural e para uma construção comum, onde as diferenças sejam parte desse patrimônio comum.

Nessa perspectiva, considero importante trazer uma expressão do subcomandante Marcos, quando lhe perguntaram que tipo de mundo ele gostaria de construir. E ele afirmou: "um mundo em que todos os mundos tivessem lugar". Esse é o grande desafio do momento atual da humanidade, onde parece que só uns têm lugar nesse mundo.

NA - Qual seria o papel da escola em relação aos valores transculturais?

Vera Maria Candau – A questão dos valores transculturais é outra questão complexa e difícil. É interessante você ter se referido a valores transculturais e não a valores universais. Quando falamos em valores universais estamos nos referindo a valores a serem afirmados por todos os grupos sociais e culturais como expressão de um projeto de humanidade, mas a grande questão é: Como se constrói essa universalidade? Quem define os valores que são para todos? Como se chega lá? Através de que processos e mediações? Em que nos fundamentamos para defender essa universalidade? Pessoalmente também prefiro falar de valores transculturais, dado que é um outro tipo de entrada nessa questão, que se baseia no fato de que os grupos sociais e culturais através da história, a partir de suas experiências concretas, vão adquirindo a consciência de que há valores que comprometem aos diferentes grupos e que atravessam as nossas culturas sem negá-las, mas de alguma forma também submetendo-as a uma crítica, exatamente, para que não absolutizemos os universos culturais, afirmando que esses universos podem ser discutidos, estão em processo contínuo de construção, de mudança, e de reconfiguração.

A escola está construída em cima dos valores considerados universais, de uma universalidade muitas vezes abstrata e que, se aprofundarmos um pouco, termina por assumir valores ocidentais, em grande parte valores europeus, considerados portadores de universalidade.

A questão hoje é perguntarmo-nos e discutirmos que universalidade é essa, mas, ao mesmo tempo, é tentar não cair num relativismo absoluto, fechando a questão dos valores em um determinado universo

do, muchas veces físicamente y otras en el imaginario colectivo, en el ámbito simbólico. Sin embargo, la educación intercultural pretende ir más lejos. Quiere promover una educación que reconozca al otro, una educación que promueva el diálogo entre los diferentes grupos sociales y culturales, una educación para una negociación cultural y una educación para construir un proyecto común, en donde las diferencias sean integradas. Por lo tanto, yo creo que la visión de la educación intercultural no puede ser reducida a una educación para la tolerancia. Éste sería el grado mínimo de ciudadanía. Para construir una sociedad democrática, plural, una sociedad humana, una sociedad que afirme una igualdad fundamental para todos y todas, tenemos que superar ese grado mínimo y promover una educación para el diálogo, para la negociación cultural y para una construcción común, en donde las diferencias formen parte de ese patrimonio común.

Teniendo en cuenta esta visión, considero importante hacer presente una expresión del subcomandante Marcos, cuando le preguntaron qué tipo de mundo él quería construir. Él afirmó: «un mundo en el que todos los mundos tengan un lugar». Ése es el gran desafío del momento actual de la humanidad, en la que pareciera que sólo unos tienen lugar en este mundo.



Foto João Ripper

NA - ¿Cuál es el papel de la escuela en relación a los valores transculturales?

Vera Maria Candau – El tema de los valores transculturales es un tema complejo y difícil. Es interesante que usted se haya referido a los valores transculturales y no a los valores universales. Cuando hablamos de valores universales nos referimos a valores que deberían ser afirmados por todos los grupos sociales y culturales como expresión de un proyecto de humanidad, pero la gran pregunta es cómo se construye esa universalidad, quién define los valores que son para todos, cómo se llega a esa definición, a través de qué procesos y mediaciones, en qué nos fundamentamos para defender esa universalidad.

El tema de los valores transculturales hace que nos situemos críticamente en relación a los valores universales.

Personalmente, también prefiero hablar de valores transculturales, ya que se trata de otra forma de entrar en esta difícil cuestión. Esta otra forma se basa en el hecho de que los grupos sociales y culturales a través de la historia, a partir de experiencias concretas,

JORGE AMADO
Vigor literário e polêmicas políticas

Um dos maiores contadores de história que o Brasil – quiçá o mundo – já conheceu, Jorge Amado, autor de Tieta do Agreste, Dona Flor e seus dois maridos, Gabriela, cravo e canela, Terras do sem fim *e dezenas de outros títulos, é dono de uma obra que, como nenhuma outra no Brasil, atravessou nossas fronteiras, tornando-se a mais traduzida e conhecida no exterior. Sua obra foi traduzida para mais de 40 países. Só em francês, existem 29 títulos traduzidos. Em espanhol, 28. Em russo e inglês, 19.*

Suas histórias romperam o mundo e divulgaram as imagens de um Brasil exótico, mestiço e místico. Ele, melhor do que ninguém, retratou o cotidiano brasileiro, mais especificamente baiano, com seus romances recheados de prostitutas lânguidas, severas beatas, vagabundos encantadores, vigaristas, coronéis, comerciantes, marinheiros, corruptos, pescadores e muita gente da terra, muita gente simples.

Suas personagens povoam o imaginário social do brasileiro e colaboraram, nos últimos 60 anos, na construção da identidade cultural deste povo. Grosso modo, o Brasil se descobriu e se revelou ao mundo pelas letras de Jorge Amado: cachaça, capoeira, feijoada, azeite, candomblé, ladeiras, malandragens, promessas, rituais, fazendas, comícios, afagos, romances e muito mais. E entre a sensualidade e a malandragem, o trabalho duro e a exploração, a política e a religião, o ritmo e a festa, vamos, enquanto povo, nos reconhecendo e nos reconstruindo. Jorge Amado retratou uma terra cruel, mas encantadora e vigorosa.

No dia 06 de Agosto, o Brasil perdeu este Jorge, amado, que tão bem soube nos traduzir e de maneira positiva. Sua obra, acusada muitas vezes de populista e pitoresca, na verdade, revela características desse povo que para muitos deveriam ser abafadas e nunca exaltadas.

Sua atuação política foi um dos sinais das nossas ambigüidades: comunista convicto na juventude e amigo íntimo dos coronéis da política nacional nas últimas décadas de vida. Jorge Amado foi perseguido e espionado, tanto na Ditadura Vargas (1937-1945), durante a qual chegou a ser preso, quanto na ditadura militar (1964-1985). Em 1945, foi eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro e destacou-se como um defensor e divulgador do stalinismo. E sobre isso, os críticos o acusam de nunca ter revisto publicamente os seus posicionamentos e os equívocos da extinta União Soviética. No entanto, foi defensor de Antônio Carlos Magalhães, político baiano, que foi um dos principais líderes civis que apoiaram a ditadura militar durante todo o regime e que, recentemente, pediu afastamento do Senado Federal para não se ver cassado por falta de decoro parlamentar.

Para além das pendengas políticas, Jorge Amado foi um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos. Estreou no mundo da literatura aos dezenove anos com a obra O país do carnaval *e marcou o século XX como o autor que soube melhor traduzir o povo brasileiro e suas figuras e personagens.*

Marcelo Andrade de Souza
Novamerica/Brasil

cultural, o que nos levaria inclusive, no limite, a negar a própria democracia ou a própria possibilidade de construirmos algo juntos. A questão dos valores transculturais nos situa, de uma maneira crítica, em relação aos valores universais tal como estamos acostumados a considerá-los, assim como em relação ao relativismo cultural radical.

No que diz respeito à educação, nos desafia a reconhecer aspectos específicos de cada grupo social, de cada contexto sócio-cultural e, ao mesmo tempo, aqueles que perpassam, que atravessam os diferentes universos culturais que interagem em um determinado momento histórico.

Numa época de processos de globalização cada vez mais fortes, é urgente e imprescindível trabalharmos esta dialética entre o comum e o específico, o local e o global. Que valores são esses? Parece-me que este tema deve ser objeto de uma ampla discussão, na qual participem os diferentes atores sociais, para que sua explicitação seja fruto de uma consciência comum, coletiva, dos valores que estamos querendo construir e que devem impregnar o projeto comum de mundo com o qual estamos dispostos a nos comprometer. Portanto, não me parece que esses valores sejam valores a priori, mas sim valores que têm que ser construídos e explicitados na própria prática social. No entanto, é possível afirmar que a humanidade está gritando, basta ler os jornais de cada dia, por igualdade, liberdade, justiça, solidariedade e que esses são valores que cada vez mais a consciência coletiva da humanidade está clamando e a educação certamente é um elemento importante na sua promoção. Estamos desafiados a trabalhá-los nas nossas diferentes práticas educativas na perspectiva da articulação entre igualdade e diferença. •

desarrollan la consciencia de que hay valores que comprometen los diferentes grupos y que atraviesan nuestras culturas sin negarlas, pero que de alguna manera también las someten a una crítica, exactamente, para que no absoluticemos los universos culturales sino para que, al contrario, podamos afirmar que estos universos pueden ser discutidos, están en proceso continuo de construcción, de cambio, de reconfiguración. La escuela está construída teniendo por referencia valores considerados universales, a partir de una visión muchas veces bastante abstracta de estos valores y que, si profundizamos un poco, está referida a valores occidentales, en gran parte europeos, considerados portadores de universalidad. La cuestión hoy es preguntarnos y discutir qué universalidad es ésa y al mismo tiempo no caer en un relativismo absoluto, reduciendo la afirmación de los valores a un determinado universo cultural. Esto nos llevaría, incluso, a negar la propia democracia y la propia posibilidad de construir algo juntos. El tema de los valores transculturales hace que nos situemos críticamente en relación a los valores universales tal como estamos acostumbrados a considerarlos, así como también en relación al relativismo cultural radical.

En lo que se refiere a la educación, ésta nos desafía a reconocer aspectos específicos de cada grupo social, de cada contexto sociocultural, y al mismo tiempo, a reconocer aspectos que atraviesan los diferentes universos culturales que interactúan en un determinado momento histórico. En épocas de procesos de globalización cada vez más fuertes, es urgente e imprescindible trabajar esta dialéctica entre lo común y lo específico, lo local y lo global. ¿Qué valores son estos? Me parece que este tema debe ser objeto de una amplia discusión en la cual deben participar los diferentes agentes sociales para que explicitarlos sea el fruto de una conciencia común, colectiva, de los valores que estamos queriendo construir y que deben impregnar el proyecto común con el cual estamos dispuestos a comprometernos. Por lo tanto, no me parece que esos valores sean valores a priori sino más bien valores que tienen que ser construidos o explicitados en la propia práctica social. En esta perspectiva, es posible afirmar que la humanidad está gritando - basta leer los diarios - por igualdad, libertad, justicia, solidaridad y que esos son valores que cada vez más la conciencia colectiva está clamando. La educación ciertamente es un elemento importante para la promoción de estos valores. Estamos desafiados a trabajarlos en nuestras diferentes prácticas educativas según la perspectiva de la articulación entre igualdad y diferencia. ●

1 En portugués este término se refiere a la pérdida de la identidad, de aquellas características que pertenecen y están de manera implícita en la idiosincrasia de cada cultura.



Foto João Ripper

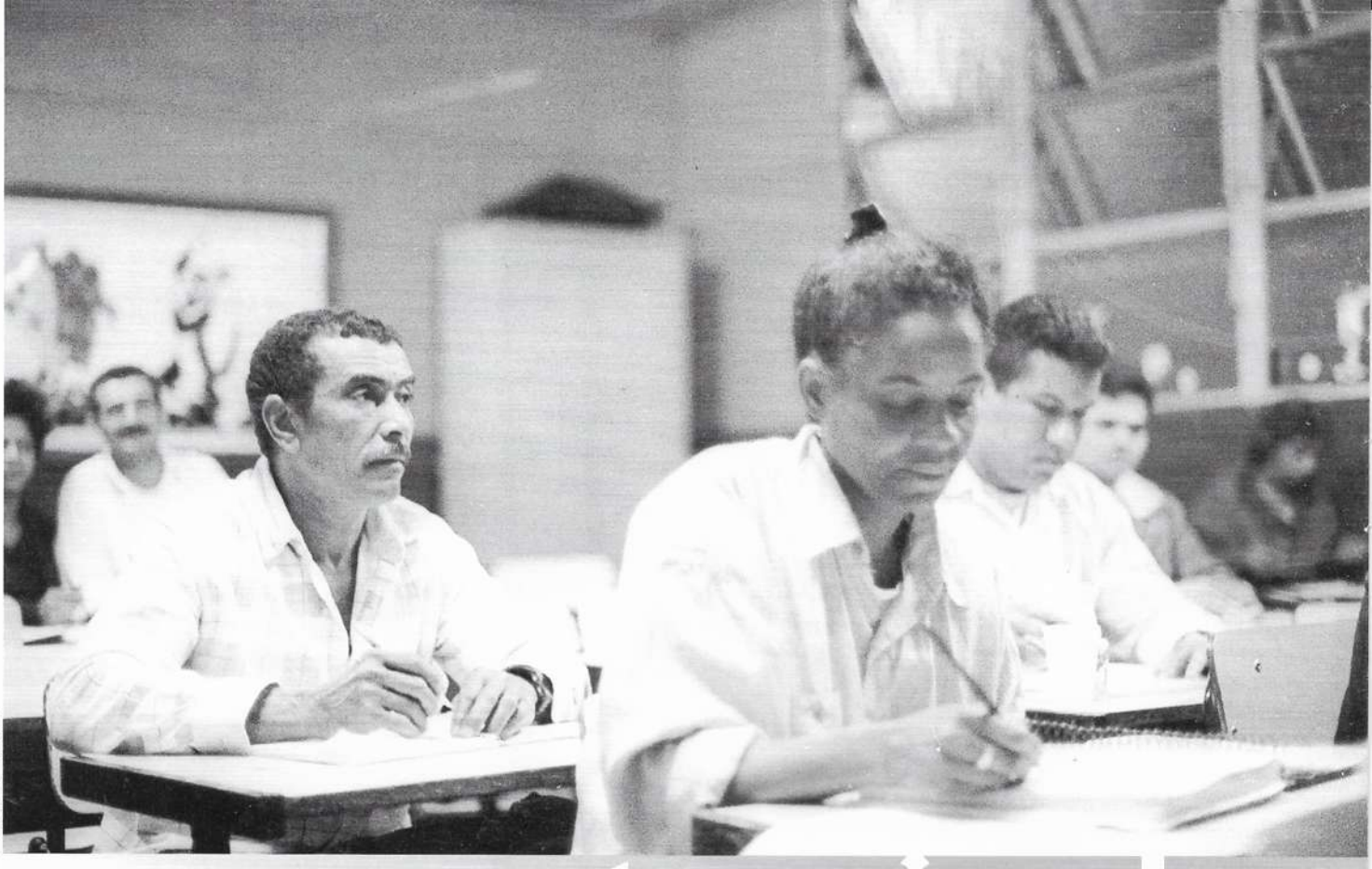


Foto João Ripper

construìndo construyendo

La situación de los afro descendientes brasileños es una afrenta para todos los que luchan por justicia y por la integración de las etnias. Los "pré-vestibulares"* étnicos surgieron como una forma concreta de hacer políticas públicas, eligiendo la educación como uno de los principales instrumentos de autorrescate de los afro descendientes. La idea nació en Bahía, a partir de las reflexiones de entidades negras, como instrumento de concientización, articulación y apoyo a la juventud negra de la periferia de Salvador. Actualmente son más de 700 núcleos en todo Brasil. Valiéndose del trabajo voluntario y de la contribución de entidades diversas, como la Iglesia Católica, los "pré-vestibulares" étnicos se convirtieron en espacios alternativos para la discusión y la profundización de los grandes temas que angustian a la sociedad, generando consciencia en el pueblo y ampliando sus conciencias de ciudadanos en un proceso de inclusión.

Pré-vestibulares étnicos: nova forma de luta dos afrodescendentes?

Frei David Raimundo Santos OFM
Rio de Janeiro - Brasil

caminhos

caminhos

Frei David Raimundo Santos OFM - Praça Pe Bento n.º 1 Igreja Santo Antônio do Pari CEP 03031-050 - PARI SP Tel.: (011)9933-1560 Telefax: (0xx11) 3106-3411 Email: freidavid@saofrancisco.edu.br Home page: www.membro.intermega.com.br/educafro

A situação dos afrodescendentes brasileiros é uma afronta a todos os que lutam por justiça e por políticas públicas voltadas para a integração das etnias. É uma das maiores provas de omissão governamental: todos os sucessivos Presidentes da República receberam relatórios anuais dos seus órgãos de pesquisas com um retrato forte da realidade do povo brasileiro. Neles têm ficado evidente o drama dos afrodescendentes. Anos após anos esta situação se agrava e, o que os governantes têm feito para mudar esta realidade?

Os pré-vestibulares étnicos nasceram potencializando esta preocupação e escolhendo a educação como um dos principais instrumentos de auto-resgate dos afrodescendentes. Trata-se de uma forma concreta de se fazer políticas públicas a partir da garra do povo pobre que cresce em consciência dos seus direitos e das injustiças que têm sofrido nestes 501 anos. Estes pré-vestibulares são concretas políticas de ação afirmativa que geram consciência no povo e ampliam suas consciências de cidadãos em processo de inclusão.

A GÊNESE DA PROPOSTA

A idéia de se criar um pré-vestibular para negros nasceu na Bahia, a partir das reflexões das Entidades Negras, como instrumento de conscientização, articulação e apoio à juventude negra da periferia de Salvador. A metodologia adotada na Bahia dificultava a repetição da experiência por outros setores populares: os professores recebiam salários, os alunos pagavam quase meio salário mínimo por mês e o espaço físico era alugado.

* *Curso preparatório para el examen de ingresso a la universidad.*

Na Baixada Fluminense surgiu em 1992 como idéia, nas reuniões da Pastoral do Negro, e foi sendo gestada lentamente, uma nova metodologia. A grande questão era como, sem dinheiro, conforme é a realidade do povo pobre, faríamos surgir uma revolução educacional que potencializasse o ingresso dos pobres em geral e dos afrodescendentes em particular às Universidades Públicas e Particulares (com bolsas de estudo). Quando conseguimos organizar um grupo de jovens dos trabalhos populares e eclesiais interessados na proposta, começamos a levantar nomes de pessoas do movimento negro que pudessem assumir a função de professores, prestando este serviço gratuitamente. Aí encontramos a primeira grande dificuldade: o número de pessoas do movimento negro que tiveram oportunidade de se formar em uma Universidade era insignificante! A opção foi, no início de 1993, recorrer a todos os setores da sociedade e assim conseguimos, meses depois, formar o primeiro quadro de professores voluntários.

O primeiro Núcleo começou a funcionar em maio de 1993, em São João de Meriti. As duas primeiras motivações para surgir este trabalho foram: a péssima qualidade do ensino de 2º grau na região e a pouca presença dos negros nas universidades brasileiras

Estas duas injustiças motivaram o nascimento desta experiência que hoje se multiplica pela Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, São Paulo e por outras cidades do Brasil. Estimamos em mais de 700 os núcleos ou experiências presentes em quase todos os Estados do Brasil. Em cada local foi se adaptando à realidade local, criando seu perfil próprio, inclusive com novos nomes. No Rio de Janeiro o nome é Pré-vestibular para Negros e Carentes. Em São Paulo um trabalho recebeu o nome de EDUCAFRO: Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes. Outro recebeu o nome de cursinho do Núcleo de Consciência Negra da USP, outro de Espaço Negro, etc. No Rio Grande do Sul recebeu o nome de Pré Vestibular Zumbi dos Palmares, e assim por diante...

O trabalho comunitário não quer ser uma extensão do automatismo da educação.

CULTURA E CIDADANIA

O trabalho comunitário não quer ser uma extensão do automatismo da educação. A coordenação, alunos e professores fazem destes pré-vestibulares espaços alternativos para se discutirem e aprofundarem as grandes questões que angustiam a sociedade. Para isso foi criada a matéria Cultura e Cidadania, na qual se debatem, com alunos e professores presentes, questões como: Racismo, Ideologia do Embranquecimento, Políticas Públicas, Questões da Mulher (Questão de Gênero), Violência Policial, Direitos Constitucionais, Direitos do Consumidor, Análise de Conjuntura, etc. Ela é ministrada com a mesma carga horária de matérias como Física, Química ou Matemática, mas sua construção pedagógica é diferente, pois abre para que o conjunto construa uma nova visão de si e dos outros (sociedade), numa dinâmica que engloba Debates, Análise de Filmes, Músicas, Textos, Teatros, Dinâmicas de Grupo, etc. Esta matéria não tem professor próprio, sendo animada pela coordenação através de convites a pessoas especializadas nos vários assuntos específicos.

Um dos aspectos fundamentais que será trabalhado em cultura e cidadania ao longo do ano, refere-se aos termos "Afrodescendentes", "Negros e Carentes". Só no uso destas palavras já se revela uma postura pedagógica que atinge dois públicos específicos:

a) Afrodescendentes: de cada 100 afrodescendentes, 83 em diferentes níveis, tem vergonha de se assumirem como negros (Revista Veja 7/7/93, pág. 68). O nome negro no projeto leva o afrodescendente a olhar para si mesmo. Começa a trazer para seu consciente este fato concreto que, ao longo de sua existência, foi "lançado para baixo do tapete": sou afrodescendente, tenho que ser carente? Porque todo o meu povo é pobre? Até quando?

b) Negros e Carentes: As palavras "NEGROS E CARENTES" afastam boa parte de pessoas da classe média que poderiam estar, em nossos núcleos, tirando vagas de alguém verdadeiramente pobre. Nenhum "classe média" vai querer se misturar com um grupo que se declara "pobre e afrodescendente". Poupa-se, assim, às coordenações, o incômodo trabalho de negar vagas para pessoas por terem um perfil de "não pobres".

BALANÇO DE 1993/2001

Um Pré-Vestibular particular, na Baixada Fluminense, iniciou o ano de 1993 com uma turma de 50 alunos e terminou, no final do ano, com 15 alunos. O nosso cursinho, comunitário, iniciou também o ano de 1993 com 98 alunos e terminou com 50 alunos. Consideramos este um alto índice de perseverança. Dos que chegaram ao final, 34% passaram no Vestibular para Universidades Públicas e 4 passaram para a PUC - Rio. A PUC, em apoio a esta experiência comunitária, concedeu para todos bolsas de estudo integrais. Para manter a bolsa até o fim do curso, os bolsistas não podem ter média abaixo de seis. Esta bolsa é um grande incentivo à

juventude negra e carente. Não só as bolsas, mas o trabalho como um todo está fazendo renascer a esperança na juventude das periferias, morros e favelas.

Em janeiro de 1994 tínhamos apenas um núcleo de pré-vestibular organizado. Era o núcleo da Igreja Matriz, em São João de Meriti, RJ. Ampliamos de 100 para 150 as vagas disponíveis e, em 20 de Novembro - Dia Nacional de Conscientização da Sociedade sobre o Negro, começamos a receber inscrições. No dia 18 de Fevereiro de 1994, último dia para as inscrições, tínhamos um total de 716 pessoas inscritas! Fomos surpreendidos com a grande procura e imediatamente começamos a animar a abertura de novos núcleos.

Ao longo de 1994, nasceram no Estado do Rio de Janeiro 23 novos núcleos, articulados entre si. Em São Paulo, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Manaus, Maranhão, Espírito Santo, Mato Grosso e outros, nasceram outras experiências, tendo outros nomes, seguindo mais ou menos a mesma proposta de trabalho.

No levantamento realizado em abril de 2001, vemos com alegria a PUC - Rio pular, após 7 anos, de 04 bolsistas para mais de 501 estudantes que receberam bolsas de estudos. Estimamos em mais de 2.700 o número de estudantes nossos nas 05 Universidades Públicas do Rio de Janeiro. A este número devem ser acrescentados os demais bolsistas das 5 outras faculdades ou universidades particulares que no Estado do Rio de Janeiro ofereceram ou oferecem algumas bolsas de estudos com percentagens variadas.

Em São Paulo, chegamos no mês de abril/2001 a atingir 534 universitários bolsistas, matriculados em diferentes instituições particulares. Nas Públicas, temos 46 alunos entre os matriculados e os que estão cursando como alunos especiais. O fato do vestibular da USP ser o mais elitista do Brasil, inclusive não permitindo que os pobres tenham isenção da taxa do vestibular, tem dificultado o ingresso dos nossos alunos nesta Universidade.

Para que cada núcleo de Pré-vestibular Comunitário funcione adequadamente, necessitamos do trabalho voluntário de cerca de 15 pessoas, entre coordenadores e professores. Especial papel neste processo desempenham os presidentes de sindicatos, associações de moradores, diretores de escolas, padres e demais coordenações de entidades que estão colocando à disposição o espaço físico de suas entidades para a concretização deste bonito mutirão educacional pluriétnico!

PORQUE ESTE RÁPIDO CRESCIMENTO?

A nosso entender, os principais fatores que explicam este rápido crescimento:

- Engajamento de entidades sólidas e de credibilidade, uso de espaços físicos disponíveis gratuitamente, tais como: salões de igrejas, sindicatos, candomblé, associações de moradores ou salas de escolas públicas. As despesas com a manutenção do espaço físico (água, energia elétrica, reformas, etc) entram como contribuição da entidade que acolhe o núcleo, o que barateia os custos.
- O trabalho voluntário de pessoas idealistas que fazem todos os esforços para abrir núcleos. São os coordenadores de núcleos, a maioria ex-alunos do Projeto que já estão nas Universidades.
- Valioso trabalho voluntário de professores idealistas que, apesar de pertencerem a uma classe que ganha salários injustos, doam algumas horas de seu descanso para esta experiência comunitária.
- A contribuição dos alunos para a manutenção do núcleo, cobrindo gastos como apostilas, apagador, lanche e passagem dos professores e da coordenação. Estas despesas são divididas entre os alunos em forma de cooperativa, cabendo a cada um, mensalmente, a contribuição no valor de

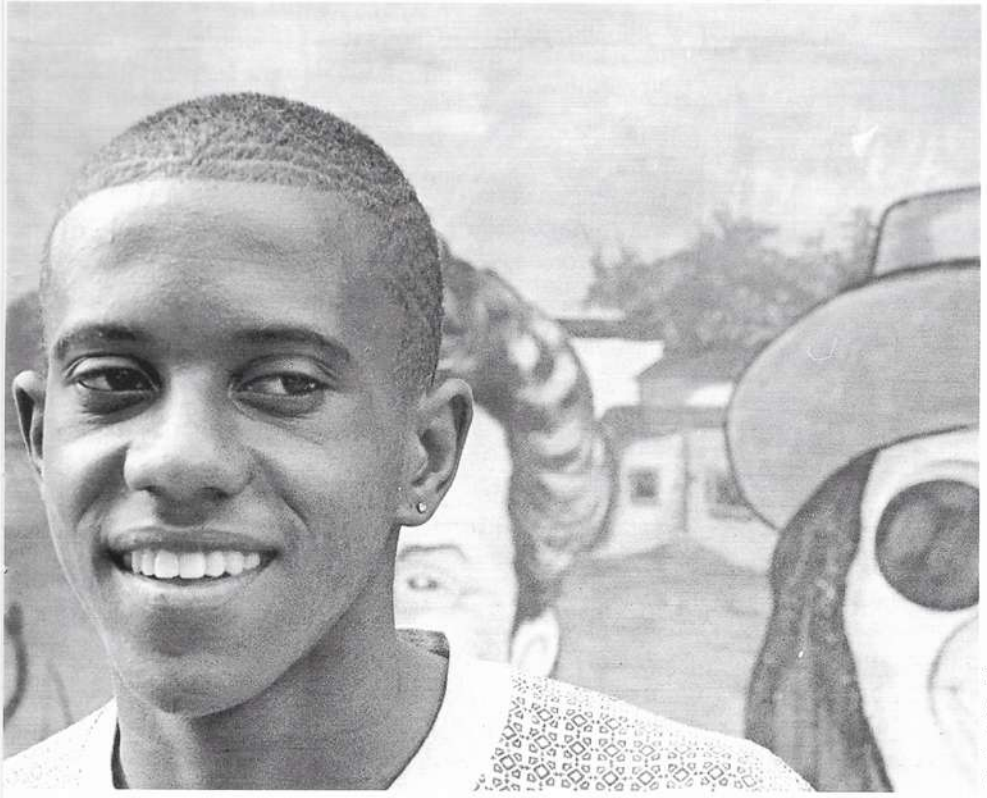


Foto João Ripper



Foto João Ripper

5% a 10% do salário mínimo.

- Destaque que é dado à força da comunidade local em se auto gerir, não necessitando de projetos financeiros externos.
- As aulas especiais de cultura e cidadania que são ministradas com a mesma carga horária das outras matérias, gerando uma consistente consciência social e solidária em todos os participantes.
- Sua articulação pela EDUCAFRO em forma de rede que motiva, por um lado, uma grande autonomia de iniciativa a cada núcleo e, por outro, garante o respeito aos princípios básicos.
- A oportunidade concreta de fazer uma faculdade pública ou particular que é oferecida a cada aluno que participa do projeto.
- Envolvimento de um grande número de pessoas de várias entidades, especialmente da Igreja Católica, trazendo e colocando a serviço da causa toda credibilidade popular da qual gozam as mesmas.
- Não se sobrecarregam os núcleos com tarefas além de suas possibilidades. O trabalho de conquistar bolsas, acompanhar os universitários bolsistas e conseguir uma estrutura mínima necessária para o funcionamento da coordenação geral tem sido assumido pelos frades franciscanos e por outras pessoas solidárias.

COMO SE TRABALHA OS CONFLITOS?

Trabalhar os conflitos a partir da dimensão pluriétnica numa sociedade que comemorou 500 anos de domínio monocultural ocidental europeu é um desafio muito grande. O nome "Pré-vestibular para Negros" e outros nomes étnicos, por um longo período, provocaram e ainda provocam grandes conflitos. Um setor da coordenação do Projeto tinha posições firmes com referência à importância da questão étnica. Sabia que o "*apartheid* à brasileira" era cruel e que a marginalização social e racial dos afrodescendentes sempre fez parte das estratégias dos grupos que se revezaram no poder através destes anos.

Já no primeiro ano, uma mãe branca, cuja filha ficou na lista de espera por vaga, ameaçou processar a todos, dizendo que a filha não foi aprovada porque era branca. Denunciava, assim, que o projeto discriminava os brancos. Tal fato provocou um grande e rico debate. A estratégia educacional estava dando certo: brancos e afrodescendentes estavam sendo estrategicamente provocados e assim, discutindo a questão racial (assunto antes proibido!) em sala de aula, na rua e na família! Como se dá a presença do branco e do afrodescendente em todos os escalões da sociedade? Percebia-se vitalidade no debate!!! Fortes argumentações, dados estatísticos e experiências de vida eram colocados em comum na mesma mesa! Foi perguntado à mãe sobre quais dados da história de opressão dos afrodescendentes ela conhecia. Praticamente nada, a não ser o dia em que os escravos foram "libertados" e coisas desse gênero.

Pouco tempo depois, estourou um outro conflito: um grupo de professores voluntários, afrodescendentes e brancos, comunicaram que só continuariam dando aulas se tirássemos o nome "negro" do projeto. O debate, mais uma vez, pegou fogo! Começou a crescer e a tomar proporções inesperadas. Por um lado, sabemos que a sociedade brasileira tem dificuldade para assumir sua realidade pluricultural. Por outro, o povo estava assimilando (e acolhendo como normal) a ideologia dominante mono cultural ocidental européia. Provocamos um debate informal com esses professores afim de medir o nível de informação crítica sobre a história do negro no Brasil que eles tinham. O resultado foi simplesmente vergonhoso! Um

texto, intitulado "Sem medo de assumir a palavra" foi aprofundado com eles provocando em todos a urgente necessidade de buscar informações. Foi um período muito rico do projeto!!! Eis um trecho deste texto: "Neste assunto, a classe dominante consegue fazer com que grandes segmentos da sociedade, que normalmente não se identificam com ela, passem a pensar da mesma forma. Isso porque a comunidade negra ainda não conseguiu levar o debate da negritude ao conjunto da sociedade. É grande o número de militantes de partidos de esquerda que, quando o assunto é a questão racial, defendem uma visão totalmente de direita. Foi a direita que criou o racismo no Brasil. Foi a direita que, em 1969, proibiu a organização do movimento negro, inclusive decretando leis que proibiam os jornais de divulgarem notícias sobre questões raciais, discriminação, etc".

É RACISMO DESTACAR O NOME NEGRO?

Vários segmentos da sociedade brasileira evitam a todo custo refletir sobre a questão racial. Isso acontece com as Emissoras de Televisão, Rádios, Jornais, Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Senado da República, etc. Até aí compreendemos: afinal, quem são os "donos" desses espaços?

No entanto, quando olhamos para as salas de aula das escolas públicas e particulares, vemos uma grande percentagem de professores identificados com um pensamento avançado, de esquerda, e perguntamos se lá eles estão trabalhando a questão racial. A resposta é assustadora! Quando chegam a falar, a grande maioria apenas reproduz o que aprendeu nos bancos escolares. Aí está o grande erro das esquerdas: acham que a discriminação racial é secundária e que a determinante é a discriminação social. Na verdade, as duas são extremamente arrasadoras. Todo branco pobre sofre a discriminação social. No entanto, o negro pobre, além de sofrer a discriminação social, sofre também a discriminação racial. Se você der mais ênfase à discriminação social, corre o perigo de reproduzir o sistema, negando à maioria do povo seu espaço, pois, segundo a UNESCO, 70% do povo brasileiro é afrodescendente. Não se deve achar que a questão racial é só coisa do movimento negro... O problema racial que existe no Brasil foi gestado por toda sociedade e esta mesma sociedade, em seu conjunto, precisa abrir espaços no seu dia-a-dia para refletir e buscar pistas de solução. Aí está o motivo da palavra "negro," "afrodescendente," etc: é um instrumento para fazer acontecer o debate, tirando-o só do movimento negro e colocando-o no seu devido lugar: na sociedade.

O racismo disfarçado da sociedade brasileira ocupa todos os espaços, desde a escola até o cotidiano das ruas.

Nossos núcleos de pré-vestibular não discriminam. Apenas potencializam os discriminados. Dão aos discriminados (conscientes e inconscientes) e àqueles que lhes são solidários, a possibilidade de aproveitarem grandes momentos, onde podem debater a situação. Trabalhando a consciência, brancos e negros serão beneficiados. Deixando como está, só um lado é beneficiado. Esse trabalho desperta a consciência de cidadania em todos: brancos e negros!

Na verdade, acolher a palavra "negro" é mexer com histórias pessoais de cada um de nós, que estão lá dentro, amordaçadas. Quem de nós não tem antepassados provenientes da comunidade negra? A grande maioria dos professores e alunos têm raízes afro... Temos refletido sobre esta realidade? Temos coragem de assumi-la? Isso nos agrada?

A palavra "negro" quer dizer raça, etnia. A palavra "preto" quer dizer cor. Exemplo: o sapato é preto. No entanto, o sistema associou tudo o que não presta com o nome negro. Exemplos: valas negras; o dia será negro; a fome é negra; etc. É nossa proposta (e queremos contar com todos para isso) reverter esse processo. Utilizando a palavra "negro" "afrodescendentes" , etc, em contextos positivos, estaremos desmascarando o sistema. A reação de muita gente, achando a palavra "negro" "pesada", revela já possuir certo nível de contágio imposto pelo sistema. Essas pessoas precisam combater logo esse contágio!

O racismo disfarçado da sociedade brasileira ocupa todos os espaços, desde a escola até o cotidiano das ruas. O negro sofre discriminação na sua cultura, no seu modo de ser, na sua expressão religiosa, na sua linguagem, no trabalho e em tantos outros espaços.

A dimensão cultural negra abre-nos a possibilidade de descobrirmos as raízes de nossos antepassados. O eco de ontem dá sentido ao nosso hoje. Aprofundar esse tema é conquistar o sentido do nosso amanhã. Continuar a refletir sobre a cultura negra, nos aspectos do ser negro dentro da sociedade – que não é só uma questão de cor de pele – vai nos dar uma nova alternativa de compreensão e crescimento sócio-político. Assumir a negritude não é racismo: é postura consciente diante dos outros, da sociedade, da vida..."

Não temos dúvidas: os pré-vestibulares étnicos passaram a ser uma nova forma de se fazer movimento de identidade étnica, a partir dos afrodescendentes. •

Democracia y pluralidad cultural

Sergio C. Duarte Méndez
Arquitecto Guatemalteco

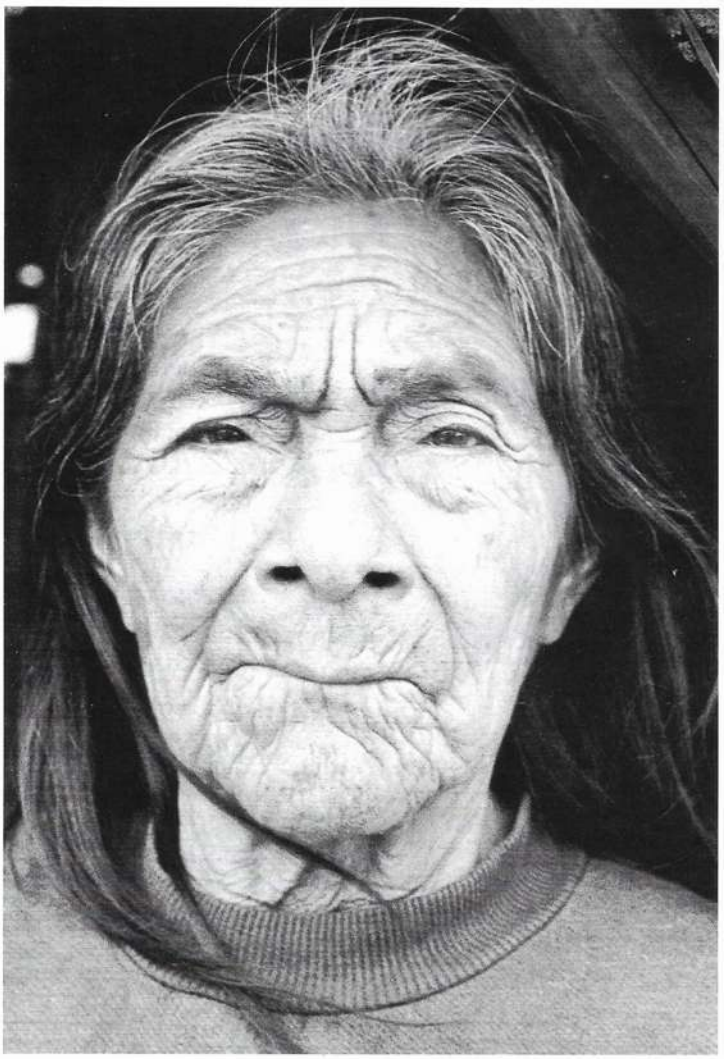


Foto João Ripper

Donde quiera que vivan, ya sea en las planicies o en los valles, en áreas marginales o en pueblos aislados, sea cual fuere el idioma que hablan, hinsi, swahili o uzbek, los pueblos poseen una cosa en común: No desean caridad. Desean una oportunidad. No desean soluciones impuestas desde afuera. No desean mi cultura o la tuya. Desean su propia cultura. Desean un futuro enriquecido por la herencia de su pasado. James D. Wolfensohn, Presidente del Banco Mundial (Traducción libre de G. Mayén)[1].

He seleccionado la que considero una afortunada cita utilizada en el reciente seminario taller Cultura y pobreza, realizado los días 11 y 12 de junio pasado en la ciudad de Guatemala[2]. Digo afortunada particularmente porque pone en relación el tópico de democracia y pluralidad cultural que nos ocupa en este momento; tocando con profundidad y esbozando como anhelos diversos elementos sustantivos de una nueva visualización de democracia sustentada en el reconocimiento de las diferencias, la no imposición y el reconocimiento del aporte de la

Considerando um conceito amplo de cultura e a existência de diversas culturas, propõe-se que a democracia seja baseada no reconhecimento da pluralidade cultural. A democracia deve responder às finalidades de promoção das culturas e de desenvolvimento humano sustentável. Para que isso ocorra, tornam-se necessárias mudanças legais e a consolidação de formas de participação que respondam às características dos diversos grupos etnoculturais. Uma verdadeira democracia requer a igualdade de oportunidades para que se reverta a situação dos grupos etnoculturais marginalizados e reprimidos por suas diferenças com a cultura hegemônica. Espera-se que, na Guatemala, o Acordo de Identidade e Direitos das Cidades Indígenas atinja seus objetivos, servindo de exemplo para todo o continente.

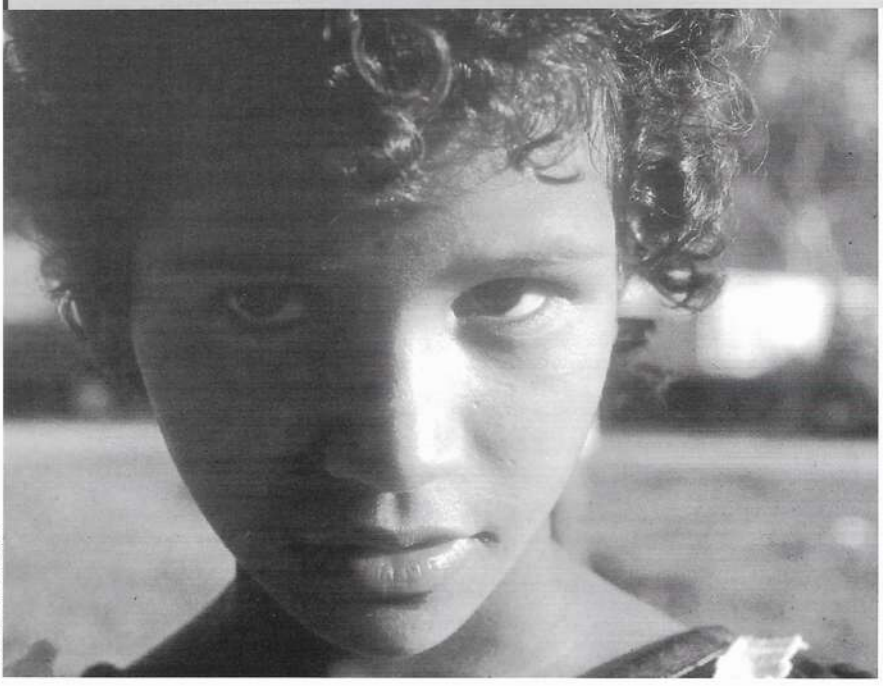


Foto João Ripper

Sergio C. Duarte Méndez,
arquitecto guatemalteco, se ha desempeñado como técnico de apoyo en diversos proyectos de desarrollo y como comunicador social. Consultor en asuntos de comunicación, interculturalidad y políticas públicas para el PNUD y el Banco Mundial.
E-mail:duartesergio@hotmail.com

herencia cultural en la construcción del futuro de nuestras sociedades o de nuestra gran sociedad global.

No pretenderé decir que en este evento se agotaron las discusiones y se dijo la última palabra, más bien diría que se inició una reflexión alrededor de la inclusión de la dimensión cultural a la planificación del desarrollo. He querido destacar de esta reflexión tres elementos claves, que desde mi punto de vista sintetizan la realidad del anhelo expresado en la cita inicial.

El primero de estos elementos y que fue la base de la realización del seminario es el reconocimiento de que somos diferentes: En el caso de Guatemala, los Acuerdos de Paz, suscritos entre el Gobierno y la Unidad Revolucionaria Guatemalteca, dejaron claramente definida la necesidad del reconocimiento oficial de la pluriculturalidad, multilingüismo y multietnicidad que caracterizan la composición social del país. Este punto de partida define un principio básico para la construcción de una verdadera democracia en el país y en aquellos países donde se comparte una soberanía

territorial por más de un grupo etnocultural. Claro que difícilmente encontraremos un país enteramente homogéneo en el sentido cultural y es preciso señalar que si bien hasta años recientes los científicos sociales llegaron a considerar que la tendencia de la sociedad era la homogenización cultural y que podría esperarse que del fenómeno de globalización se desprendiera la desaparición de muchas culturas, la realidad parece diferente, o al menos las diferentes culturas, hoy en día, se visibilizan de manera mas ostensible.

Pero, ¿de qué hablamos cuando nos referimos a cultura? De hecho, al menos el concepto inapropiado de cultura, que se expresaba en el sentido equivalente a la ignorancia de la cultura hegemónica (no es culto: las personas no hacen esto o lo otro porque no son cultas, a tal comunidad le hace falta cultura, por eso no progresa), parece estar desapareciendo. Nos encontramos hoy con elementos comunes, tanto desde el ámbito científico académico, como político internacional y político local que delimitan el concepto de cultura en el ser y quehacer del ser humano. Cultura es contenido y continente, configura al ser en sus características sociales esenciales y en las formas de relación con su entorno: todos tenemos cultura y cada una digna de reconocimiento y aprecio. La cultura es dinámica y se recrea. La cultura se concreta en objetos tangibles y fenómenos intangibles. La democracia es una expresión cultural.

Los pueblos indígenas americanos, con idiomas propios, cosmovisión propia, espiritualidad propia, organización social, y las poblaciones emigrantes y mestizas constituyen la pluralidad cultural de América. Obviamente los grupos etnoculturales no son homogéneos dentro de sí mismos. Los científicos antropólogos señalan la existencia de formas culturales que se conforman en el marco particular de segmentos sociales, ya sea por género, profesión u oficio, opciones sexuales y religiosas, grupos etáreos, etcétera.

La verdadera democracia de que hablamos debe representar y dar cabida al desarrollo cultural de cada una de las expresiones culturales de sus ciudadanos en condiciones de igualdad y de equidad. El reconocimiento, el respeto y la tolerancia en un marco de libertad constituyen un prerrequisito en esta visión de democracia en construcción.

Un segundo elemento concierne a la desigualdad. Por razones históricas conocidas, en países como Guatemala, las oportunidades, la riqueza, la participación política y el poder son accesibles a un limitado sector de un grupo cultural hegemónico, el cual, además, ha pretendido imponer su cultura.

Los pueblos indígenas americanos han sido víctimas de genocidio e invisibilización. Han sido víctimas de políticas impuestas que se basan en modelos asimilacionistas y que han pretendido la eliminación de sus culturas y las expresiones de estas. Hechos que se han dado en momentos nacionales republicanos recientes, no estamos hablando de hace cuatrocientos años.

La diferencia no debería implicar desigualdad, pero, por ejemplo, el mapa de la pobreza coincide con las áreas donde las poblaciones predominantes pertenecen a otras culturas que no son la dominante. Está claro que no se puede hacer un reduccionismo cultural y obviar las condiciones de clase o género en el fenómeno de la pobreza y en la participación política, pero sin educación y justicia en el propio idioma, para mencionar sólo dos ejemplos, ¿quién puede hablar de democracia?

El tercer elemento clave lo constituyen las oportunidades de participación. Y este elemento en el seminario taller referido sintetizó con precisión el contenido del deber ser de la democracia y el pluralismo cultural. Estoy seguro que en el futuro próximo caerán diversos mitos relacio-

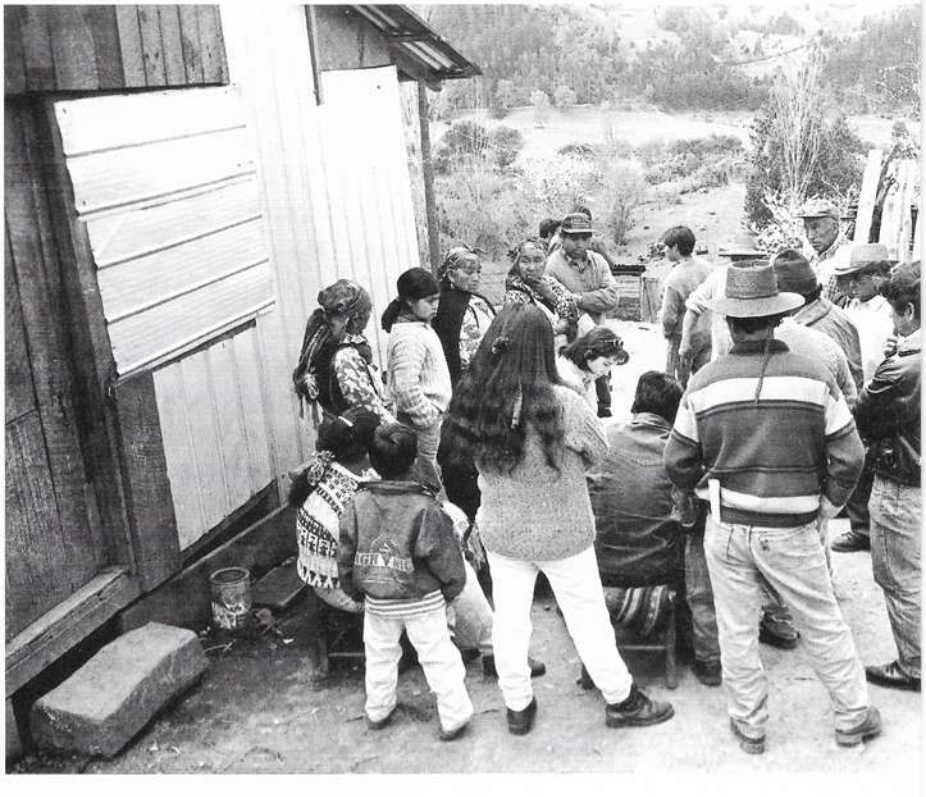
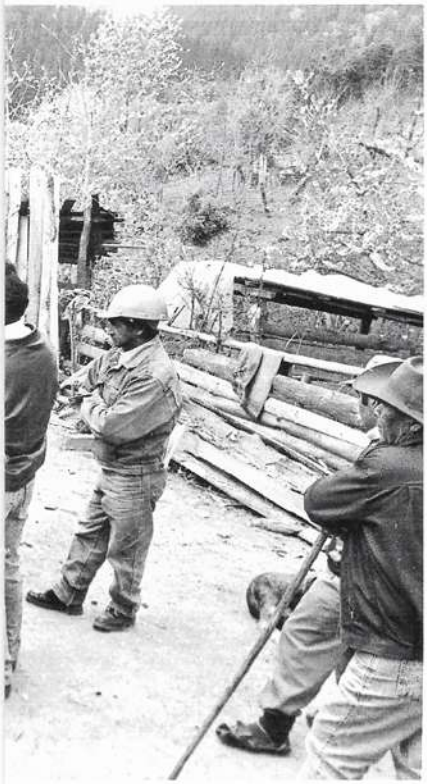


Foto João Ripper

nados a la participación social y definitivamente, desde las bases de la sociedad, en las comunidades, la conciencia de que la participación va mas allá de hacer zanjas para tener derecho a la introducción de agua potable (porque nada es regalado), empieza a ser un hecho. No menciono el voto en períodos de elección ya que por su limitado ejercicio se podría asumir que no es visualizado como participación por parte del grueso de nuestras poblaciones, sino veamos los datos de participación de las mujeres indígenas en el padrón electoral.

Democracia es, o debiera ser, participación en el poder. Y desde el punto de vista del pluralismo cultural conlleva la integración de las formas y principios culturales diferenciados: la integración de formas organizativas de los pueblos indígenas a los esquemas nacionales de decisión, la consideración del derecho consuetudinario en la resolución de conflictos, la creación de procedimientos de consulta para el diseño y formulación de políticas públicas, la consideración de indicadores diferenciados de acuerdo a los grupos étnico culturales y el reconocimiento y consideración del saber acumulado en las diversas culturas. Sólo de esta manera es posible la construcción del futuro de las comunidades, de los pueblos o grupos etnoculturales, en función de sus propias expectativas de desarrollo y cumplir con un perfil mínimo de democracia.

La democracia debe tener un fin válido para todos y este es el del desarrollo humano sostenible, concepto que implica el respeto y desarrollo de todas las culturas.



Los retos que se plantean para nuestras sociedades americanas en materia de la democracia y el pluralismo cultural requieren el reconocimiento de nuestras diferencias (en un clima de respeto y tolerancia), y fundamentalmente la valoración de las culturas indígenas, pero también de las expresiones culturales sectoriales y de género. Se requiere una revisión estructural de los sistemas legales y de justicia, que los haga apropiados a las realidades sociales actuales y se requiere una nueva concepción de participación.

La democracia además de un concepto es una realidad concreta con características igualmente concretas, que mientras obedezcan a una sola concepción cultural, adolecerá de limitaciones fundamentales.

El reconocimiento y valoración de las culturas, el pluralismo cultural, no debe implicar la aceptación indiscriminada, y menos aun la justificación de comportamientos que atenten contra los derechos humanos. Si bien ha de reconocerse que los sistemas de valores de reconocimiento universal, como lo son los derechos humanos, los derechos de la mujer y de los niños y niñas, los derechos de los pueblos indígenas, etcétera, pueden perfeccionarse, estos son hasta el momento las más elevadas garantías para la convivencia social universal.

La democracia no debe ser un ejercicio formal de participación, debe tener un fin válido para todos y este es el del desarrollo humano sostenible, concepto que implica el respeto y desarrollo de todas las culturas.

Es de reconocerse que la propuesta teórica humanista que implica la reflexión expuesta en esta oportunidad tiene ya precedentes en la práctica política. Bolivia y Canadá son dos ejemplos. En Guatemala tenemos esperanzas que el Acuerdo de identidad y derechos de los pueblos indígenas[3] de frutos ejemplares desde este ámbito del continente. •

1 Seminario taller Cultura y pobreza. Documento informativo. Ministerio de Cultura y Deportes, Guatemala. Junio 2001. Guisela Mayén, antropóloga guatemalteca.

2 Por parecerme ilustrativo me permito traer a colación el seminario taller mencionado. Dicha actividad fue realizada con el propósito de definir un marco conceptual para la incorporación de la dimensión cultural en la estrategia de reducción de la pobreza que formula el actual gobierno en mi país. En este seminario taller participaron funcionarios públicos y representantes de diversas organizaciones guatemaltecas vinculadas al tema de la cultura, incluyendo representantes de organizaciones indígenas, así como expertos internacionales en las materias tratadas; en total participaron aproximadamente 140 personas.

3 Acuerdo de identidad y derechos de los pueblos indígenas. Firmado por el Gobierno de Guatemala y la Unidad Revolucionaria Guatemalteca el 31 de marzo de 1995 en México.

Conhecendo a carta de princípios do Fórum Social Mundial

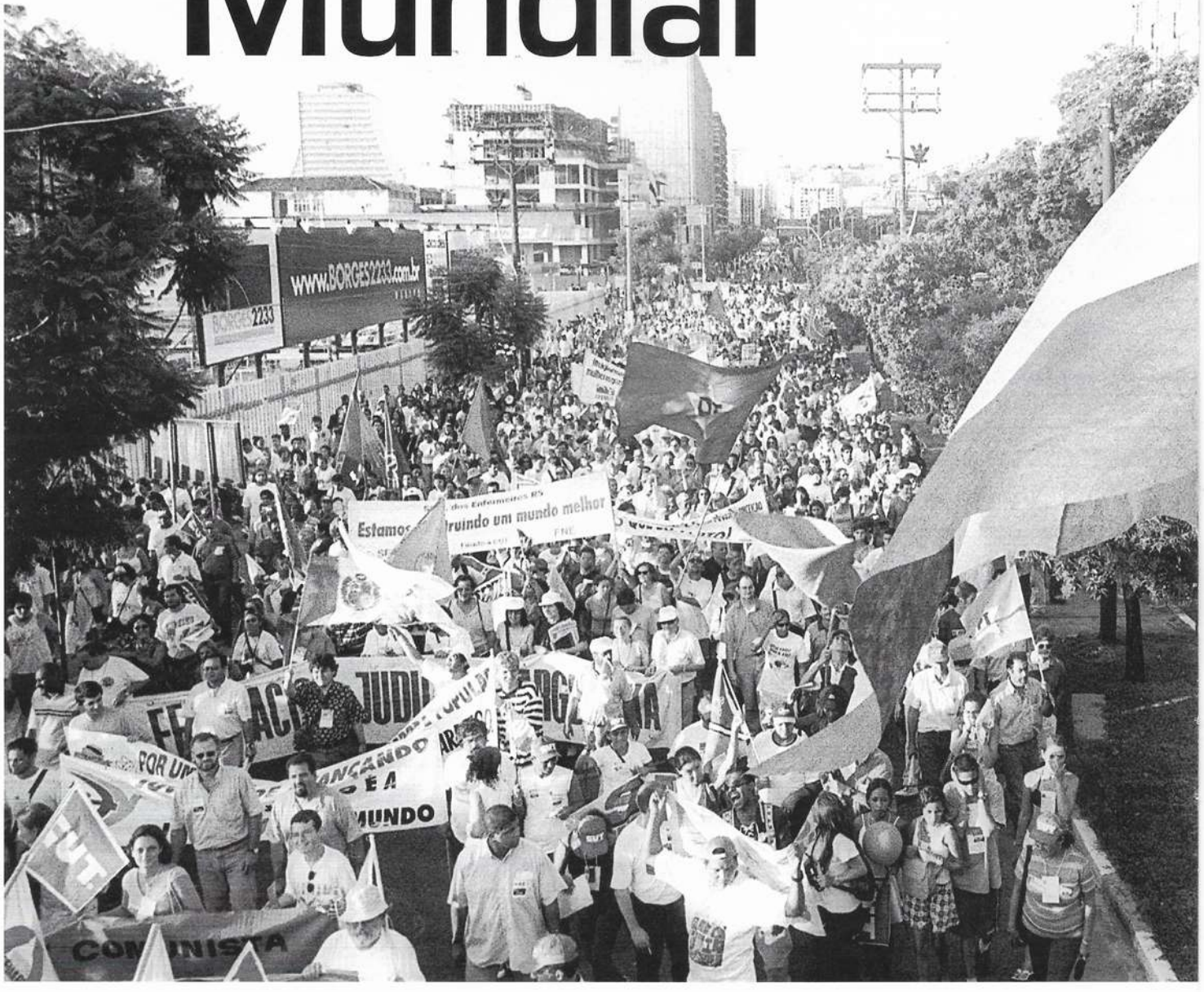
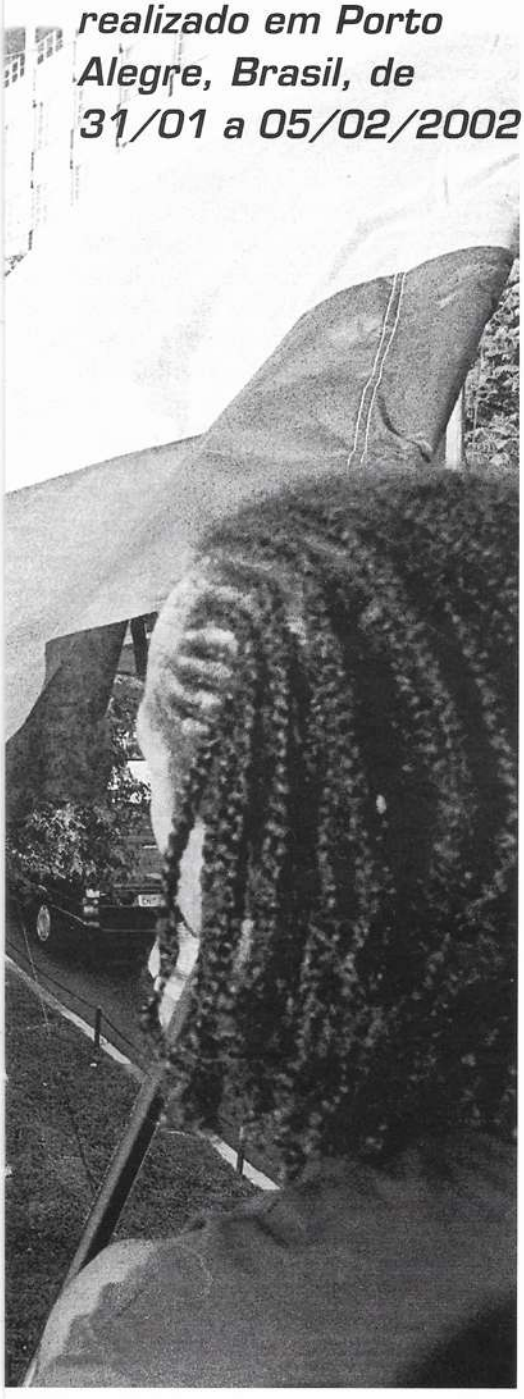


Foto João Ripper

Rumo ao Fórum Social Mundial a ser realizado em Porto Alegre, Brasil, de 31/01 a 05/02/2002



O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa, nos termos da Nota de Informação que divulgou ao final do Fórum. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária centrada no ser humano.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apoie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização capitalista comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial nem excluir dos debates que promova os responsáveis políticos, mandatados pelo povo, que decidam assumir os compromissos que deles resultem.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto, autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum,

sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo. Ele não se constitui, portanto, em instância de poder, a ser disputado pel@s participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

9. O Fórum Social Mundial assume a democracia como caminho para resolver politicamente os problemas da sociedade. Como espaço de encontro, ele está aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, raças, etnias e culturas.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, raças, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

O Fórum Social Mundial assume a democracia como caminho para resolver politicamente os problemas da sociedade.

11. Os encontros do Fórum Social Mundial são sempre espaços abertos a tod@s que queiram deles participar, exceto a organizações que atentem contra a vida das pessoas como método de ação política.

12. Como espaço de debate, o Fórum Social Mundial é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a máxima disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre meios e ações de resistência e superação dessa dominação, e sobre as alternativas que podem ser propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade que o processo de globalização capitalista atualmente hegemônico está criando ou agravando, internacionalmente e no interior dos países.

13. Como espaço de troca de experiências, o Fórum Social Mundial estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza.

14. Como espaço de articulação, o Fórum Social Mundial procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade civil, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social ao processo de desumanização que o mundo está vivendo, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

15. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo.

São Paulo, 9 de abril de 2001

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ATTAC - Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos

CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB

CIVES - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

CUT - Central Única dos Trabalhadores

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

CJG - Centro de Justiça Global

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Conociendo la carta de principios del Foro Social Mundial

A Camino del Foro Social Mundial a ser realizado en Porto Alegre, Brasil, de 31/01 a 05/02 de 2002



Foto João Ripper

El Comité de entidades brasileñas que idealizó y organizó el primer Foro Social Mundial, realizado en Porto Alegre de 25 a 30 de enero de 2001, considera necesario y legítimo, después de evaluar los resultados de dicho Foro y las expectativas que creó, establecer una Carta de Principios que oriente la continuidad de esa iniciativa, en los términos de la Nota de Información que divulgó al finalizar el Foro. Los Principios contenidos en la Carta, a ser respetados por tod@s l@s que quieran participar de este proceso y organizar nuevas ediciones del Foro Social Mundial, consolidan las decisiones que presidieron la realización del Foro de Porto Alegre y aseguraron su éxito, y amplían su alcance, definiendo orientaciones que se desprenden de la lógica de esas decisiones.

1. El Foro Social Mundial es un espacio abierto de encuentro para la profundización de la reflexión, el

debate democrático de ideas, la formulación de propuestas, el libre intercambio de experiencias y la articulación para acciones eficaces, de entidades y movimientos de la sociedade civil que se oponen al neoliberalismo y al dominio del mundo por el capital y por cualquier forma de imperialismo, y están empeñadas en la construcción de una sociedad planetaria centrada en el ser humano.

2. El Foro Social Mundial de Porto Alegre fue un evento localizado en el tiempo y en el espacio. A partir de ahora, con la certeza proclamada en Porto Alegre de que «otro mundo es posible», el mismo se vuelve un proceso permanente de búsqueda y construcción de alternativas, que no se reduce a los eventos en que se apoye.

3. El Foro Social Mundial es un proceso de carácter mundial. Todos los encuentros que se realicen como parte de ese proceso tienen dimensión internacional.

4. Las alternativas propuestas en el Foro Social Mundial se contraponen a un proceso de globalización capitalista comandado por las grandes corporaciones multinacionales y por los gobiernos e instituciones internacionales a servicio de sus intereses. Estas buscan hacer prevalecer, como una nueva etapa de la historia del mundo, una globalización solidaria que respete los derechos humanos universales, así como también los de tod@s l@s ciudadan@s en todas las naciones y el medio ambiente, apoyada en sistemas e instituciones internacionales democráticos a servicio de la justicia social, de la igualdad y de la soberanía de los pueblos.

5. El Foro Social Mundial reúne y articula solamente entidades y movimientos de la sociedad civil de todos los países del mundo, pero no pretende ser una instancia representativa de la sociedad civil mundial ni excluir de los debates que promueva a los responsables políticos, con mandatos otorgados por el pueblo, que decidan asumir los compromisos que de aquellos resulten.



Foto João Ripper

6. Los encuentros del Foro Social Mundial no tienen carácter deliberativo en la calidad de Foro Social. Nadie estará, por lo tanto, autorizado a expresar, en nombre del Foro, en cualquiera de sus ediciones, posiciones que pretenderían ser de tod@s sus participantes. L@s participantes no deben ser llamad@s a tomar decisiones, por voto o aclamación, como conjunto de participantes del Foro, sobre declaraciones o propuestas de acción que identifiquen a tod@s o a su mayoria y que se propongan como tomas de posición del Foro en su calidad de Foro.

7. Débese asegurar, no obstante, a entidades o conjuntos de entidades que participen de los encuentros del Foro, la libertad de deliberar, durante los mismos, sobre declaraciones y acciones que decidan desarrollar, aisladamente o en forma articulada con otros participantes. El Foro Social Mundial se compromete a difundir ampliamente dichas decisiones, por los medios a su alcance, sin direccionamientos, jerarquizaciones, censuras y restricciones, sino como deliberaciones de las entidades o conjuntos de entidades que las hayan asumido.

8. El Foro Social Mundial es un espacio plural y diversificado, no confesional, no gubernamental y no partidario, que articula en forma descentralizada, en red, a entidades y movimientos comprometidos en acciones concretas, de nivel local a internacional, por la construcción de un mundo diferente. No se constituye, por lo tanto, en instancia de poder a ser disputada por l@s participantes de sus encuentros, ni pretende constituirse



en única alternativa de articulación y acción de las entidades y movimientos participantes.

9. El Foro Social Mundial asume a la democracia como camino para resolver políticamente los problemas de la sociedad. Como espacio de encuentro, está aberto al pluralismo y a la diversidad de compromisos y actuaciones de las entidades y movimientos que en él decidan participar, así como a la diversidad de género, razas, etnias y culturas.

10. El Foro Social Mundial se opone a toda visión totalitaria y reduccionista de la historia y al uso de la violencia como medio de control social por el Estado. Pugna por el respeto a los Derechos Humanos, por relaciones igualitarias, solidarias y pacíficas entre personas, razas, géneros y pueblos, condenando todas las formas de dominación, así como también la sujeción de un ser humano por el otro.

El Foro Social Mundial asume a la democracia como camino para resolver políticamente los problemas de la sociedad.

11. Los encuentros del Foro Social Mundial son siempre espacios abiertos a tod@s l@s que quieran en ellos participar, excepto a organizaciones que atenten contra la vida de las personas como método de acción política.

12. Como espacio de debate, el Foro Social Mundial es un movimiento de ideas que estimula la reflexión, y la máxima diseminación transparente de los resultados de esa reflexión, sobre los mecanismos e instrumentos de la dominación del capital, sobre medios y acciones de resistencia y superación de esa dominación, y sobre las alternativas que pueden ser propuestas para resolver los problemas de exclusión y desigualdad que el proceso de globalización capitalista actualmente hegemónico está creando o agravando, internacionalmente y en el interior de los países.

13. Como espacio de intercambio de experiencias, el Foro Social Mundial estimula el conocimiento y el reconocimiento mutuo de las entidades y movimientos que en él participan, valorizando especialmente lo que la sociedad está construyendo para focalizar la actividad económica y la acción política en dar atención a las necesidades del ser humano y en el respeto a la naturaleza.

14. Como espacio de articulación, el Foro Social Mundial busca fortalecer y crear nuevas articulaciones nacionales e internacionales entre entidades y movimientos de la sociedad civil, que aumenten, tanto en la esfera de la vida pública como de la vida privada, la capacidad de resistencia social al proceso de deshumanización que el mundo está vivendo, y refuercen las iniciativas humanizadoras en curso por la acción de esos movimientos y entidades.

15. El Foro Social Mundial es un proceso que estimula a las entidades y movimientos que en él participan a plantear sus acciones como cuestiones de ciudadanía planetaria, introduciendo en la agenda global las prácticas transformadoras que se estén experimentando en la construcción de un mundo nuevo.

São Paulo, 9 de abril de 2001

ABONG - Asociación Brasileña de Organizaciones no Gubernamentales

ATTAC - Acción por la Tributación de las Transacciones financieras en Apoyo a los Ciudadanos CBJP - Comisión Brasileña Justicia y Paz, de la CNBB

CIVES - Asociación Brasileña de Empresarios por la Ciudadanía

CUT - Central Única de los Trabajadores

IBASE - Instituto Brasileño de Análisis Sociales y Económicos

CJG - Centro de Justicia Global

MST - Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra

EM DEBATE



Foto João Ripper

Igualdades, diferencias y desorientaciones político-culturales en la nueva babel

Carlos Skliar
Rio Grande do Sul - Brasil
Jorge Larrosa
España



A atualidade é, principalmente, um tempo de desorientação cultural. A declaração das diferenças em um mundo cada vez mais globalizado coloca abaixo todos os projetos arrogantes nos quais o homem ocidental tentou construir um modelo ordenado à sua imagem e semelhança. Colocam-se em jogo questões sobre a unidade e a pluralidade, a dispersão e a mistura, a territorialização e a desterritorialização. Não há uma catástrofe a ser solucionada: em vez de se buscar a unidade, uma "nova Babel", é necessário administrar a diversidade. Devemos problematizar as retóricas da diversidade que atravessam os discursos educativos e culturais contemporâneos e apenas criam a ilusão de que as práticas institucionais estão produzindo transformações substanciais. A condição humana da pluralidade deriva do fato de que o que há são muitos homens, muitas histórias, muitos modos de racionalidade, muitos idiomas e, seguramente, muitos mundos e muitas realidades.

El tiempo Presente se nos presenta como incomprensible y, a la vez, como aquello sobre lo cual estamos obligados a pensar. Y existen formas (teóricamente) disímiles para refeir la naturaleza de este tiempo: un tono elegíaco - en el cual pensar sobre lo que fuimos y ya no somos - un tono épico - donde resonaría la conquista de aquello que seremos pero que todavía no hemos conseguido ser - o un tono clásico, de orden y estabilidad, donde refugiarnos, satisfechos, a partir de aquello que somos o creemos ser.

Pero el tiempo Presente es, sobre todo, un tiempo de desorientación cultural, un tono caótico, confuso, desordenado; una disonancia de discontinuidades, de fragmentos, de azares y silencios: desplazamientos masivos de poblaciones, violencia racial, enfrentamientos en el interior de las ciudades, el carácter plural, mestizo y a la vez crecientemente segmentado de las comunidades, la progresiva destrucción y burocratización de los espacios de convivencia, la proliferación de los intercambios y las comunicaciones, la afirmación de las diferencias en un mundo cada vez más globalizado, producen la ruina de todos aquellos proyectos arrogantes de la modernidad con los que el hombre occidental ha querido construir un mundo ordenado a su imagen y semejanza, a la medida de su saber, de su poder y de su voluntad, por medio de su expansión racionalizadora, civilizadora y colonizadora.



En torno de esta suerte de nuevo Babel se ponen en juego las cuestiones de la unidad y de la pluralidad, de la dispersión y de la mezcla, de la ruina y de la destrucción, de las fronteras y de la ausencia de fronteras y de los pasos de fronteras, de la territorialización y de la desterritorialización, de lo nómade y de lo sedentario, del exilio y del desarraigo.

Pero la actualidad del mito babélico «no reside en su capacidad de expresar algún universal de la condición humana, o en su especial adecuación a las peculiares características de nuestro presente»[1], sino en el modo como nosotros lo traducimos, es decir, en el modo como lo estamos emplazando nuevamente en nuestro imaginario y lo estamos convirtiendo en una especie de dispositivo metafórico para dar sentido a nuestra experiencia.

Babel habla de unanimidad, de totalidad y de mismidad: de una ciudad, de una torre, de un nombre y de una lengua, que son para todos los mismos. Y habla también del fin de la unanimidad, de la totalidad y de la mismidad: de la dispersión de los hombres, de la destrucción de la torre, de la pérdida del nombre, de la confusión de la lengua y de la aparición de otros hombres, de otras torres, de otros nombres y de otras lenguas. La dominante interpretación del relato en términos de culpa, castigo y expiación ha presentado la condición babélica como una catástrofe que habría que remediar. De ahí la inveterada tendencia a pensar antibabé-



Fotos João Ripper

licamente la política, la sociedad, la cultura, la ética, el lenguaje o la condición humana misma: lamentablemente vivimos en Babel, como lamentablemente hemos sido expulsados del Paraíso, y si nuestra tarea ya no es reconquistar el Paraíso, sí que lo es, se nos dice, rehacer la Unidad o, por lo menos, administar la Diversidad aunque, eso sí, desde el punto de vista del provecho del Capital y del orden del Estado.

Circula hoy un cierto antibabelismo, un pensamiento, según el cual Babel es el síntoma de alguna de nuestras enfermedades. Por eso habría que componer y recomponer una y otra vez la pluralidad humana; habría que aceptar y celebrar las diferencias pero, eso sí, representándolas, desactivándolas, ordenándolas, haciéndolas productivas, convirtiéndolas en problemas bien definidos o en mercancías bien rentables; habría que producir y canalizar los flujos y los intercambios pero, eso sí, de forma ordenada, vigilada y productiva. De lo que se trataría sería de convocar toda la alteridad posible, de permitir todas las comunicaciones pero, eso sí, acallando, dosificando, resignificando y armonizando las voces disonantes, gobernando los silencios desgarradores y regularizando y rentabilizando los desplazamientos.

Un síntoma del fin de las utopías históricas es que la palabra "libertad", esa palabra en la que el pensamiento ilustrado veía, nada más y nada menos, que el telos de la Historia de la Humanidad, ha sido prácticamente abandonada por el discurso político y, por lo tanto, del discurso pedagógico. Ahora las palabras ambiguas, cada una de ellas con su parte de verdad y su parte de manipulación, son democracia, comunidad, cohesión, diálogo... y otras palabras relacionadas como diversidad, tolerancia, pluralidad, inclusión, reconocimiento, respeto. Y son esas palabras las que nos suenan a falsas cuando se escuchan en el interior de muchos de los discursos dominantes en el campo político, educativo, cultural, ético, estético o, incluso, empresarial. Son palabras cada vez más vacías y vaciadas que significan, a la vez, todo y nada: marcas, clichés, etiquetas de consumo, mercancías que se cotizan bien en el mercado al alza de la buena conciencia; palabras que enmascaran la obsesiva afirmación de las leyes y la excesiva ignorancia de los sentidos; palabras que nos permiten ocultarnos detrás de nosotros mismos y, al mismo tiempo, representar una mímica de la alteridad que nos libra de la presencia inquietante de todo aquello que debe tener un nombre y un lugar para ser incluído, excluído, comunicado y, de nuevo, ignorado; palabras para ensordecer los oídos y hacernos insensibles a las diferencias, para seguir siendo nosotros mismos, con el mismo ropaje, la misma arrogancia, la misma violencia, el mismo miedo a abandonarnos, a sentir-nos, percibir-nos o ser-nos otro/s y en tránsito.

Un síntoma del fin de las utopías históricas es que la palabra "libertad", ha sido prácticamente abandonada por el discurso político y pedagógico.

Parece que el problema ya no es la dominación, y da la impresión de que los hombres no deben aprender a vivir libres, sino a vivir juntos y a comunicarse ordenadamente. Da la impresión de que hay que conjurar los peligros de Babel y volver a reunir a los hombres, no ya en torno a una ciudad, a una torre, a un nombre y a una lengua, sino desde la diversidad bien ordenada y bien comunicada de distintas ciudades, distintas torres, distintos nombres y distintas lenguas. Da la impresión de que de lo que se trata es de administrar las diferencias identificándolas y de tratar de integrar a todos en un mundo inofensivamente. Da la impresión de que lo que importa es seguir administrando y gobernando las fronteras y los pasos

de frontera entre el sí y el no, el ser y el no ser, el poseer y el no poseer, el saber y el no saber, entre lo mismo y lo otro.

Así, debemos problematizar las retóricas de la diversidad que atraviesan los discursos educativos y culturales contemporáneos y que no hacen otra cosa que garantizar la buena conciencia de las prácticas institucionales y crear la ilusión de que se están produciendo transformaciones sustanciales. Problematizando ese discurso que corre el riesgo de transformarse en un pensamiento de la desmemoria, de la conciliación con el pasado, en un pensamiento frágil, light, liviano, que no convoca a la interrogación y que intenta despejar todo malestar. Un pensamiento que no deja huellas, desapasionado, descomprometido, desprovisto de toda negatividad, que subestima la confrontación por ineficaz. Y problematizando también las distintas modalidades de representación de los otros cuyo efecto fundamental es capturar, desactivar y gobernar la potencia desestabilizadora de la diferencia. Denunciando, por ejemplo, esas operaciones de traducción en tanto mecanismos de manipulación de los textos de los otros, en cuanto usurpación de voces de la alteridad que son transformadas, primero, en voces parecidas pero no idénticas y asimiladas, después, como dicen Duschatzky y Skliar[2] a nuestras formas ya conocidas de decir y de nombrar. Traducción como una suerte de eterno retorno a la propia lengua como si no se pudiera escapar de la gramática de la lengua que porta el traductor para 'leer' toda extranjeridad.

Hannah Arendt escribió que la condición humana de la pluralidad deriva del hecho de que «son los hombres, no el Hombre, los que viven en la Tierra y habitan en el mundo»[3] . La condición humana de la pluralidad, podríamos añadir, deriva del hecho de que lo que hay son muchos hombres, muchas historias, muchos modos de racionalidad, muchas lenguas y, seguramente, muchos mundos y muchas realidades. Eso es obvio, aunque nunca está de más recordarlo y prevenir, de paso, contra toda esa serie de palabras genéricas y mayúsculas que se nos escapan sin querer, casi constantemente. Y también para desconfiar de todos aquellos que quieren meternos en su realidad con pretensiones de ser la única realidad, en su mundo con pretensiones de ser el único mundo, en su lenguaje con pretensiones de ser el único lenguaje, en su razón con pretensiones de ser la única razón, en su historia con pretensiones de ser la única historia o en su humanidad con pretensiones de ser la única humanidad.

Babel es el mito de la pérdida de algo que quizá nunca hemos tenido: una ciudad, una lengua, una tierra, una identidad o un mundo. Por eso, después de Babel estamos exiliados de nuestra patria, de nuestra lengua, de nuestra tierra, de nuestro nombre, de nuestro mundo. El relato de Babel puede nombrar todo lo que es extranjero, la condición humana misma como extranjeridad. Y con eso puede contribuir a reformular un viejo motivo, el de la existencia misma como exilio, pero ahora radicalmente: como exilio constitutivo, sin remedio. Gran parte de nuestra tradición elabora el tema de la existencia como un pasaje: hemos perdido la patria, o la ciudad, o la lengua, o la tierra, o la naturaleza... y nuestra tarea es recuperarla. Por eso, y también en relación al exilio, hay que pensar Babel babélicamente, es decir, sin nostalgias y sin esperanzas. La condición babélica no es algo

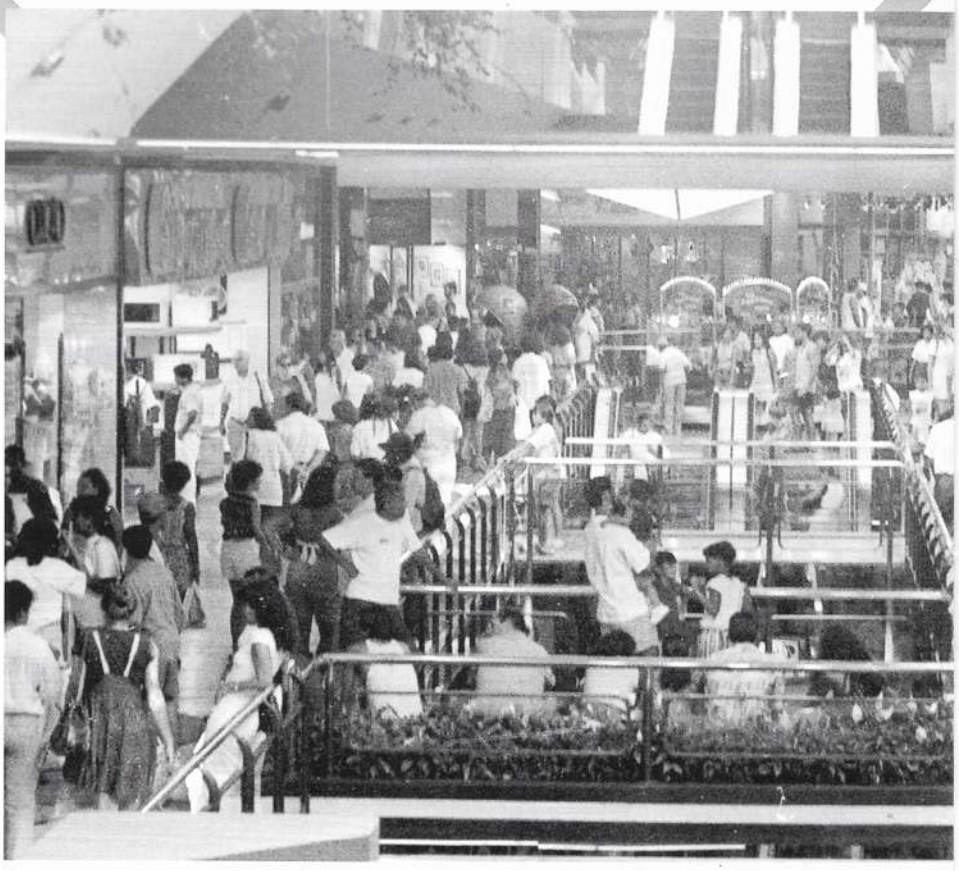
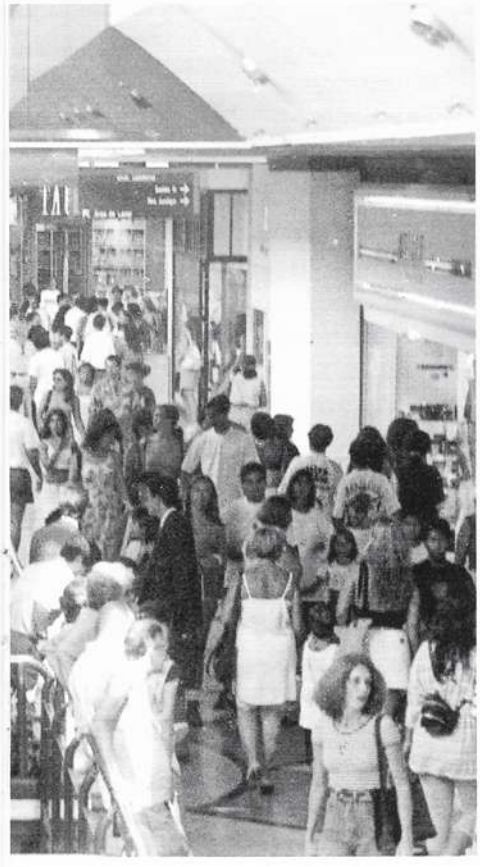


Foto João Ripper

transitorio cuyo destino sea su propia supresión. Si la consideramos así, no la pensamos. Y, lo que es peor, justificamos todas las violencias hechas a la condición humana misma en lo que tiene de plural, de dispersa, de confusa, de exiliada, de babélica en suma. Porque son formas de violencia todos los gigantescos movimientos de apropiación de la naturaleza que destruyen la naturaleza (lo que la naturaleza tiene de alteridad, de extrañeza, de hospitalaria e inhóspita al mismo tiempo, de inapropiable, de territorio de la experiencia), los movimientos de apropiación del mundo que destruyen el mundo, los movimientos de apropiación de los espacios públicos que destruyen la comunidad humana, los movimientos de apropiación de la lengua que destruyen la intimidad de la lengua, o los movimientos de apropiación de la identidad que destruyen la identidad.



Nuestra época nos muestra innumerables exilios. Algunos de ellos en la forma de un exilio exterior doliente: las deportaciones, los desplazamientos masivos de refugiados, de hambrientos, de expropiados, de apátridas y de perseguidos, las distintas modalidades de la exterminación. Otros bajo la forma de un exilio exterior gozoso y lleno de posibilidades: los viajes, las mezclas, las comunicaciones, los intercambios, las distintas modalidades del cosmopolitismo, de la evasión o de la salida de los propios límites. Otros, por último, en la forma de un exilio interior: de un desarraigo, o de una marginalidad, o de una distancia entre nosotros y nuestra patria, entre nosotros y nuestra lengua o entre nosotros y nuestro nombre.

¿La afirmación de las diferencias debilita la utopía de la igualdad? ¿Igualdad o Diferencia? La pregunta no parece escapar del mundo de las oposiciones (binarias) donde hemos vivido en los últimos siglos. Y para salir del encierro quizás sea mejor pensar en otras preguntas que refieren menos una oposición y más una interpretación sobre la importancia de la traducción entre culturas y dentro de las culturas. Es posible que el concepto de "temporalidad disyuntiva" creado por Homii Bhabha[4] resuelva parte de esta cuestión: las diferencias no pueden ser ni igualadas, ni afirmadas, ni negadas, ni "toleradas", ni "aceptadas", pues ellas existen (preexisten, co-existen y pos-existen) a toda pretensión de igualdad, afirmación, negación, tolerancia o aceptación que se establezca sobre ellas. ¿Igualdad y desigualdad? ¿Diversidad o diferencia? La "igualdad" es políticamente significativa cuando se refiere a un movimiento contrario a la desigualdad, cuando se instala para quebrar la asimetría de las representaciones culturales y la calamitosa distribución de los recursos - humanos y materiales. Pero cuando la igualdad se establece como normalización, como sistema de poder establecido desde una perspectiva (con)céntrica, no podemos sino volver a recordar las trágicas presiones "para/de ser iguales", que la mayoría de sujetos y de comunidades padecieron durante siglos. La "diferencia" como término cultural - y político - se opone, por el contrario, no a la igualdad sino a la mismedad, al hecho de sólo (poder) ser uno mismo, a negar que exista algo/alguien fuera de nosotros mismos, a no reconocernos en los otros, a no ser, justamente, nosotros. •

La "igualdad" es políticamente significativa cuando se refiere a un movimiento contrario a la desigualdad.

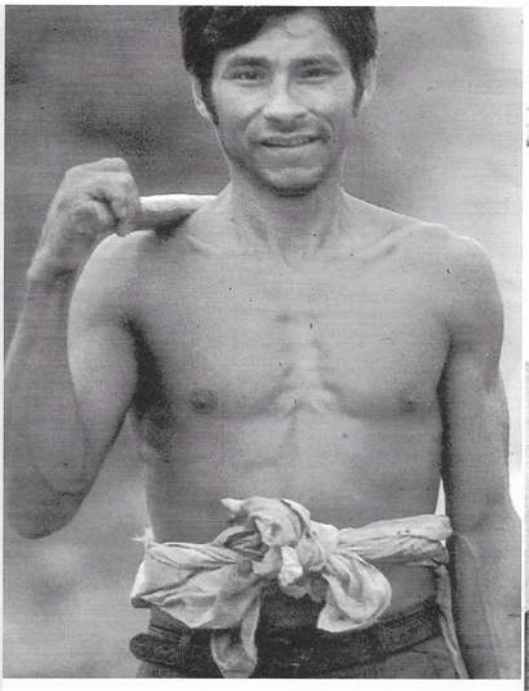
1 Larrosa, Jorge & Skliar, Carlos. Habitantes de Babel. Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001 (no prelo).

2 Duschatzky, Silvia & Skliar, Carlos. Os nomes dos outros. Reflexões sobre os usos escolares da diversidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, vol. 25, n.2, 163-178, 2000.

3 Hannah Arendt. La condición humana. Paidós. Barcelona 1993.

4 Homii Bhabha. The location of culture. London: Routledge, 1994.

A afirmação das debilita a utopia

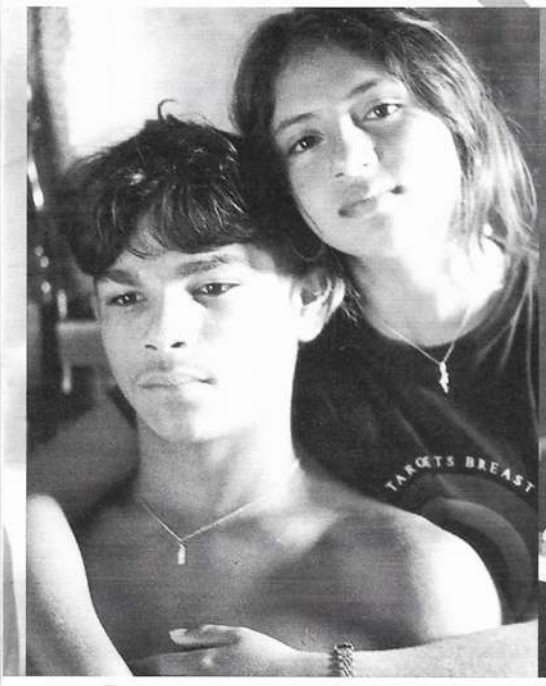


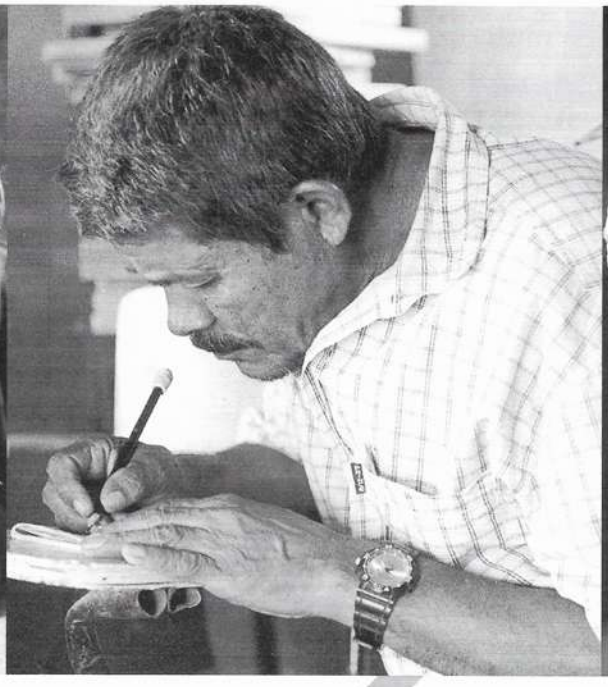
La tensión entre la singularidad y la universalidad crea uno de esos problemas filosóficos que no tienen solución, o sea, que se van resolviendo caso por caso, un tanto provisoriamente, de acuerdo con las condiciones históricas y culturales. Según Hegel, singularidad y universalidad son conceptos de determinación reflexiva: una presupone a la otra. ¿Qué tiene que ver esto con el tema propuesto? Las culturas son singulares, los individuos son singulares, cada uno tiene su identidad, se distingue de los demás.

En su dinámica peculiar, cada cultura, cada individuo, confirma y enriquece su identidad en el contacto con los otros. Sólo puedo saber qué soy (quién soy) comparándome con los otros, conociendo a los otros, o sea, ampliando mi cuadro de referencias, universalizándome. Cada persona, cada cultura, cada grupo se distingue de los demás; sin embargo, depende de los otros para tener conciencia de aquello que hace de él un ser único. Para que el proyecto socialista funcione, es preciso combatir las exageraciones del individualismo sin sacrificar las conquistas de autonomía de las personas.

diferenças da igualdade ?

Leandro Konder, filósofo
Rio de Janeiro - Brasil







Fotos João Ripper

A pergunta nos remete a uma antiga controvérsia medieval entre os "realistas" e os "nominalistas". No centro da discussão estava a questão: o que predomina? A universalidade ou a singularidade?

Em outros termos: o que existe antes, as coisas e os seres singulares ou algum princípio ordenador universal?

Os "realistas" sustentavam que a abstração corresponde a uma necessidade humana e dá conta de algo real. Os "nominalistas" afirmavam que as abstracões eram meros nomes.

Em que resultou o debate? Qual foi, afinal, o conceito que prevaleceu? Podemos responder de maneira curta e grossa: não houve resultado conclusivo, nenhum conceito prevaleceu.

E isso nos faz lembrar um aforisma de Adorno: "Todo conceito filosófico é a cicatriz de um problema irresolvido".

Ao que tudo indica, a tensão entre a singularidade e a universalidade cria um desses problemas filosóficos que não têm solução, quer dizer, que vão sendo resolvidos caso a caso, um tanto provisoriamente, de acordo com as condições históricas e culturais.

As ciências sociais não estão satisfeitas com essa meia solução pragmática. Hegel propôs algo mais simples e menos entusiasmante: singularidade e universalidade são conceitos de determinação reflexiva. Um pressupõe o outro.

Como poderíamos aplicar este par conceitual à abordagem do tema proposto?

As culturas são singulares, os indivíduos são singulares, cada um tem sua identidade, se distingue dos demais. Em sua dinâmica peculiar,



Foto João Ripper

cada cultura, cada indivíduo, confirma e enriquece sua identidade no contato com outros. Só posso saber o que sou (quem sou) comparando-me com os outros, conhecendo os outros, isto é, ampliando o meu quadro de referências, me universalizando. Quem compara universaliza. A dimensão da universalidade é insuprimível.

A linguagem é uma prova disso. Se posso me comunicar com o interlocutor é porque temos algo em comum.

Cada pessoa, cada cultura, cada grupo se distingue dos demais, porém depende dos outros (da "alteridade") para ter consciência daquilo que faz dele um ser "único". Tanto eu como o outro existimos num movimento que vai além de cada um de nós, numa dinâmica que é simultaneamente singular e universalizante.

Esse movimento pelo qual os seres humanos existem e se distinguem uns dos outros se realiza, atualmente, em condições históricas que transformam as diferenças em desigualdades, isto é, diferenças são invocadas para justificar a falta de paridade na situação em que as pessoas vivem.

O projeto socialista (uma utopia?) representa uma reação contra esse quadro, um esforço no sentido de se criar uma sociedade alternativa, mais justa e mais livre para todos.

Podemos, então, responder à pergunta que nos foi proposta. Podemos dizer: o franco reconhecimento da infinita riqueza das diferenças não só não debilita o projeto socialista, como é um pré-requisito da sua viabilizacão.

Se não forem capazes de combater os exageros do individualismo sem sacrificar as conquistas da autonomia das pessoas, se não conseguirem respeitar e cultivar as inesgotáveis diferenças em seu movimento universalizador (na criacão de uma base socio-econômica e politico-cultural mais paritária), os socialistas afinal carecerão de suficiente credibilidade teórica e de suficiente eficácia política. •

Rogério Ferrer Koff
Rio Grande do Sul - Brasil

Igualdade, diversidade e Tolerância



Foto João Ripper

¿ De qué manera puede fundarse el principio de igualdad en un mundo donde predominan las diferencias ? Una reflexión sobre la igualdad que no implique la supresión de la diversidad constituye uno de los grandes desafíos contemporáneos.

La mirada antropológica denuncia que el presupuesto de una naturaleza humana universal, tal como fue postulada por el pensamiento iluminista del siglo XVIII, estableció la defensa de una visión del mundo etnocéntrica. En otras palabras, la noción de igualdad, en tanto prerrogativa del etnocentrismo, podría excluir las diferencias entre pueblos e individuos, a través de los rechazos por compartir otras creencias y culturas.

Una ética para el nuevo milenio deberá partir tanto de la dialéctica entre el reconocimiento de las diferencias entre los pueblos y culturas como de la afirmación de una igualdad que no implique una amenaza a estas diferencias.



Foto João Ripper

Como pode ser fundado o princípio de igualdade em um mundo onde predominam as diferenças? Uma reflexão sobre a igualdade que não implique a supressão da diversidade constitui um dos grandes desafios contemporâneos. O olhar antropológico denuncia que a pressuposição de uma natureza humana universal, tal como foi postulada pelo pensamento iluminista do século XVIII, estabeleceu a defesa de uma visão de mundo etnocêntrica. Em outras palavras, a noção de igualdade enquanto prerrogativa do etnocentrismo poderia banir as diferenças entre povos e indivíduos, através da recusa em compartilhar outras crenças e culturas.

Se não há possibilidade de emancipação da facticidade e da moldura histórica de todas as perspectivas humanas, o pensamento etnocêntrico pode revelar uma face totalitária e indiferenciadora, na qual a própria utopia da igualdade, de caráter pretensamente universal, encontra-se flagrada na incômoda posição de constituir mais uma das formas históricas da diversidade.

Uma pista para a legitimação do princípio da igualdade frente à pluralidade contemporânea pode residir na idéia de tolerância à diversidade. Apesar da correção científica e dos reconhecidos motivos da posição antietnocêntrica, ao considerar a margem das diferenças culturais, a tolerância pode configurar um princípio moral inegociável, válido indistintamente para todas as culturas.

Defender o direito à diversidade como um valor para além das diferenças entre povos e culturas constitui a chave para a compreensão adequada da dinâmica entre igualdade e pluralidade no mundo contemporâneo. O fenômeno da compressão espaço-temporal da atualidade impõe novas demandas ao pensamento contemporâneo, que precisa enfrentar o dilema de que a imposição do fato da diferença não signifique necessariamente a aceitação de um tipo de indiferença.

As democracias constitucionais

concebem a prática da tolerância como a afirmação do "fato do pluralismo" de crenças e de convicções. Uma das questões tratadas no Fórum Internacional sobre a Intolerância, realizado em 1997 na Sorbonne, foi a do paradoxo das democracias, cuja tendência é de, em nome da tolerância, assumirem uma crescente passividade frente a movimentos intolerantes. O artigo de Monique Canto-Sperber para a coletânea do referido encontro indica que a tolerância ilimitada está fundada em um certo tipo de ceticismo.[1]

Se a tolerância ilimitada é absurda, resta a tarefa de apontar em que termos é possível pensar critérios para sua limitação. O paradoxo da tolerância consistiria, portanto, em sua capacidade de produzir sociedades fundadas na liberdade, mas também em seu terrível equívoco de tornar impossível a vida de pessoas submetidas a regimes totalitários.

Uma ética para o novo milênio deverá partir da dialética entre o reconhecimento das diferenças entre povos e culturas, bem como da afirmação de uma igualdade que não implique uma ameaça a estas diferenças. Trata-se de um princípio que assegure o direito à pluralidade, alicerçado na idéia de tolerância. Esta nova ética não poderá mais pretender uma fundamentação última, devendo considerar as diferenças cruciais entre as visões de mundo, mas sustentando, frente ao fenômeno da diversidade, uma escala mínima de valores.

O respeito ao pluralismo de convicções enquanto objetivo de uma ética planetária é a única forma pela qual é possível afirmar as diferenças sem destruir a utopia da igualdade. ●

1 Cf. BARRET-DUCROCQ, Françoise (Org.) A intolerância. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000. P. 89-97.

Uma reflexão sobre a igualdade que não implique a supressão da diversidade constitui um dos grandes desafios contemporâneos.



Foto João Ripper

idéias em rede

ideas en red



As comunidades indígenas da Argentina lutam incessantemente para alcançar a igualdade no exercício dos direitos e garantias assegurados pela Reforma Constitucional de 1994. Faltam leis e regulamentações mais concretas em pontos essenciais, sem perda das garantias já definidas. O reconhecimento da preexistência étnica e cultural dos povos indígenas argentinos também estabelece a garantia do respeito a sua identidade e o direito a uma educação bilíngüe e intercultural, o reconhecimento da pessoa jurídica de suas comunidades e a posse e propriedade comunitária das terras que tradicionalmente ocupam, entre outros direitos. Esta nova visão do pluriétnico e do multicultural na sociedade argentina aponta uma mudança institucional. A inclusão do sistema indígena ao sistema legal nacional conduz a uma nova concepção de Estado, onde haveria uma redistribuição mais eqüitativa do poder político.

Foto João Ripper

Los derechos de los pueblos indígenas

Importancia del Convenio 169

Elena Picasso
Argentina

Elena Picasso, abogada de ENDEPA-SUR que acompaña con asesoría permanente y tramitaciones legales varias Comunidades Indígenas del Pueblo Mapuche. ENDEPA: EQUIPO NACIONAL DE PASTORAL ABORIGEN con la Asesoría Jurídica en la provincia de Neuquén, Argentina.

LA IGUALDAD Y LA DIVERSIDAD EN LOS DERECHOS INDÍGENAS

La igualdad y la diversidad en el juego de los derechos indígenas y su incidencia alternativa en la creación del derecho es un desafío en medio de muchas concepciones y puntos de vista sobre lo cultural y sobre el derecho.

Situándonos en una realidad concreta: los pueblos indígenas del sur de Argentina -precisamente el pueblo mapuche- y desde la experiencia de alguna de sus comunidades, quisiera presentar el Convenio 169 para pueblos indígenas y tribales que acaba de cumplir el tiempo de su ratificación y la entrada en vigencia para el ejercicio de su aplicabilidad internacional.

"Este Convenio promueve el respeto por las Culturas, las formas de vida, las tradiciones y el derecho consuetudinario de los pueblos indígenas y tribales. Asume que estos seguirán existiendo como parte de sus sociedades nacionales, manteniendo su propia identidad, sus propias estructuras y sus tradiciones. Se funda en que estas propias estructuras y formas de vida tienen un valor intrínseco que necesita ser salvaguardado." (Guia para aplicación del Convenio núm. 169 de la OIT, pg. 2)

MODIFICACIONES DE LA REFORMA CONSTITUCIONAL

Las Comunidades Indígenas de Argentina, desde sus Pueblos extendidos a lo largo del país, luchan en la permanente búsqueda por alcanzar la igualdad en el ejercicio de los derechos y garantías que la Reforma de la Constitución de 1994 les otorga y todavía esperan leyes, reglamentaciones más concretas en puntos esenciales, sin perder las garantías reconocidas.

La Reforma Constitucional del

año 1994 ha introducido, a respecto de los Pueblos Indígenas, profundas modificaciones contenidas en el art.75 inc.17 de nuestra Carta Magna: el reconocimiento de la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas argentinos, la garantía del respeto a su identidad y el derecho a una educación bilingüe e intercultural, el reconocimiento de la personería jurídica de sus comunidades, la posesión y propiedad comunitaria de las tierras que tradicionalmente ocupan. También regula la entrega de otras tierras aptas y suficientes para el desarrollo humano, estableciendo que ninguna de ellas será enajenable, transmisible ni susceptible de gravámenes o embargos.

LO PLURIETNICO Y LO MULTICULTURAL

El reconocimiento de la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas argentinos se introduce junto a una visión nueva de lo pluriétnico y lo multicultural en la sociedad argentina, que apunta hacia un cambio institucional.

Argentina es una realidad multicultural y, como tal, esta nueva visión - en todo lo que se refiere a la consideración de las diferencias, a los ámbitos culturales y realidades autónomas - permite nuevas interpretaciones cuando se trata de la inclusión de los pueblos indígenas.

El Dr.German Bidart Campos[1], autorizado Constitucionalista y Director de la Revista El Derecho nos dice: *"No vacilamos en asegurar que la reforma ha asumido una visión pluricultural y pluriétnica de la sociedad y de la convivencia"*.

El interculturalismo a que alude el citado inciso 17 del art. 75,[2] junto al que usa en el inc 19 cuando habla de las particularidades provinciales y locales - en cuanto

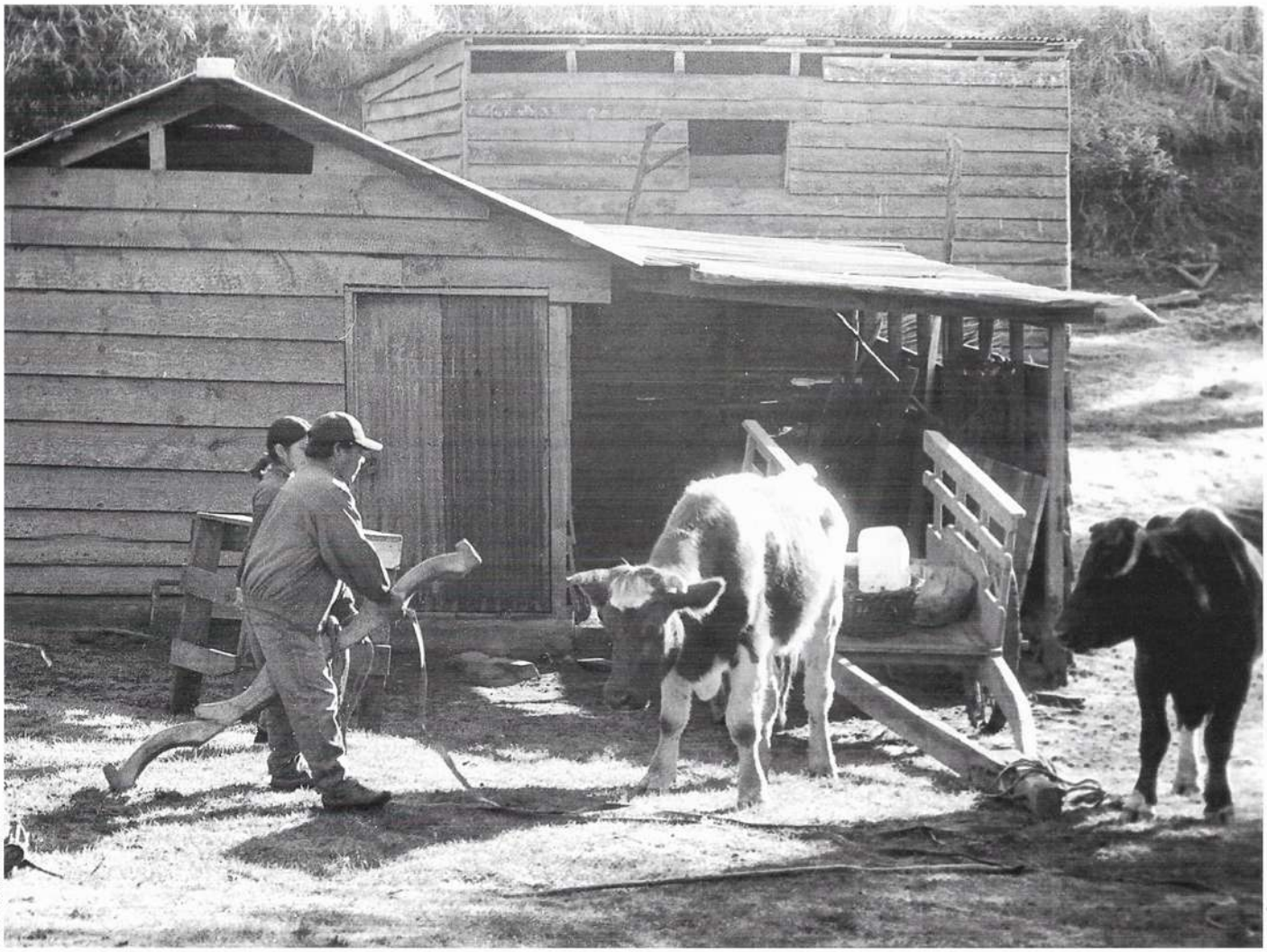


Foto João Ripper

identidad y pluralidad cultural y de los espacios culturales - enriquece el área de interpretaciones posibles, cuando hay que prestar atención a los pueblos indígenas. ¿Acaso el ámbito en que viven no son espacios culturales? ¿Y las particularidades provinciales y locales, deberían agotarse en una única acepción geográfica y zonal, sin incorporar aquellos espacios territoriales y culturales de las comunidades aborígenes?

Y ya que la Reforma ha holgado las menciones y acepciones de autonomía que antes de 1994 muchos limitaron a favor de las provincias (acaso algunos, en buena hora, a los municipios), pensamos que sin violentar la letra del inc 17, hay suficiente fundamento para afirmar que los pueblos preexistentes en su sentido étnico y cultural se encuadran en un espacio de autonomía (no estatal) dentro de los supuestos plurales (o plurindividuales) de nuestra sociedad, hasta revestir la entidad de persona jurídica de derecho público no estatal, como siempre lo fue la Iglesia Católica romana.

Este espacio de autonomía es el que da y debe dar alojamiento al multiculturalismo pluriétnico, al derecho consuetudinario indígena, porque sin él, la cultura tradicional subsistente queda recortada, lo que significa incumplir por omisión o por acción, con el art. 75 inc 17, conectado con otras normas como las que recordamos antes en párrafos del inciso 19.

"Cuando hablamos de derechos colectivos hablamos de un nuevo sujeto jurídico, el Pueblo Indígena, con derechos especiales por pertenecer a una comunidad" (colectividad de sujetos individuales) que existía previamente a la conformación de los Estados, derecho diferenciado en función de un grupo. Está ampliamente aceptado que sin territorio no puede haber integridad cultural. (PPI-1997)."

El Derecho Indígena deberá ser reconocido como parte del órden jurídico y del marco de desenvolvimiento económico y social de los Estados.

El Derecho Indígena deberá ser reconocido como parte del órden jurídico y del marco de desenvolvimiento económico y social de los Estados. Tienen los Pueblos Indígenas el derecho de mantener y reforzar sus sistemas jurídicos y de aplicarlos a los asuntos internos de sus comunidades. Corresponde reconocerles el uso de sus costumbres y tradiciones ancestrales como fuente del Derecho.

Esta inclusión del sistema indígena al sistema legal nacional conduce a una nueva concepción del Estado[3], donde habría una redistribución más equitativa del poder político.

El Convenio 169 es un instrumento político interamericano e internacional de gran valor, ya que introduce principios importantes en este camino de la igualdad en la diversidad: fortalece la protección de valores tradicionales, las instituciones propias y el derecho consuetudinario; consolida los conceptos de tierra y territorio, recursos naturales y el derecho de retornar a sus tierras ancestrales.

Es notable la primacia del derecho internacional en la reforma constitucional de 1994, como fuente inspiradora de las leyes nacionales y cambio de la jerarquización, priorizando tratados internacionales que afiancen el respeto y reconocimiento de los derechos humanos de los pueblos.

Ciertamente, la concepción de igualdad desarrollada como concepto imperante en el siglo pasado, así como la visión particular de la Modernidad - con su proyecto homogeneizador y monocultural - cambia de orientación ante el reconocimiento de una Argentina pluriétnica y multicultural que se va dibujando y construyendo en líneas maestras en la Reforma Constitucional de 1994. En ese sentido se sigue avanzando desde movimientos aislados, que pasan de inorgánicos a orgánicos y que, a pesar de las permanentes contradiciones y gravedad de la situación, son fuerza de choque y de lucha hacia un cambio que si bien pareciera se dificulta y aleja cada día, se construye más allá de las incertidumbres y se afirma sobre esa misma debilidad que se hace fuerza de futuro.

Dicha Reforma, fruto de un acuerdo de fuerzas políticas para asegurar ascensos electoralistas de determinado color político, logró que se incluyan en su producción una serie de instituciones democrá-

ticas de fuerte significación nacional e internacional.

Tanto el cambio de jerarquía institucional de tratados internacionales priorizados por sobre las leyes, como todo lo referente a los nuevos derechos, las normas sobre defensa al consumidor, el habea data, la consulta y propuesta popular, la apertura hacia lo local con el afianzamiento de los municipios, la modificación sobre los Pueblos indígenas reconocidos como preexistentes étnica y culturalmente y la concepción de giro hacia lo multiétnico y pluricultural del estado y la nación argentina como tal, son avances y novedades que desarrolladas en el contexto histórico, político-social generan cambios que deben ser profundizados con alternativas políticas de representatividad real que apunte a la construcción de la democracia.

LA IGUALDAD COMO UNIFORMIDAD DE RESPUESTAS VERSUS LA PLURIFORMIDAD

Muchas veces el término igualdad nos sugiere uniformidad, *"que todos sean iguales ante la ley"* (art. 16 de la C.N). Pero esta respuesta uniformada es señal de discriminación y de privilegio, por las exclusiones que provoca desde sus propuestas y proyectos, desde sus programas y políticas.

Sin embargo, muchos ciudadanos reaccionan ante las medidas que priorizan a aquellos que menos tienen y pueden, diciendo que es un privilegio, considerándolas, por consiguiente, como injustas y argumentando que dejan a los demás en un segundo lugar.

No es fácil comprender este sentido de igualar lo distinto desde lo distinto y ser igualitario, respetando las diferencias y nivelando las situaciones diferentes, para que esta justicia pueda ser "equitativa y saludable", fuente de vida en un proyecto nuevo para tod@s.

Desde lo hegemónico del proyecto de la modernidad se recogen, en la reforma constitucional, tendencias actuales que marcaron el fin de siglo, desde este fuerte movimiento de respeto a los derechos humanos y la necesidad de propuestas diferentes y diferenciadas según los nuevos escenarios y grupos sociales que avanzan con fuerza: los movimientos sobre la mujer, los movimientos sociales de reclamos de desocupados, obreros y empleados, así como el movimiento indígena con toda la fuerza de su presencia y crecimiento desde los casi viente pueblos que en Argentina están organizados y luchan por la defensa de sus derechos y su posicionamiento como sujetos públicos en su nueva relación frente a los estados, provincias y municipios.

Todos estos fenómenos de desarrollo chocan muy fuerte con el modelo neocapitalista y liberal que pretende imponerse sin aparente alternativa.

Podemos interpretar fácilmente que la reforma constitucional efectuada en nuestro país en el año 1994 ha dado un paso al frente al reconocer la preexistencia de los pueblos indígenas y su identidad cultural. A su vez, la ratificación del Convenio 169 de la OIT constituye la reafirmación de ese cambio.

El paso previo para que el respeto de los derechos a los pueblos indígenas se efectivice es el reconocimiento de la identidad cultural de cada uno de ellos. Es a partir de allí que se podrán ir delineando las distintas políticas dirigidas a garantizar sus derechos, tanto individuales como colectivos.

De esta manera, es preciso que las medidas que de aquí en más se tomen al respecto de los pueblos indígenas sean coherentes con el reconocimiento mencionado. Si los pueblos indígenas poseen una identidad cultural diferente, resulta claro que los integrantes de otras culturas no pueden decidir el contenido de las políticas que les conciernen a aquellos.

Es de fundamental importancia avanzar en la legislación y nueva normativa, como en los acuerdos políticos y de modificación de canales representativos, a fin de poder acordar desde lo distinto y de todo lo que se va construyendo por debajo de la sociedad, en el "subsuelo de la historia", que crea día a día nuevas formas de resistencia y desarrollo alternativo.

El paso previo para que el respeto de los derechos a los pueblos indígenas se efectivice es el reconocimiento de la identidad cultural de cada uno de ellos.



Foto João Ripper

Es un gran desafío este planteo del Convenio 169 al proponer diferenciar y priorizar sin generar desigualdades (art. 12), sino tener en cuenta la instrucción, educación, desarrollo, capacitación, diferencias culturales, *"aparente lentitud y dolorosos choques por lo distinto"* y sus ritmos diferenciados, para encauzar modalidades y estilos que sean apropiados y que se presenten, con el suficiente respeto que permita negociaciones posibles, con confianza y con fluidez, con cercanía y comunicación.

Todo esto supone facilitar canales de reclamaciones posibles, a fin de favorecer de manera especial un gran sector que no podría competir porque no posee igualdad de condiciones.

Surge desde el art. 6 toda la importancia de la consulta, de la participación, de ser informados ante situaciones que les afectan, de poder recibir tales consultas a través de organizaciones propias y reconocidas y, directamente, defenderse con todas las alternativas de comprender las requisitorias, de tener traductores o grupos de apoyo, que la igualdad teórica de una ley fría y supuesta no se vuelva injusticia por falta de comprensión.

Esto no sólo es aplicable a los indígenas y sus diferencias culturales sino a todo "otro" distinto desde sus propias diferencias, con toda una actitud de valoración del otro diverso, con todo un movimiento de alteridad que suponga ubicarse en lo diferente valorándolo, tomando en peso esta realidad de las culturas y universos distintos. •

1 BIDART CAMPOS German. Proceso Penal y Derecho Consuetudinario Indígena. Especial para el Rio Negro, lunes 17 de julio del 2000- Opiniones.

2 Guia para la aplicación del Convenio No. 169 de la OIT, p.2.

3 CERINI,Pablo, CARRASCO, Mónica, KWEITEL, Juana, y ROSSI, Julieta. Estudio y Valor de la costumbre: Proyecto sobre Declaración Universal y Derechos Americanos (OEA) Pueblos Indígenas.

El diálogo intercultural como tarea democrática

Fabiola Luna Pineda
Lima - Perú



Foto Antonio Escurra

idéias em rede
ideas en red

Na América Latina, indígenas, afro-americanos e mestiços pagam altos custos socioculturais devido ao autoritarismo e etnocentrismo da cultura hegemônica. Embora esta região seja culturalmente mestiça, nela encontramos povos que lutam por reconhecimento de seu direito à autodeterminação política, cultural e econômica: os povos indígenas. Na raiz da marginalização das culturas aborígenes, encontra-se o processo de ocidentalização que rejeita as diferenças, excluindo-as ou encobrindo-as. Reconhecer a existência de culturas diversas na América Latina corresponde mais a um momento multicultural que intercultural, mas é a base e condição de possibilidade da interculturalidade, que deve levar a cabo a tarefa de analisar criticamente os aspectos que propiciam as ações e discursos etnocentristas e homogenizantes. O diálogo intercultural é, sobretudo, uma tarefa democrática. A América Latina enfrenta o desafio de trabalhar pelo direito à diferença e à igualdade de todos perante a lei, construindo uma dinâmica sociocultural que possibilite uma democracia que respeite a pluriculturalidade e encoraje o diálogo intercultural.

En América Latina indígenas, afroamericanos y mestizos pagan altos costos socioculturales al autoritarismo y etnocentrismo de la cultura hegemónica. Esta zona del mundo no se puede asociar a una realidad que tiene un único padrón político-cultural, su diversidad remonta a las llamadas culturas nacionales que suelen tener más de reducción que de unidad. La cultura que llamamos "nuestra" está asentada sobre una matriz polivalente que permite la emergencia de muchas tradiciones, donde el otro está dentro y no fuera de lo nuestro. Aquí, "todas las diferencias pueden tener su casa", como dice Martí. En este esfuerzo sostenido para que se pueda seguir la construcción de mundos reales diferentes se hace necesario el diálogo intercultural como una tarea que nos permitirá descubrir a América Latina en toda su variedad y diversidad.

Si bien esta América es mestiza culturalmente, alberga en ella muchos pueblos que luchan por el reconocimiento de su derecho a la autodeterminación política, cultural y religiosa: los pueblos indígenas. Estos fueron confinados a "reducciones" en la época colonial y hoy todavía siguen siendo "reducidos" por el sistema hegemónico. Por eso, el diálogo intercultural que se requiere actualmente está unido a la historia de la conquista y la colonización en cuanto significaron la destrucción y opresión sistemáticas de las diferencias culturales. Las culturas aborígenes se convirtieron en un "objeto colonizado, es decir, neutralizado social, cultural y políticamente". En la raíz de su marginación se encuentra este proceso de occidentalización que rechaza las diferencias, a las cuales excluye o encubre.

De esta situación surge la necesidad ética de reparar la injusticia cometida y avanzar hacia una convivencia solidaria. Por ello, trabajar por el diálogo intercultural en nuestra América se orienta en los principios de la liberación y de la justicia. No se puede hablar de reparación sin hablar de la liberación de los pueblos sometidos o de la promoción de un orden justo.



Foto Antonio Escurra

En otras palabras, los miembros de las diversas culturas no sólo tienen el derecho a decir que ven el mundo de manera distinta, sino también a hacerlo según su propia manera de vivir.

Reconocer la existencia de diversas culturas en América Latina corresponde más a un momento multicultural que intercultural, pero es la base y condición de posibilidad de la interculturalidad. Para algunos hay palabras claves que definen diversos conceptos próximos a ella. La palabra clave del multiculturalismo sería "respeto", desde el reconocimiento a ser diferentes se pide respeto para las diferentes culturas, no así canales de comunicación entre ellas. Para el mestizaje cultural la palabra clave sería "mezcla o síntesis", se trataría del surgimiento de una cultura común enriquecida por los aportes de cada una de ellas. En la interculturalidad la palabra clave sería el "diálogo", ésta va más allá de la multiculturalidad, propicia el encuentro de las diversas culturas y posibilita el desarrollo creativo de ellas. En la interculturalidad subyace una afirmación fundamental, cada cultura no se siente autosuficiente, ninguna cultura realiza plenamente las posibilidades del ser humano, por lo tanto, reconocen recíprocamente su capacidad de creación cultural.

La interculturalidad es el diálogo que resulta del contacto cotidiano entre grupos de orígenes culturales e históricos distintos donde suceden transformaciones sociales como el cambio en las mentalidades, en el imaginario de las personas, en sus maneras de sentir y percibir el mundo. Interculturalidad es un concepto que surge en el campo de la educación pero que desborda los marcos de la problemática educativa y se inscribe en el debate sobre la diversidad cultural. La interculturalidad promueve el tránsito de la mera tolerancia a la posibilidad de enriquecimiento mutuo entre diferentes cada vez más conectados por la globalización. No se trata de la mera tolerancia del otro culturalmente distinto sino la opción de la autorrealización propia en la interacción con ese otro.

La interculturalidad lleva a cabo dos tareas. Por un lado, realiza el análisis crítico de los aspectos históricos, sociales, políticos y económicos que llevaron a asumir como "condiciones naturales" las acciones y discursos etnocentristas y de superioridad de determinados grupos

culturales. Por otro lado, requiere trabajar los aspectos afectivos, cognitivos y relacionales que son efecto y reproducen estos discursos etnocentristas y homogenizantes.

Hay un elemento que se puede resaltar, la relación de la interculturalidad y los afectos. Existen múltiples y variadas formas y hábitos culturales que superan límites geográficos, fronteras nacionales y lingüísticas orientadas según la capacidad técnica y las representaciones sociales de valor de las culturas. Pero estas formas culturales toman posición, entran en rivalidades y conflictos y en la época actual los medios de destrucción han alcanzado un grado tal que pueden poner en peligro la existencia misma de la Humanidad.

Para el psicoanalista alemán Alexander Mitscherlich, existe un potencial de reacción humana que sobrevive a todos los desarrollos técnicos y cambios socio-culturales: el exceso de impulsos agresivos, que son de reacción inestable y fácil de provocar. La satisfacción inmediata de estos impulsos es la que acecha a todos los modos de asociación humana y amenaza las conquistas de los seres humanos y de la vida misma. Para satisfacer estos impulsos las personas se sirven de pretextos, como son las motivaciones que dan las ideologías, la religión, etc. Por este motivo es muy importante percibir cómo la ciencia política tiene algo que ver con las leyes del comportamiento afectivo de las colectividades, las normas de conducta, las costumbres y los prejuicios arraigados.

A este ser social que somos le es inherente el conflicto y por tanto la característica más importante que debe realizar la socialización es que las personas dispongan "de una firmeza relativamente segura en el dominio de sus impulsos, puestos en situaciones que tiendan a provocarlos". Ante la perspectiva del "choque de civilizaciones" esta formación será un elemento importante para los pueblos. El umbral de nuestra respuesta agresiva va al compás de nuestra tolerancia a la frustración, por ello, cuanto mayor sea nuestra tolerancia a la frustración más alto es el umbral a partir del cual se dispara la respuesta agresiva. Como la frustración ha de acontecer a lo largo de nuestra existencia, educar para la paz tiene que ver con el aprendizaje de la tolerancia a la frustración. De esta manera la educación para la paz se convierte en un ingrediente importante de la educación intercultural.

Junto al reto de lo cultural, la libertad económica y la solidaridad social son los desafíos que enfrenta América Latina.

El diálogo intercultural es, eminentemente, una tarea democrática. Se puede afirmar que no hay democracia sin reconocimiento de la diversidad cultural y las relaciones de dominación que existen entre ellas. La dificultad de lograr ciudadanías "de alta densidad" participativas es lo que enfrenta todo proyecto social democrático; éste combina un movimiento liberador con el reconocimiento del otro y el pluralismo. El mismo paradigma de la justicia social ya no puede ser definido solamente por la redistribución de recursos; debe incluir, también, el reconocimiento de las diferencias.

La democracia no es una "forma natural" de organización social, sino "una extraordinaria invención de la imaginación cultivada". No nacemos demócratas ni nacemos ciudadanos. Nos hacemos demócratas, nos hacemos ciudadanos.

La democracia como una forma de vida va más allá de la preocupación por la realización de elecciones periódicas. En este sentido existe preocupación por la actualidad y perspectivas de la democracia en América Latina. Aunque existen sistemas democráticos crece la impaciencia ciudadana con sus representantes políticos y, sobre todo, hay precariedad de los avances de la democracia desde la perspectiva del vínculo entre la democracia y el desarrollo humano. Es interesante la experiencia de Costa Rica que ha creado un instrumento innovador, la auditoría ciudadana sobre la calidad de la democracia, con la finalidad de investigar y evaluar participativamente la vida política en ese país. Esta iniciativa pretende contribuir al desarrollo de las capacidades ciudadanas para participar, crítica e informadamente, en el gobierno de su sociedad. Al mismo tiempo la auditoría es una exploración de los horizontes democráticos a los cuales la ciudadanía de un país puede aspirar a tener. El objetivo es lograr una convivencia política con mayor calidad democrática.

Un vínculo importante a dilucidar es la relación de la democracia con la ética. Al ser humano se le encuentra siempre inscrito en "un bien y un mal", en "un permitido y un prohibido" asumidos, por ello puede existir una ética sin democracia pero no una democracia sin ética. La democracia es una concepción política sobre el gobierno de la sociedad, que se debe fundamentar en una ética de la

solidaridad que promueva la participación ciudadana y una cultura del reconocimiento y del derecho.

La concepción de democracia no puede estar fundamentada por una ética del individualismo o de la desintegración social. No se debe promover una cultura del narcisismo sino promover una cultura del reconocimiento y del derecho. Desde esta perspectiva, las relaciones entre personas no son las de individuos aislados de toda relación, sino la de personas que establecen relaciones que pueden demandar nuestro compromiso emocional, nuestra actividad profesional o nuestra participación en los asuntos públicos.

Finalmente, se puede decir que junto al reto de lo cultural, la libertad económica y la solidaridad social son los desafíos que enfrenta América Latina. Se trata de asumir la responsabilidad de trabajar por el derecho a la diferencia y la igualdad de todos ante la ley, asi como construir una dinámica sociocultural que haga posible una democracia que no pase por encima de las diferencias regionales, étnicas y culturales sino que respete la pluriculturalidad y anime el diálogo intercultural. •

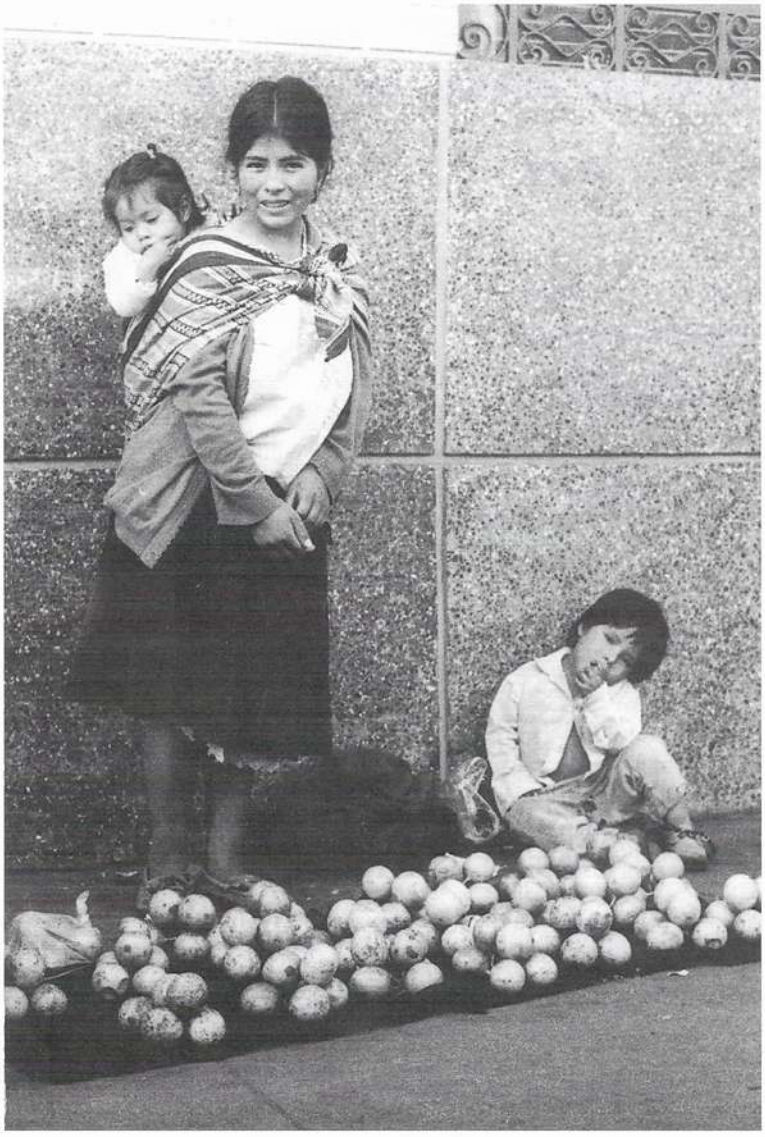


Foto Antonio Escurra

Mientras las políticas mundiales hacen alarde del respeto entre culturas y la tolerancia, los pueblos y culturas que durante milenios dieron muestras de solidaridad y vida intercultural, no entienden a qué se refieren con esas nuevas imposiciones, no se puede comprender cómo pretenden a través de leyes, modificar formas de vida y maneras de relacionarse cuyos fondos culturales son profundos.

Cultivar la sensibilidad para el encuentro, esta puede ser una manera de establecer relaciones «interculturales» reales. Ese encuentro tenso e intenso al mismo tiempo, cargado de prejuicios y miedo a la diferencia, que cuando logra traspasar las barreras de la palabra y lo convencional, hace desaparecer la «normalidad» dando lugar a la convivencia, a la sorpresa, a la valoración cotidiana del riesgo, de lo desconocido, de la rebeldía, del presente renovado y provocador... ¡No hay más rutina! ¡No hay norma que prive las relaciones entre diferentes! ¡No hay futuros ilusorios! Hay encuentro e intercambio siempre.

Esa disposición a mirar con sorpresa y cariño las múltiples formas y sentidos de vida que tiene cada cultura en esta tierra, abre las puertas para desmitificar aquel pensamiento de: «uni - verso» y «homo - genio», permitiendo sentir el «multi - verso» donde los paisajes, los animales, las palpitaciones, los colores, las hojas, el viento, las personas, los ritmos y los tiempos, en momentos y circunstancias dadas, desatan comunicaciones entre diferentes y siempre presentes, provocando relaciones amplias que dejan huella o...

VIVENCIA DE SIEMPRE
¿Interculturalidad?

Teresa Alem Rojo

a veces, quedan pendientes, ¡pero se dan! Eso es lo importante, permitir que la relación se establezca, antes de negarla por acumulación de prejuicios e invisibilizaciones intencionadas de nuestros «semejante» diferentes.

Las relaciones de poder, las teorías sobre la superación, la búsqueda de verdades absolutas, creer que el humano es el centro del universo, las invasiones de territorio, las humillaciones y comparaciones cargadas de intereses ocultos, de poder e ínfulas de dominación; jamás reivindicarán la diferencia como una manera plena de vivir, mucho menos como una manera de establecer relaciones. Lo que se establecen son formas de «negociación», de limitación, de justificación... así encontramos guerras eternas, acumulaciones atrevidas, genocidios justificados y muertes por desecho. Tanto es así, que se hace más fácil cultivar criterios de muerte en vez de reivindicar la vida y la convivencia.

Bajo relaciones de dominación la interculturalidad es imposible en términos equitativos. Sin embargo, a pesar de negaciones y poderíos, las relaciones interculturales se viven siempre y cada cultura se afirma y renueva, resiste y revela, se oculta o escapa en esa intercomunicación tan tensa como desafiante.

En culturas de solidaridad, la risa y el juego son complementos de la comunicación, juegos que no buscan ganadores, no hay con quién ni por qué competir, lo que buscan es compartir. Risas pícaras, provocadoras de cariños y complicidades que intentan aprendizajes sin dicotomias. Niñ@s, jóvenes, adultos, paisajes, sentimientos, semillas, pajaritos... unidos para lograr encuentros.

El encuentro entre un «nos - otros» inclusivo, supone modificar los intereses en las relaciones. ¿Cómo hacer para que la relación entre «nos - otros» deje de ser un acto más de dominación y consolidación de límites poderosos e incuestionables además de abusivos? Es un desafío constante, posibilitar encuentros y encontrar complementariedades, la sensación de sentirse presente e incluido, de siempre ser importante cualquiera sea la circunstancia, es lo que hace que aún exista la diferencia casi como una necesidad y obsesión colectiva.

Los Estados de cualquier corte, han invertido gran parte de su constitución y consolidación en reglamentar y normativizar la vida en común, el problema es que siempre tomaron como punto de referencia modelos ajenos a sus culturas, quienes por principio de vida ya habían desarrollado maneras de convivir e intercambiar. Es lo que nos sucede en estos días con el discurso de la «Globalización», se impone la exclusión como ley de Estado, en sociedades que por ningún motivo han cultivado ese tipo de relaciones con los múltiples «nos - otros» siempre presentes y siempre vigentes. Se impone, se niega, se hacen teorías y categorías de humillación y jerarquización... para justificar lo imposible. En el fondo hay un discurso oculto de genocidio y distribución territorial entre capitales, quienes al mismo tiempo que insisten en «humanizar» el desarrollo, globalizan la interculturalidad y eliminan a quien se les opone. ¿Qué manera de con - vivir es esa?

Tratando de reivindicar la diferencia, la interculturalidad como permanente encuentro tenso pero complementario, siento que hay un desafío para quienes todavía creemos en la vida: VIVIR, sin simulacros!

Y para eso podemos empezar a cultivar nuestras capacidades de:

- comunicación,
- afirmación en la diversidad,
- encuentro sin límites preestablecidos,
- resistencia,
- solidaridad,
- festejar y jugar para armonizar,
- vivir ritmos y ciclos propios,
- perder la obsesión de controlar al "otro",
- intuición más allá de demostraciones únicas,
- creatividad,
- originalidad,
- singularidad sorprendente y comunitaria,
- silencios elocuentes,
- presencia y presente siempre renovador,
- incompletitud digna,
- reciprocidad,
- derecho al disenso...

y quién sabe qué otras maneras de convivir entre diferentes/semejantes, nos permitirán seguir caminando contra las corrientes homogenizadoras y genocidas. Tal vez sea este un compromiso de quienes aún reivindicamos la vida en su múltiple diversidad, creemos en el encuentro y cultivamos el coraje y la rebeldía.

Preconceito e discriminação na escola:

desafios para a educação intercultural

Patrícia Morgado
Rio de Janeiro – Brasil

La escuela es un espacio de diversidad cultural en el cual conviven diferentes visiones del mundo, estilos de vida, creencias, etnias y otros elementos que componen las culturas. Es también un lugar en el cual se hacen presentes diferentes relaciones sociales, y muchas veces, un "locus" de reproducción de prejuicios, sin que exista problematización o tentativas de desnaturalizarlos. Nuevamerica, unida a otras dos instituciones de América Latina - el Centro Poveda de República Dominicana y el Yachay Tinkuy de Bolivia, dio inicio en 1999 a un estudio sobre discriminación social y educacional en la escuela. El objetivo es buscar subsidios para promover la educación en Derechos Humanos, teniendo en cuenta el respeto a las diversidades culturales por parte de los agentes escolares. En este sentido, la educación intercultural parece un horizonte a ser perseguido que apuesta al respeto e interrelación de las diferentes culturas. Para promover estrategias de cambio y transformar a la escuela en un lugar de intercambio cultural, es preciso conocer de qué manera el prejuicio y la discriminación se expresan en la cotidianeidad de la escuela.

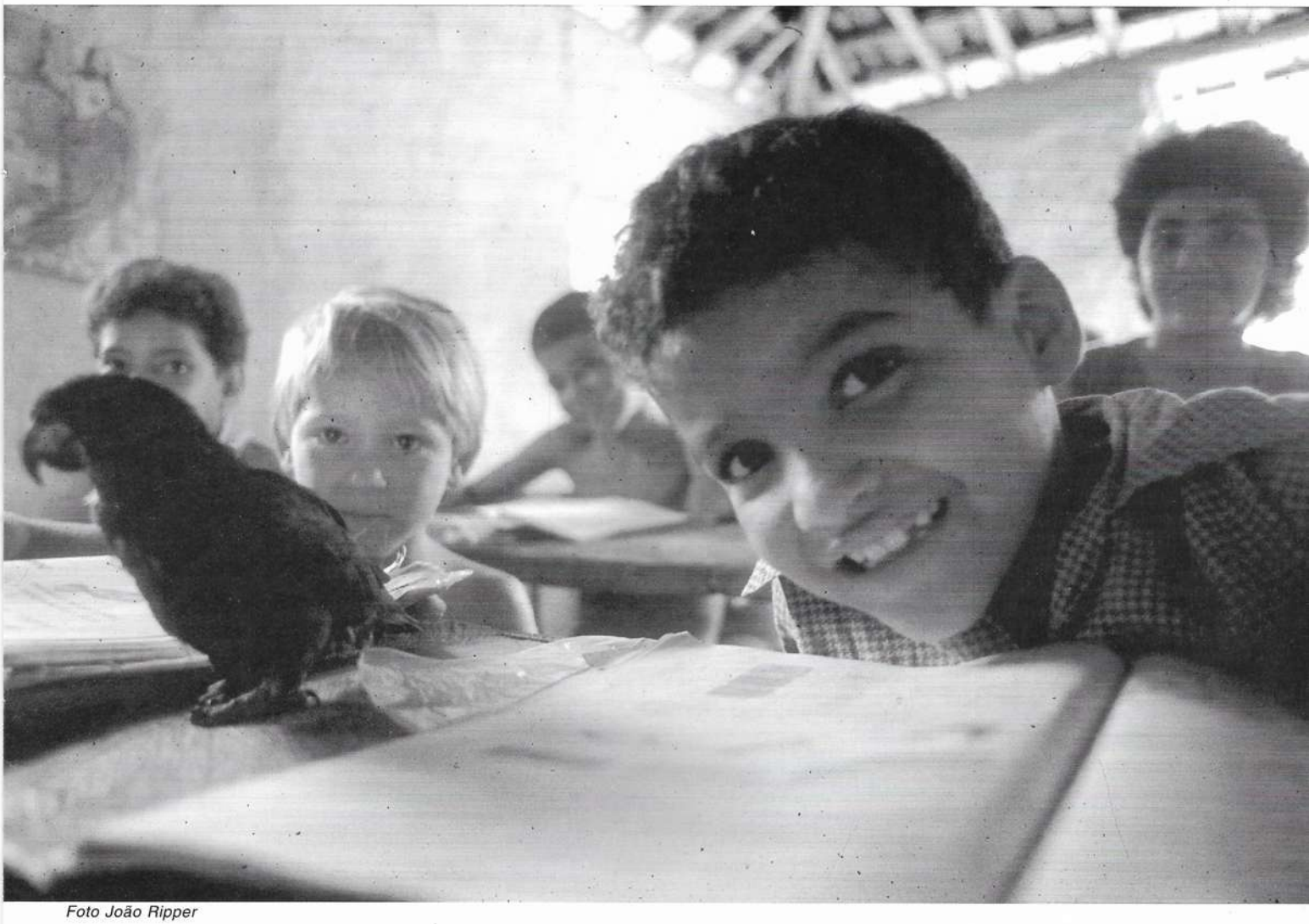


Foto João Ripper

A escola é um espaço de diversidade cultural na qual convivem diferentes visões de mundo, estilos de vida, crenças, etnias, entre outros elementos que compõem as culturas. É também um local no qual estão presentes diferentes relações sociais sendo, muitas vezes, um locus de reprodução de preconceitos, sem que haja problematização ou tentativas de desnaturalizá-los.

Este micro universo multicultural, a instituição escolar, nem sempre respeita o direito à diferença, diferença esta que se expressa na pluralidade dos diferentes grupos. Um dos grandes desafios da educação intercultural é que a escola tem sido um universo monocultural freqüentado pela mais variada clientela multicultural. Desta forma, a diversidade não costuma encontrar representatividade na escola, pois sua lógica está pautada em currículos e pressupostos monoculturais.

Ainda que valores como igualdade, solidariedade e respeito ao próximo estejam presentes no discurso destas instituições, diferentes pesquisas[1] revelam que palavras como estereótipos, discriminação e preconceito fazem parte do cotidiano escolar. Tais pesquisas têm como

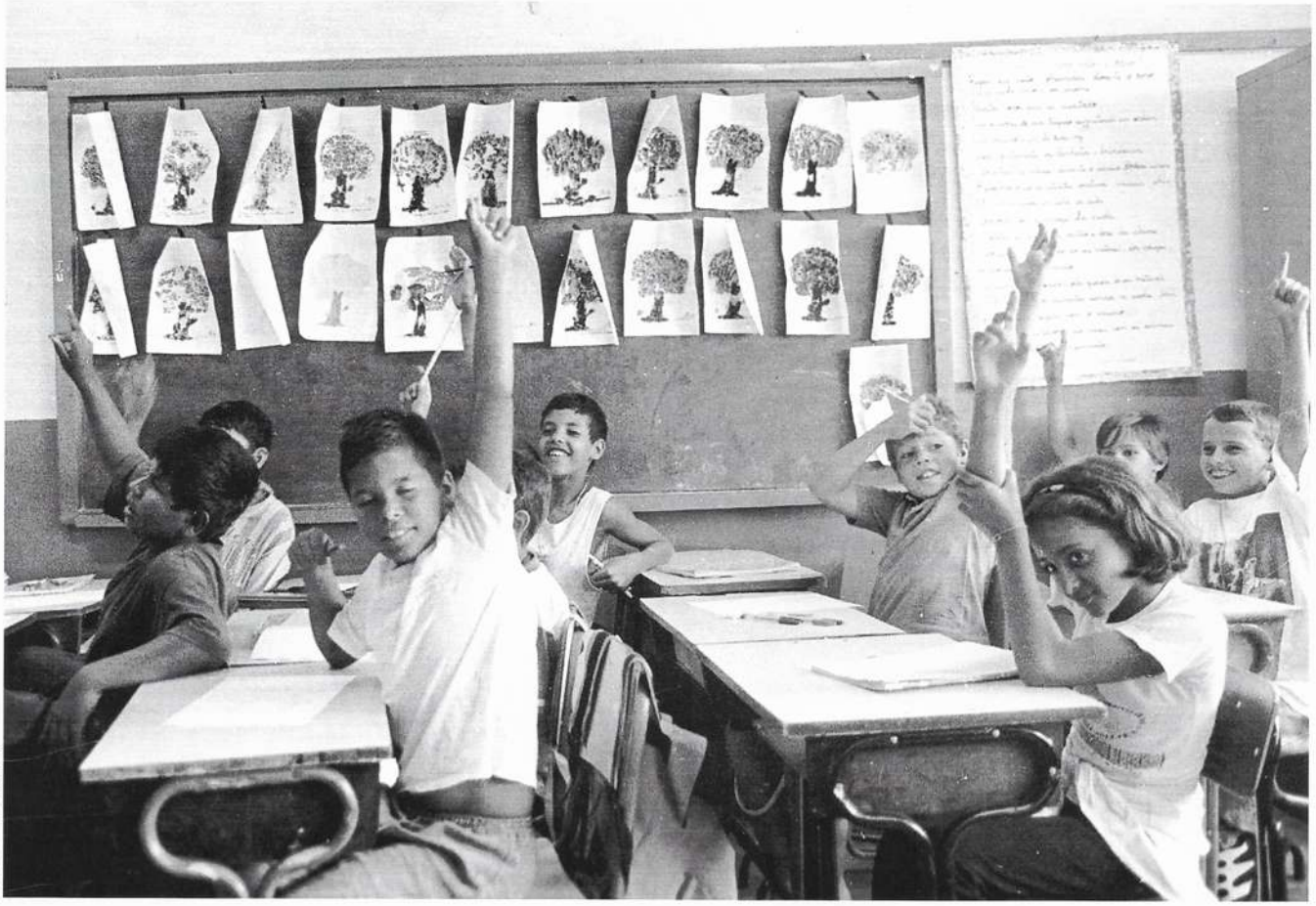


Foto João Ripper

horizonte desvelar práticas discriminatórias, desmascarando o que tem sido naturalizado e reforçado em discursos, atitudes e conteúdos.

Oliveira (1994) aponta a presença de diferentes preconceitos na escola, especialmente os de gênero, classe social e raça. Em seu estudo, ficam evidentes as marcas negativas que crianças pobres, negras e do sexo feminino carregam nas dinâmicas sociais da escola, o que se torna mais contundente no caso de crianças que conjugam duas ou mais destas características. Assim, alunas negras e pobres, como demonstrou seu estudo, eram alvo de práticas discriminatórias que afetavam o auto-conceito e a auto-estima destas crianças, que se viam como inferiores às demais.

Magendzo (2000), em recente estudo sobre discriminação na escola, aponta as principais maneiras através das quais a descriminação se difunde, bem como seus principais atores: segregação escolar, currículo, testes e provas, infra-estrutura física e material, disciplina escolar, pedagogia, professores e alunos. Cada um destes itens elencados pelo autor revela que o preconceito e a discriminação cruzam a instituição escolar como um todo, o que é especialmente alarmante. Desde a prática de separar os/as alunos/as por classificações, estimulando o sentimento de superioridade de um grupo sobre o outro, passando pelas omissões de componentes culturais diversos e dos preconceitos e estereótipos presentes nos conteúdos curriculares. Observando as discriminações entre educadores/as e educandos, entre os/as próprios/as professores/as e entre os/as alunos/as, percebemos que o cotidiano desmonta todo um discurso de igualdade que a escola costuma veicular.

No bojo destas preocupações, a Novamerica, unida a outras duas instituições da América Latina, o Centro Poveda da República Dominicana e o Yachay Tinkuy da Bolívia, iniciou em 1999 uma pesquisa sobre as representações dos diferentes atores presentes na escola sobre as relações entre discriminação social e educacional, pretendendo contribuir com a produção sobre o tema da discriminação no cotidiano escolar no âmbito da América Latina.

PROMOVENDO UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: CONSTRUINDO UMA CULTURA DOS DIREITOS HUMANOS

Através desta pesquisa interinstitucional buscaremos subsídios para a promoção de uma educação em Direitos Humanos, tendo em vista o respeito às diversidades culturais dos atores escolares. Neste sentido, consideramos que a educação intercultural muito tem a contribuir. Da mesma forma, entendemos que uma educação democrática, que conceba a diferença como enriquecedora, encontra em condutas discriminatórias um terrível obstáculo à construção de uma cultura dos Direitos Humanos.

Para melhor situarmos o presente debate, parece-nos importante precisar o que entendemos como educação intercultural, preconceito e discriminação.

A educação intercultural é uma perspectiva que parte do pressuposto do reconhecimento explícito do direito à diferença e da diversidade cultural. Todavia, a aceitação da diferença não é suficiente, uma vez que, como o próprio sufixo inter denota, o objetivo é o intercâmbio, a troca entre as diferentes culturas. É importante ressaltar que, ainda que a interrelação seja estimulada a identidade pessoal deverá ser preservada. Assim, a educação intercultural rejeita o assimilacionismo cultural, no qual aspectos de uma determinada cultura são tomadas como referência e impostas à outros grupos culturais. O que se pretende é que diferentes orientações culturais possam se mesclar, sem contudo, perder sua identidade e, nesse sentido, a perspectiva de "hibridismo cultural" (Canclini, 1990) pode ser um importante caminho. Também é necessário destacar que a educação intercultural é para todos/as os/as estudantes, e não para grupos considerados "minorias" étnicas e/ou culturais. Temos consciência de que a educação intercultural é uma temática complexa, polissêmica, polêmica, e que esta é uma breve introdução aos seus pressupostos.

Quanto ao preconceito Dallari (1997) o define da seguinte forma: *"A palavra preconceito significa prejulgamento, ou seja, ter idéia firmada sobre alguma coisa que ainda não se conhece, ter uma conclusão antes de qualquer análise imparcial e cuidadosa. Na prática, a palavra preconceito foi consagrada como um prejulgamento negativo a respeito de uma pessoa ou de alguma coisa. Ter preconceito ou ser preconceituoso significa ter uma opinião negativa antes de conhecer o suficiente ou de obter os elementos necessários para um julgamento imparcial". (p.89)*

Assim, Dallari (1997) entende, em linhas gerais, que o preconceito é uma opinião, pré concebida, em geral negativa, que se tem a respeito de uma pessoa, etnia, grupo social, manifestação cultural, idéia ou teoria.

Em relação à discriminação, Magendzo(2000) aponta que o ato de discriminar não é uma ação negativa em si mesma, mas que torna-se um problema quando se realizam distinções, restrições ou exclusões com o propósito de menosprezar ou anular os direitos fundamentais das pessoas. Assim:

"Nem toda diferenciação, desigualdade ou tratamento distinto é necessariamente um ato discriminatório. Em nossas sociedades há, por certo, desigualdades de toda natureza: econômicas, sociais e culturais, assim como existem diferenciações e tratamentos distintos na vida cotidiana, no trabalho, nos lugares de recreação. Agora, se estas diferenciações apontam o menosprezo dos direitos humanos fundamentais e se estão normatizadas, e portanto, vêm legitimando-se e ferindo a dignidade humana, estão inquestionavelmente no plano das discriminações. Uma coisa é aceitar a diversidade, dando espaço para expressões sociais, culturais e econômicas diferentes, heterogêneas e variadas, outra coisa é que esta diversidade dê lugar a marginalização, à exclusão, a degradação, a humilhação, a ineqüidade, a opressão, a exploração e/ou a injustiça" (p.15)

Assim, a educação intercultural

A educação intercultural é uma perspectiva que parte do pressuposto do reconhecimento explícito do direito à diferença e da diversidade cultural.

é uma perspectiva educacional que aposta no respeito e na interrelação entre as diferentes culturas. Os preconceitos são como filtros de nossa percepção, fazendo com que tenhamos um entendimento simplificado e enviesado da realidade. A discriminação, no sentido aqui atribuído, refere-se a práticas sociais concretas de exclusão, diferenciação e tratamento desfavorável dispensado a determinadas categorias de pessoas e/ou grupos. Ambas, preconceito e discriminação, representam uma ameaça à práticas interculturais e à garantia dos direitos das pessoas.

A ESCOLA: DA REPRODUÇÃO À TRANSFORMAÇÃO

A escola, conforme apontam as pesquisas sobre preconceito e discriminação, possui, em geral, um discurso de igualdade no qual a questão da diferença fica subtendida como não desejável, como desestabilizadora. Um outro aspecto a ser ressaltado é que a igualdade, muitas vezes, é interpretada como padronização, que se expressa em condutas esperadas do/a aluno/a, regras a serem seguidas, notas a serem alcançadas, entre outros. Se a igualdade é concebida como padronização, o estudante diferente é considerado um problema, e não reconhecendo o direito à diferença a escola abre espaço para condutas discriminatórias. A escola costuma lidar de maneira monocultural com um público notadamente multicultural, o que gera exclusão daqueles que não conseguem se encaixar nos padrões escolares. Dessa forma, como aponta Forquin (1993), a diversidade cultural pode ser um fator de não integração, uma vez que um ensino pode dirigir-se a um público multicultural sem que ele mesmo tenha este tipo de preocupação.



Foto João Ripper

Esta premissa, em grande parte, ressignifica o que se convencionou chamar de "fracasso escolar". Em última instância o considerado "fracasso" pode também ser provocado pela inabilidade de um determinado/a aluno/a, ou de um grupo de alunos, em corresponder aos objetivos estabelecidos nos currículos escolares. Ou seja: são alunos "diferentes" porque não atendem às expectativas da escola. Assim, atribui-se à diferença uma conotação pejorativa, e a escola passa a ter medo do diferente. Percebe-se um problema do/a estudante como algo



individual, familiar, como doença ou inabilidade cognitiva, física,mental ou psicológica. Contudo, como aponta Candau (2000):

"Em várias partes do mundo, por exemplo, tem se constado que crianças oriundas de grupos minoritários, ou seja, crianças social, cultural ou etnicamente marginalizadas, têm um rendimento escolar inferior à média das crianças dos culturalmente dominantes em uma sociedade. Este fato não pode mais ser explicado somente pela Psicologia, ainda que tenha seu lugar e valor. Mas é somente conjugando análises mais amplas e, por mais contraditório que pareça, ao mesmo tempo mais específicas, que se poderá avançar neste campo" (p.59)

Para lutar contra o preconceito e a discriminação, é preciso conhecer de que maneiras ele é expresso no cotidiano escolar.

A distância entre o discurso igualitário e o desrespeito à diferença que acontece na escola pode ser atribuído ao fato de que é comum que esta instituição reproduza nas relações estabelecidas, condutas discriminatórias presentes na sociedade mais ampla. É importante ressaltar que, embora a escola possa refletir desigualdades estruturais ela não se resume a um mero instrumento de reprodução e que seus professores/as podem assumir o papel de agentes de mudança.

A escola possui autonomia em relação à sociedade na qual está inserida, e nesta autonomia reside a esperança de transformação. Afirmar que a escola é apenas um produto da sociedade é negar sua riqueza e possibilidade produtiva. Acreditamos no potencial de mudança da escola, e em um tipo de educação que favoreça a interrelação das diferenças na perspectiva da construção da igualdade, através de práticas pedagógicas democráticas.

A educação intercultural, neste sentido, parece-nos um horizonte a ser perseguido, em direção a uma cultura escolar democrática e respeitosa dos Direitos Humanos. Desta forma, a importância de pesquisas sobre o tema da discriminação e preconceito é central. Partimos do pressuposto de que, para lutar contra o preconceito e a discriminação, é preciso conhecer de que maneiras ele é expresso no cotidiano escolar. Promover estratégias de mudança, que tornem a escola um ambiente de troca cultural, passa pelo reconhecimento dos desafios a serem enfrentados, sendo esta uma condição importante para sua superação. ●

1 " Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula", de Ivone Martins de Oliveira, 1994, " A Mulher Negra que vi de perto", de Nilma Lino Gomes,1995, " Cuando a uno lo molestan", de Abraham Magendzo e Patricio Donoso ,2000, entre outras.

CANCLINI, G.Culturas Híbridas. México: Grijalbo,1990.

CANDAU, V. Relatório de Pesquisa: Educação Intercultural e Cotidiano Escolar: buscando caminhos. V.1, CNPq/ PUC-Rio.

DALLARI, D. Policiais, Juízes e igualdades de direitos. In: O Preconceito, São Paulo: IMESP, 1997.

FORQUIN, J.C. Escola e Cultura. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOMES, N. A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza Edições,1995.

MAGENDZO, A. Una aproximación a la relación entre la Educación, La discriminación y los Derechos Humanos. In: Magendzo, A e Donoso, P. "Quando a uno lo molestan...". Santiago do Chile: LOM Ediciones,2000.

OLIVEIRA,I. Preconceito e auto-conceito: Identidade e Interação na sala de aula. Campinas: Papirus,1994.

MOSAICO

Cláudio Marques

livros/libros



La Globalización Imaginada
Néstor García Canclini
Editorial Paidós. Argentina, 2000.

Junto a la circulación de capitales y bienes, la globalización propicia el intercambio de diferentes culturas. A partir de datos actualizados y de una vasta bibliografía, García Canclini analiza las aproximaciones y discrepancias entre Europa, América Latina y Estados Unidos, comparando los diferentes modos en que se globalizan las finanzas, la ciudadanía y las artes. No se trata apenas de un libro sobre globalización, ya que propone la renovación de los estudios culturales para reconstruir el pensamiento crítico, además de cuestionar qué debe hacerse para que los intercambios globales sean una esfera pública en la que se construya una ciudadanía mundial.

"Cuando a uno lo molestan...": Un acercamiento a la discriminación en la escuela
Abraham Magendzo K. / Patrício Donoso F.
LOM Ediciones/PIIE. Chile, 2000.

El tema del libro es la discriminación en la educación. El currículo escolar, de manera consciente o inconsciente, ha contribuido para generar estereotipos y prejuicios sexistas, religiosos, étnicos y sociales, en lugar de promover y reforzar la diversidad cultural. El problema afecta a profesores y alumnos, cuando se piensa en el sistema de evaluación, en la infraestructura física, en el material escolar y en la propia pedagogía de enseñanza. La obra busca apuntar elementos conceptuales que permiten comprender el significado de las relaciones que existen entre la discriminación, los estereotipos y los prejuicios. También presenta las áreas y grupos que históricamente son blanco de dramáticas discriminaciones.

Ciladas da Diferença
Antônio Flávio Pierucci
Editora 34. Brasil, 1999.

Somos todos iguais ou diferentes? Houve um tempo em que a resposta seria, sem dúvida, que somos iguais. Entretanto, a partir da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver em uma nova esfera cultural, na qual se generaliza a consciência de que somos diferentes. Em vez de exigir mais eqüidade entre os seres humanos e lutar por mais igualdade entre os cidadãos, pessoas de diferentes orientações e preferências sexuais, homens e mulheres, jovens e velhos, adultos e crianças, negros e brancos e índios e mestiços e estrangeiros passam hoje a querer ser levados a sério justamente em sua diferença. "Ciladas da Diferença" problematiza a questão, lembrando que a velha igualdade política, entendida como exigência do mesmo tratamento legal e político para todos, vem tendo o seu valor diminuído.

Sociedade, Educação e Cultura
Vera Candau (org)
Editora Vozes. Brasil, 2001.

Globalização, multiculturalismo, desigualdades e novas formas de comunicação, entre outros fatores, configuram novos e diferenciados cenários sociais, políticos e culturais. A educação não pode ignorar esta realidade, pois a própria concepção da escola está em questão. O grande desafio para os educadores é articular igualdade e diferença: a base cultural comum e as expressões da pluralidade social e cultural. O livro propõe a construção de caminhos coerentes com a formação do povo brasileiro, em vez da mera cópia da experiência de outros países. É o fruto do esforço de um grupo de alunos de pós-graduação que buscam colaborar na construção de uma educação de qualidade e verdadeiramente democrática. Os textos são divididos em duas partes principais: "Multiculturalismo e Educação: questões, tendências e perspectivas" e "Identidades, Culturas e Educação: diferentes aproximações".

Globalización y Cultura
John Tomlinson
Editorial Oxford University. México, 2001.

Este libro examina sistemáticamente el papel central que ocupa la cultura en los debates sobre la globalización. La obra comienza con un análisis de la relación entre el proceso de globalización y los cambios contemporáneos en la cultura y se lo asocia con los debates sobre modernidad social y cultural. En la médula del libro está presente un análisis de gran alcance sobre la compleja y ambigua experiencia vivida de la modernidad global. Tomlinson afirma que presenciamos ahora una tendencia general de disolución de los vínculos entre experiencia cultural y ubicación territorial. El autor estudia la naturaleza irregular de esta experiencia respecto a las sociedades del Primer y el Tercer Mundos y reflexiona sobre la hibridación de las culturas y el papel especial que desempeñan la tecnologías de la comunicación y los medios en este proceso de "desterritorialización".

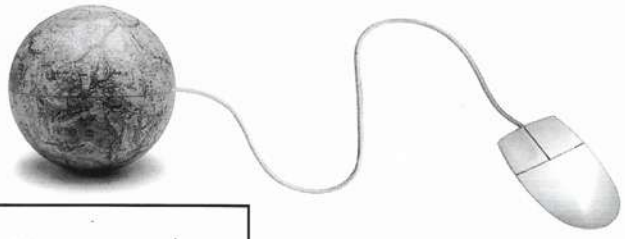


ATLÂNTICO NEGRO
NA ROTA DOS ORIXÁS

Direção: Renato Barbieri
Brasil - 1998
Documentário - 75'00"

Partindo das mais antigas tradições religiosas afro-brasileiras, o vídeo do cineasta Renato Barbieri transporta o espectador para a terra de origem dos orixás e vodus: Benin, na África Ocidental, onde estão as raízes da cultura jejê-nagô. É uma viagem no espaço e no tempo que resgata a ponte Brasil/África em busca da ancestralidade ainda presente em terreiros de Salvador (Bahia) e São Luís (Maranhão). A valorização das raízes africanas da nacionalidade brasileira, a influência na religiosidade, a interculturalidade e a história do relacionamento entre o Brasil e o continente africano são alguns dos temas discutidos.

sites



www.palmares.gov.br

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, com a missão de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Para isso, a Fundação promove, patrocina e apóia iniciativas que têm o objetivo de potencializar a participação econômica e política da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura. Promove ainda, pesquisas e estudos permanentes sobre as culturas africanas e suas várias formas, recriadas no Brasil. A FCP realizou a sistematização das áreas remanescentes de quilombos, já tendo identificado 724 áreas, onde vivem cerca de dois milhões de brasileiros. Mais informações sobre o trabalho da Fundação podem ser encontradas no site, que também disponibiliza clipping eletrônico, links variados e notícias.

www.mulheresnegras.org

"Mulheres Negras: do umbigo para o mundo" é uma publicação online que se propõe a ser não apenas um encontro virtual para as mulheres negras, mas um espaço de comunicação, informação e integração da comunidade negra. É um site em constante construção, aberto à participação de todos(as) que lutam pela emancipação das mulheres negras. Conta com as seções "Entrevista", "Acontece", "Arte & Moda", "Saúde", "Movimento", "Povo de Santo", "Publicações", "Educação", "Links", "Pesquisadoras(es)" e "Mãe África".

www.cimac.org.mx

Comunicación e Información de la Mujer (CIMAC) es una asociación civil sin fines de lucro creada para promover entre los comunicadores una nueva visión de respeto sobre la condición femenina. El sitio es una verdadera central de informaciones sobre los principales acontecimientos relativos a los derechos femeninos en México y en el mundo. Pone a disposición del lector noticias, entrevistas, reportajes de investigación, artículos y foros.

www.xs4all.nl/~rehue

Los mapuches son un grupo indígena que vive en el sur de Chile y Argentina. El nombre está compuesto por "mapu", que quiere decir "tierra", y "che", que significa "gente". Su lengua es el "mapundungun" ("dungun" se traduciría como "hablar"). Según el censo realizado en 1992, existen 928.500 mapuches en Chile. En este país, la Fundación Rehue inició sus actividades en 1990, dando apoyo a proyectos de las comunidades indígenas mapuches. Su objetivo es mejorar las condiciones de vida de los mapuches, así como proteger, promover y defender sus derechos colectivos e individuales. Además, la Fundación Rehue intenta difundir y hacer accesible a todos el conocimiento de la cultura mapuche, su historia y su lucha por condiciones de vida justas. El sitio pone a disposición informaciones diversas, fotos, noticias, artículos y links.

www.rehue.csociales.uchile.cl/rehuehome/facultad/publicaciones/Sitios/Lenguas/lengua.htm

Lenguas de Chile es un sitio de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Chile. Contiene artículos y trabajos de investigadores chilenos y extranjeros con informaciones sobre diferentes grupos étnicos de Chile (Kawésqar, Mapuche, Pascuense, Yaganes y Chono) y de sus lenguas.

www.anai.org.br

Organização indigenista de direito privado, sem fins lucrativos, criada para discutir e promover alternativas mais justas de relacionamento da sociedade brasileira com as sociedades indígenas. Desenvolve atividades de divulgação e de promoção dos direitos dos povos indígenas que vivem na região Nordeste e Leste do Brasil, em articulação e parceria com estes povos e suas organizações. A página disponibiliza notícias, links, fotos, o Estatuto do Índio e fórum de discussão.

www.members.es.tripod.de/lusmac/indexpj

La página de los Peruanos en Japón es obra de inmigrantes que comenzaron a llegar al oriente a mediados de los años 80. En 1990, el gobierno japonés revisó la ley de inmigraciones y permitió el ingreso reglamentado de extranjeros descendientes de de japoneses (hijos y nietos). Diez años después, los peruanos en Japón comenzaron a organizarse con seriedad, aprovechando los conocimientos obtenidos, fundando escuelas y empresas. El sitio contiene un poco de la historia de estos inmigrantes y relata alguna de sus actividades y experiencias.

cine

SANTO FORTE

Direção: Eduardo Coutinho
Brasil - 1997
Documentário - 80"00'

Santo Forte mostra que a religião continua sendo um tema central na questão da identidade cultural do brasileiro. Em 5 de outubro de 1997, uma equipe de cinema entra na favela Vila Parque da Cidade, situada na Gávea, zona sul do Rio de Janeiro. Os moradores assistem à missa celebrada pelo Papa no Aterro do Flamengo. Em dezembro, a equipe volta à favela para descobrir como seus moradores vivem a experiência religiosa. Católicos, espíritas ou evangélicos, todos eles têm em comum a crença numa comunicação direta com o mundo sobrenatural através da intervenção, em seu cotidiano, de santos, orixás, guias, ou do Espírito Santo. O filme termina em 24 de dezembro, quando alguns personagens celebram, cada um a seu modo, o Natal.

TERRA DOS ÍNDIOS

Direção: Zelito Viana
Brasil - 1980
Documentário - 105'00"

Retrata a situação de abandono e conflito em que de áreas indígenas habitadas pelos Caingangues e Guaranis (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), Caiovás e Guaranis (Mato Grosso do Sul).

GAIJIN - CAMINHOS DA LIBERDADE

Direção: Tizuka Yamasaki
Brasil - 1979
Ficção - 112'00"

Um grupo de imigrantes japoneses chega ao Brasil em 1908, durante o período de expansão cafeeira. Na fazenda onde se estabelece, o grupo é hostilizado por um capataz. Outros migrantes, como um italiano e um nordestino, além do contador da fazenda, se sensibilizam com as injustas condições de vida daquela gente. Os que sobrevivem passam por um processo de aculturação. Já está em produção a continuação do filme (Gaijin 2 - A Promessa), que conta a história dos dekasseguis, brasileiros descendentes de japoneses, que foram ao Japão suprir a escassez de mão de obra, ou em busca de Iens para realizar seus sonhos.

SUSCRIPCION ANUAL

Brasil: R$30,00

Otros Países Latinoamericanos y África: U$15,00

Europa, Asia y Estados Unidos: U$30,00

Suscripción de ayuda: U$50,00

Cada número: R$8,00/U$6,00

Las suscripciones podrán hacerse directamente a Nuevamerica (Brasil), con tarjeta de crédito: Visa, Diners Club International, Master-Card/Credicard, Maestro.

Pagos de suscripciones en España por depósito bancario:
Caja España - Cta. Corriente nº 2096 0106 95 2041969804 -
Titular: Maria del Carmen López

PUEDE SUSCRIBIRSE O ADQUIRIRLA EN:

Argentina: *Elena Picasso*
Moreno 935 3560 - Reconquista -
Santa Fe Tel: 03482-421794
E-mail: elenapicasso@ciudad.com.ar

Bolívia: *Rina López*
Calle Aureleo Meléan 753, Calilla 2419
Cochabamba Tel/Fax: /4/231851
E-mail:rilov@supernet.com.bo

Brasil: *Cecilia Botona*
Rua 19 de Fevereiro, 160, Botafogo
Rio de Janeiro - RJ Cep: 22.280-030
Tel/Fax: 021 295-8033/542-6244
E-mail: novamerica@ax.apc.org

Chile: *Maria Paz Sanches y Antonia Altuna*
Vergara 174, Santiago 3
Tel: /2/6966880 Fax: /2/6988844
E-mail: poveda@interaccess.cl

Colombia: *Consuelo Vélez*
Avda. Caracas 41-44 Apto.503
Santafe de Bogotá - Colombia
Tel: /1/ 2327179
E-mail: ccaro@multiphone.net.co

Europa, Ásia África y Estados Unidos: *Maria Isabel Ruiz*
Calle Francisco Silvela, 52, 8º B
28009 - Madrid Tel: /34/9 1/ 573-3539

Maria del Carmen López
Calle Regalado, nº 13, piso 10 47002
Valladolid
E-mail: mcarlopez@terra.es

Guatemala: Maria del Carmen Aguilar
6ª Calle 2-42 zona 1 Colonia El
01001 Guatemala
Tel: /502/232 3388 Fax: 323 5261
E-mail: itguat@terra.com.gt

México: *Paulina Jaime Mugiro*
Uxmal 388-1 Col. Navarte C.P. 03020
Benito Juaréz México DF Tel: 56829926
E-mail: paulis117@hotmail.com

Perú: *Fabíola Luna*
Islas Canarias 164, Lima 21
Tel: /1/ 4632252
E-mail: caaaplima@amanta.rcp.net.pe

República Dominicana: *Irene Veras*
Juan Pablo Pina 14, Santo Domingo,
Fax: /809/ 6899276.
E-mail: verasirene@hotmail.com

Centro Cultural Poveda
Pina 210 A - Ciudad Nueva
Santo Domingo D.N.
Fone: /809/6895689 - 6854635
E-mail: ctro.poveda@codetel.net.do

Uruguay: *Maria Camino Trapero*
Pascual Costa 3265 ap. 810
Parque Posadas 11.700 - Montevideo
Tel/Fax: /2/ 5083395
E-mail: ctrapero@adinet.com.uy

Silvia Rivero - Vizconde de Maria 669
Paysandú, Tel: /72/25897

Rosario Alves - Lindoro Forteza 2496
Casilla 15250, 11400 - Montevideo
Tel: /73/32823
E-mail: rosal2@adinet.com.uy

Venezuela: *Maria Gorette Rodríguez Fernández*
De Platanal a Desamparados,
Edif. Platanal 37, Piso 1º, Apto 1ª
La Candelaria, 1001, Caracas 1011
Tel: /2/ 5624248
E-mail: gore23@telcel.net.ve

ERRATA

No nº 90, pág. 33, o comentário sobre a Red Solidaria assinado por Elena Picasso foi feito por María Belén Quellet.

REVISTA NOVAMERICA
NUEVAMERICA

Diretora
Susana Beatriz Sacavino

Conselho Editorial
Argentina - Elena Picasso
Bolívia - Rina López
Brasil - M.ª Guadalupe Pedrero
Chile - María Inés Wuth
Peru - Fabíola Luna
Uruguai - Rosario Alves
Mexico - Cecília Villalva

Comitê Técnico
Ana Waleska P. Mendonça
Janett Ramírez
Susana Beatriz Sacavino
Vera Maria F. Candau

Coordenação Editorial e Supervisão Gráfica
Adélia M.ª Nehme Simão e Koff

Revisão
Adélia M.ª Nehme Simão e Koff
Sílvia Alicia Martínez

Colaboração
Cláudio Marques

Secretária
Cecilia Botana

Administração
Jayme da Silva Corrêa Filho

Projeto Gráfico e Programação Visual
Rodolpho Oliva

Capa
Néstor Sacavino *(Proj. Gráfico)*
Rodolpho Oliva *(Criação da imagem)*

NOVAMERICA
Rua 19 de Fevereiro, 160,
Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil
CEP: 22280 -030
Tel./Fax: (021) 542-6244/295-8033
E-mail: novamerica@ax.apc.org
www.novamerica.org.br

A direção da revista não se responsabiliza pelas opiniões disseminadas nos artigos.

Publicação indexada em CLASE

Apoio

Espanha

fundación santa maría

Brasil

I·N·T·E·R cultural

Manifestações plurais

"É o camaleão
diante do arco-iris
lambuzando de cores
os olhos da multidão
É como um caldeirão
Misturando ritos e raças
É a musa da miscigenação
Um mameluco maluco
Um mulato muito louco
Moreno com cafuzo
Sarará com caboclo
Um preto no branco
E um sorriso amarelo banguelo
Galego com crioulo
Nissei com pixaim..."

Trecho da música "Etnia Caduca"
Lenine (Brasil)

"Vuela, Vuela el cóndor
la inmensidad, sombra de la altipampa,
Sueño de la raza americana,
sangre de la raza indiana."

Trecho da música "El Cóndor Pasa"
Daniel A. Robles - Peru

ACUÉRDATE DE MI

Cuando el sol resplandeciente,
nazca entre gualda e rubí,
ahuyentando la noche,
acuerdate de mí!

Cuando fatigado vaya
en occidente a morir,
cercado de ardientes nubes
acuérdate de mí!

(en quéchua)
YUYARICUAI!

Maipachachos llippipispa
ccanchac inti cutimuscka,
qquillmi tutata aiquechispa,
yuyaricuai !

Maipachachos uranicta
saicussckaña guasaicuncka,
laurac ppuyu chaupillampi
yuyaricuai !

Trecho de poesia de José David Berrios - Bolívia

Frase del escritor peruano

"No hay país más diverso, más múltiple en variedad terrena y humana que el Perú. Todos los grados de calor y color, de amor y odio, de símbolos utilizados e inspiradores".

Livro Todas las Sangres
José María Arguedas

Canción com todos

Sol de Alto Perú,
Rostro Bolívia estaño y solodad,
Un verde Brasil besa mi Chile cobre y mineral,
Subo desde desde el sur hacia la entraña Amíerica y total.
Una raiz de un grito destinado a crescer y a estallar:
Todas las voces todas,
Todas las manos todas,
Toda la sangre puede ser cancion en el viento.
Canto comigo canta,
Hermano americano,
Libera tu esperanza com un grito en la voz.

Mercedes Sosa

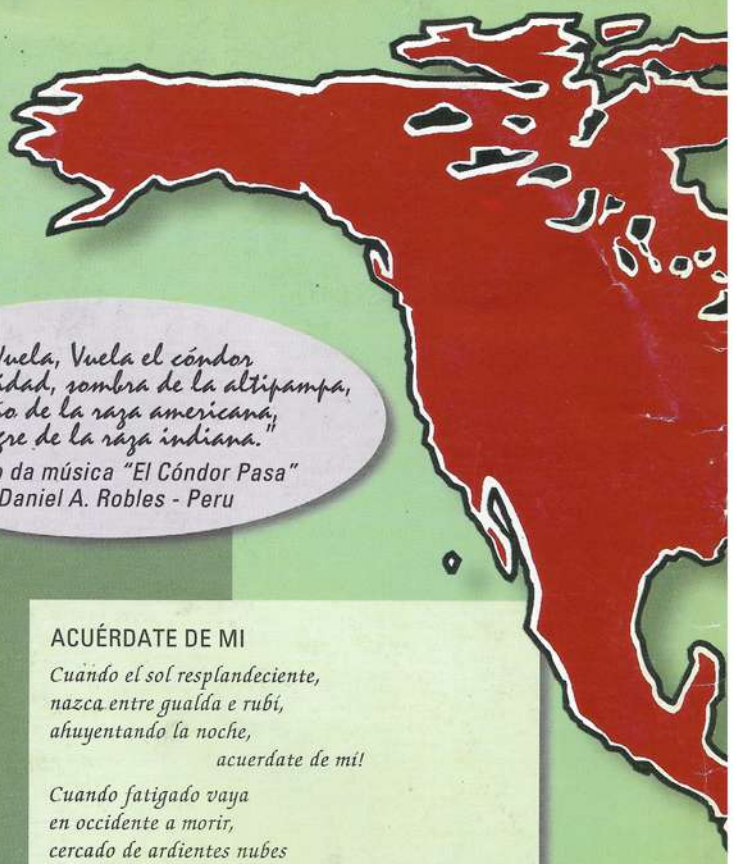
"No dia em que o jovem Cabral chegou por aqui Ô, ô
Conforme diversos anúncios na televisão
Havia um coro afinado da tribo tupi
Formado na beira do cais cantando em inglês
Caminha saltou do navio assoprando um apito
em free bemol
Atrás vinha o resto empolgado da tripulação
Usando as tamancas no acerto da marcação
Tomando garrafas inteiras de vinho escocês
Partiram num porre infernal por dentro das matas"

Trecho da música "Desenredo"
Gonzaguinha e Ivan Lins - Brasil

"Nunca fomos catequizados.
Fizemos foi Carnaval. O índio vestido de
senador do Império. Fingindo de Pitt.
Ou figurando nas óperas de Alencar cheio
de bons sentimentos portugueses."

Trecho do texto "Manifesto Antropófago"
Oswald de Andrade - Brasil

Manifestações plurais



"É o camaleão
diante do arco-iris
lambuzando de cores
os olhos da multidão

É como um caldeirão
Misturando ritos e raças
É a musa da miscigenação

Um mameluco maluco
Um mulato muito louco
Moreno com cafuzo
Sarará com caboclo
Um preto no branco
E um sorriso amarelo banguelo

Galego com crioulo
Nissei com pixaim..."

Trecho da música "Etnia Caduca"
Lenine (Brasil)

"Vuela, Vuela el cóndor
la inmensidad, sombra de la altipampa,
Sueño de la raza americana,
sangre de la raza indiana."

Trecho da música "El Cóndor Pasa"
Daniel A. Robles - Peru

ACUÉRDATE DE MI

Cuando el sol resplandeciente,
nazca entre gualda e rubí,
ahuyentando la noche,
acuerdate de mí!

Cuando fatigado vaya
en occidente a morir,
cercado de ardientes nubes
acuérdate de mí!

(en quéchua)
YUYARICUAI!

Maipachachos llippipispa
ccanchac inti cutimuscka,
qquillmi tutata aiquechispa,
yuyaricuai !

Maipachachos uranicta
saicusscкaña guasaicuncka,
laurac ppuyu chaupillampi
yuyaricuai !

Trecho de poesia de José David Berrios - Bolívia

Frase del escritor peruano

"No hay país más diverso, más múltiple en variedad terrena y humana que el Perú. Todos los grados de calor y color, de amor y odio, de símbolos utilizados e inspiradores".

Livro Todas las Sangres
José María Arguedas

Canción com todos

Sol de Alto Perú,
Rostro Bolívia estaño y solodad,
Un verde Brasil besa mi Chile cobre y mineral,
Subo desde desde el sur hacia la entraña Amíerica y total.
Una raiz de un grito destinado a crescer y a estallar:
Todas las voces todas,
Todas las manos todas,
Toda la sangre puede ser cancion en el viento.
Canto comigo canta,
Hermano americano,
Libera tu esperanza com un grito en la voz.

Mercedes Sosa

"No dia em que o jovem Cabral chegou por aqui Ô, ô
Conforme diversos anúncios na televisão
Havia um coro afinado da tribo tupi
Formado na beira do cais cantando em inglês
Caminha saltou do navio assoprando um apito em free bemol
Atrás vinha o resto empolgado da tripulação
Usando as tamancas no acerto da marcação
Tomando garrafas inteiras de vinho escocês
Partiram num porre infernal por dentro das matas"

Trecho da música "Desenredo"
Gonzaguinha e Ivan Lins - Brasil

"Nunca fomos catequizados.
Fizemos foi Carnaval. O índio vestido de
senador do Império. Fingindo de Pitt.
Ou figurando nas óperas de Alencar cheio
de bons sentimentos portugueses."

Trecho do texto "Manifesto Antropófago"
Oswald de Andrade - Brasil

Nº 91 - ISSN 0325-6960 NOVAMERICA - Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo CEP: 22280-030 Tel/Fax: (55) (021) 542-6244 E-mail: novamerica@ax.apc.org Rio de Janeiro - RJ - Brasil

NOVAMERICA